

IAN OLIVEIRA DE ASSIS

*Relações diplomáticas oficiais de contato
Brasil/Alemanha para a preservação do meio ambiente e da
qualidade de vida: um estudo sobre os lugares de
interlocução ocupados por brasileiros e alemães, a partir da
configuração de necessidades específicas*

Orientadora: Professora Doutora Carmen Zink Bolognini

Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Linguística Aplicada

UNICAMP
Campinas – 2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

As76r

Assis, Ian Oliveira de.

Relações diplomáticas oficiais de contato Brasil/Alemanha para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida : um estudo sobre os lugares de interlocução ocupados por brasileiros e alemães, a partir da configuração de necessidades específicas / Ian Oliveira de Assis. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Carmen Zink Bolognini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Brasil - Relações exteriores. 2. Análise do discurso. 3. Memória. 4. Meio ambiente. 5. Proteção ambiental. I. Bolognini, Carmen Zink. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Official diplomatic contact relations between Brazil /Germany, in relation to partnerships for the protection and conservation of the environment and quality of life on Earth: a study about Brazilians and Germans interlocutory positions.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Brazil - Foreign relations; Discourse analysis;; Memory; Environment; Environment protection.

Área de concentração: Língua estrangeira.

Titulação: Mestre em Lingüística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini (orientador), Profa. Dra. Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos e Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues.

Data da defesa: 25/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.

**Dedico este trabalho
a meus Pais,
à minha Irmã e aos meus
Amigos queridos**

AGRADECIMENTOS

À Professora Carmen, toda a minha gratidão pela orientação e pela amizade.

Às Professoras Suzy e Deusa, por aceitarem participar da minha Banca Examinadora.

À CAPES, pelo apoio dado durante a minha pesquisa.

A todos os colegas, amigos e professores, que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

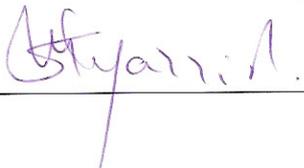
Carmen Zink Bolonhini



Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos



Suzy Maria Lagazzi Rodrigues



Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer

Vandersí Sant'Ana de Castro

IEL/UNICAMP
2008.

Índice

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	16
OBJETIVOS	20
PERGUNTAS DE PESQUISA	20
ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	21
CAPÍTULO I	23
1. BREVE INCURSÃO NA HISTÓRIA DE MOVIMENTOS ECOLÓGICOS.....	23
1.1. RECORTES DO PENSAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL.....	25
1.2. MOVIMENTOS ECOLÓGICOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS	28
2. ETNOCONSERVAÇÃO E IMPERIALISMO VERDE.....	28
2.1. O PARADIGMA DOMINANTE DE CONSERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	33
Considerações parciais	38
CAPÍTULO II	41
1. O ACONTECIMENTO DISCURSIVO E O PAPEL DA MEMÓRIA	41
1.1. INVESTIGANDO O CONCEITO DE MEMÓRIA.....	43
1.1.1. MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	43
1.1.2. PAPEL DA MEMÓRIA DISCURSIVA	47
1.2. O LOCAL DA CULTURA	50
1.2.1. CULTURA E MEMÓRIA CULTURAL	52
Considerações parciais	57
CAPÍTULO III	59
1. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS.....	59
1.1. ANÁLISE DISCURSIVA DA DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A AGENDA COMUM BRASIL-ALEMANHA PARA O MEIO AMBIENTE	62
Considerações parciais	73
1.2. ANÁLISE DO DISCURSO OFICIAL DE REPRESENTANTES DA ALEMANHA SOBRE O QUE CHAMAM DE “PARCERIA ESTRATÉGICA” COM O BRASIL	74
Considerações parciais	85
1.3. O DISCURSO DA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, MARINA SILVA, NA COP ₁₁ , EM MONTREAL	89
1.4. O GOVERNO FEDERAL E A PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS BRASILEIRAS	94
Considerações parciais	102
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
V. BIBLIOGRAFIA	117

RESUMO

A partir de postulados da Análise do Discurso tais como:

- Efeitos de verdade estão relacionados ao poder, estão estabelecidos discursivamente por ele e fora dele inexistem (Foucault, 1969);
- Todo sujeito fala a partir de lugares de interlocução constituídos discursivamente e ideologicamente definidos — ou seja, todo sujeito é constituído pelo discurso e, ao falar, põe em movimento a memória e a história da sua cultura, da sua sociedade, do seu país (Orlandi, 1993);
- Há sempre um jogo de força na memória sob o choque do acontecimento: jogo que visa manter uma regularização pré-existente, com os implícitos que ela veicula, que visa confrontá-la como estabilização parafrástica, negociando a integração do acontecimento até absorvê-lo e, eventualmente dissolvê-lo, mas também, ao contrário, jogo de força de uma desregulação que vem perturbar a rede de implícitos (Pêcheux, 1983).

e com base na pesquisa efetuada por Zink (1996), acerca das relações de contato entre brasileiros e alemães, este trabalho analisa características das relações diplomáticas oficiais de contato Brasil/Alemanha, no que tange a parcerias de ação para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta. Nele, além de serem pesquisadas características desse discurso oficial, investigamos em que medida a necessidade de não ignorar os danos ambientais produziu deslocamentos no funcionamento de discursos estabilizados nessas relações de contato e se o discurso sobre a necessidade de preservação ambiental reorganiza, ou não, as redes de memória anteriormente estabelecidas.

Os resultados indicam, por um lado, oscilação entre um discurso afiliado ao chamado “paradigma social dominante” e um discurso preservacionista, de preocupação com o meio ambiente e contra a miséria e, por outro, oscilação entre a repetição dos lugares de interlocução anteriormente estabilizados e uma tendência à alteração desses lugares. Tal situação aponta para o alerta de Pêcheux (1983), de que para a caracterização da memória impregnada pelo acontecimento discursivo novo é necessário que se leve em conta “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização (...), um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

ABSTRACT

Based on premises of Discourse Analysis such as the following :

- Truth-effects are related to power, are established by power through discourse and outside its realm are inexistent (Foucault, 1969);
- Every subject speaks from interlocutory positions, which are discursively constituted and ideologically defined — that is, every subject is constituted by discourse and, when speaks, the memory and history relative to the subject's culture, society and country are set in motion (Orlandi, 1993);
- There is always a power play within memory under the shock of events: such power play aims at maintaining a preexisting regularization, along with the implicit it conveys, it seeks to confront it as paraphrastic stabilization, negotiating the integration of the event until it is absorbed and, eventually dissolved, but also, in opposition, a power play from a deregulation which perturbs the implicit network (Pêcheux, 1983).

And based on the research conducted by Zink (1996), about the relationship between Brazilians and Germans, the present work analyzes the characteristics of the contacts in official diplomatic relations between Brazil /Germany, in relation to partnerships for the protection and conservation of the environment and quality of life on Earth. Not only the characteristics of such official discourse were examined in the present work, but also how the need to recognize environmental damage produced dislocations in the functions of discourse established in such contact relations and, if the discourse concerning environmental preservation fosters, or not, a reorganization in the previously established memory networks.

The results indicate, on one hand, an oscillation between a discourse affiliated to the so-called “dominant social paradigm”, and a conservationist discourse, which is concerned with the environment and against misery, and on the other, an oscillation between the repetition of the previously stabilized interlocution places and a tendency towards the alteration of such places. Such situation points in the direction of Pêcheux's (1983) warning, that for the characterization of memory impregnated by a new discursive event it is necessary to take into account “a mobile space of divisions, disjunctions, dislocations, and reclaims, of regularization conflicts (...), a space of expansions, replicas, polemics and counter-discourses”.

INTRODUÇÃO

No transcorrer das últimas décadas, o discurso sobre a necessidade de preservação ambiental e da qualidade de vida na Terra adensou-se por todo o Planeta. Nesse período, vozes isoladas, como a de entidades voltadas para esses temas, passaram a ocupar um lugar de importância mais acentuada nas reivindicações sobre o meio ambiente e termos como desenvolvimento sustentável ou biodiversidade passaram a fazer parte do dia-a-dia dos sujeitos nos mais variados lugares. A preocupação com a escassez de recursos naturais e com a conseqüente necessidade de preservação da água, das florestas, dos oceanos ou do clima, por exemplo, pode ser dimensionada pelo crescimento da quantidade de conferências, encontros ou palestras sobre esse assunto, que têm acontecido mundo afora, ou pelo aumento significativo do número de organizações não-governamentais voltadas para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida.

Essa preocupação fez desencadear, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Marco inicial de esforços internacionais concentrados para a proteção ao meio ambiente e à qualidade de vida, o encontro foi prejudicado por ter ocorrido num momento histórico de conflitos políticos entre os eixos Leste-Oeste e Norte-Sul do cenário mundial. Mas o pontapé foi dado ali para o que mais tarde, num momento menos tenso das relações internacionais, se materializou na Conferência do Rio.

Para se equacionar a dimensão da atenção que passou a ser dada aos problemas relativos ao meio ambiente na atualidade, a Rio-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), realizada de 03 a 14 de junho de 1992, reuniu o expressivo número de delegações nacionais de 175 países, tendo sido a primeira reunião internacional de magnitude a se realizar após o fim da Guerra Fria. Compromissos adotados naquela ocasião incluem, por exemplo, duas convenções, uma sobre a mudança de clima e outra sobre a biodiversidade, e uma declaração sobre florestas, além de documentos de objetivos mais abrangentes e de natureza mais política, que são a Declaração do Rio e a Agenda 21¹. De lá para cá, esses compromissos têm desencadeado ações efetivas, pela extensa dimensão atribuída ao problema.

A situação acima narrada parece apontar para um esboço de deslocamento de discurso, que passou a acontecer em alguns setores do cenário mundial, pela necessidade de reconfiguração de prioridades estratégicas, por parte dos governos e dos sujeitos, regidas pela premência do esgotamento de recursos naturais e do meio ambiente planetário, além de uma semente de preocupação demonstrada com a qualidade de vida de todo ser humano, neste Século XXI.

O fortalecimento do discurso de preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta tem passado a constituir efeitos de verdade² que se põem a orientar gestos de interpretação em relação a essa situação nos mais diversos ambientes. Tais discursos apontariam, em tese, para o surgimento de uma nova visão, que se sobreporia à visão mercantilista estrita que regeu as inter-relações internacionais e interpessoais nos últimos séculos, indo em direção a um maior respeito pelo meio ambiente e pelo ser humano. Com base nisso é que há hoje o discurso

¹ Informações retiradas do site do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

² Efeitos de verdade são aqui entendidos no sentido foucaultiano, como sendo “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, 1969 – esta citação foi retirada da tradução brasileira de 2004, p. 29).

difundido de aspiração ao progresso econômico e material com a necessidade de consciência ecológica e social.

Por causa do efeito de verdade estabelecido por essa nova ordem³, protocolos, acordos, agendas vêm sendo construídos, num discurso que reivindica e estabelece parcerias para a preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta. É o caso da “*Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil-Alemanha para o Meio Ambiente*”, acordo bilateral assinado entre o Brasil e a Alemanha, que prevê a cooperação para a promoção da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável⁴.

Mas perguntamos: nesse cenário, em que parece estar delineado um realinhamento de atitudes e de propósitos — ditado por necessidades indeclináveis, como a preservação ambiental e a atenção à qualidade de vida de todos os seres humanos, sob pena de atingirmos colapsos ambiental e social num tempo relativamente curto —, em que medida são efetivas essas mudanças, vinculadas a uma mentalidade que desabrocharia em direção a uma maior preocupação, de governos e de cidadãos, com o meio ambiente e com a qualidade de vida no Planeta?

Segundo Foucault (1969)⁵, cada sociedade tem seu regime e sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Para o autor, os efeitos de verdade estão relacionados ao poder, estão estabelecidos discursivamente por ele e fora dele inexistem. Além disso, orientam ideologicamente gestos de

³ Apesar de existirem reivindicações de preservação do meio ambiente desde tempos mais remotos, o discurso sobre a necessidade inadiável e pontual de mudança de atitudes para a preservação ambiental é bem mais recente, pela potencialização da destruição dos recursos naturais terrestres e os perigos que ela traz em desfavor da permanência da vida humana no Planeta. Tal discurso data das quatro ou cinco últimas décadas, como veremos no Capítulo I, e vem se intensificando dia a dia. Esse é o motivo por que nos referimos a uma “nova ordem” ou a “novas configurações de necessidades de preservação”, levando em conta o seu recente delineamento, na longa história da humanidade, e a dimensão que vem tomando, não sendo mais possível ignorá-las.

⁴ Este é o texto central no nosso *corpus* de análise.

⁵ Edição brasileira de 2004.

interpretação que determinam a produção de efeitos de sentidos. E é em torno desses gestos de interpretação que giram as relações de contato entre sujeitos, entre povos. É fazendo gestos de interpretação que sujeitos e povos elaboram discursivamente o que o outro é, a partir de qual lugar de interlocução⁶ ele falará, constituindo uma realidade em torno da qual as relações de contato se orientarão.

Dentro do espaço teórico da Análise do Discurso, a investigação sobre os gestos de interpretação se processa a partir do estudo das condições históricas sobre as quais eles estão sedimentados, sendo através do discurso que essa investigação pode ser feita. Assim, os sujeitos não iniciam relações de contato de um ponto neutro. Todo sujeito fala a partir de um lugar de interlocução ideologicamente definido pela história. Ou seja, todo sujeito é constituído pelo discurso e, ao falar, ele faz falar a memória e a história da sua cultura, da sua sociedade, de seu país.

No caso das relações genéricas de contato Brasil/Alemanha, Zink (1996) demonstra que o lugar de interlocução de brasileiros e alemães foi sendo construído discursivamente ao longo dos contatos que tiveram e foi sendo estabilizado nos discursos de brasileiros e de alemães. A pesquisadora informa que a constituição desses lugares de interlocução, e a sua posterior estabilização, alocou o alemão no lugar de interlocução daquele que sabe mais, quando em relação de contato com os brasileiros, e daquele que se destaca pela sua necessidade de diferenciação⁷.

⁶ Segundo Eni Orlandi (1993), os lugares de interlocução são dados pela memória histórica, que é constituída pelo discurso, ou seja, simbolicamente. Ela resulta de um processo de constituição ao qual o sujeito é submetido por meio de sua língua materna. Sendo constituída pelo discurso, a memória histórica é ideologicamente determinada, porque é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia.

⁷ Zink (1996) registra textualmente: “A Alemanha se destacou das demais nações européias, na sua história, pela sua preocupação em ocupar um lugar de interlocução que a diferenciasse dessas nações. Essa diferença consolidou-se institucionalmente com o sonho de supremacia da raça ariana. Em termos de relação de contato com o Brasil, os alemães, imigrantes ou não, notabilizaram-se por um suposto ‘saber mais’ e por sua pouca aceitação do atributo ‘brasileiro’. Os alemães em geral falavam a partir do atributo ‘estrangeiro’, estabilizando, assim, sua língua, sua cultura, sua história, mesmo vivendo no Brasil” (p. 183).

Os gestos de interpretação que instauraram efeitos de sentido sobre o Brasil e seus habitantes, por seu turno, diz a autora, foram constituídos em um período durante o qual a Europa se expandia além de suas próprias fronteiras terrestres: era o período mercantilista. As relações de contato iniciadas nesse período caracterizaram-se por garantir ao europeu o lugar de interlocução daquele que detém o poder sobre as terras “novas”. E esse poder tem seu viés institucionalmente marcado a partir da definição de quem descobriu o quê, que define quem é colônia de quem. Ou seja, o Brasil foi colonizado por nações européias, que produziram efeitos de sentido que nortearam os lugares de interlocução ocupados pelos brasileiros. Esses efeitos de sentido foram importantes no que diz respeito às relações de contato que os brasileiros tiveram com a Alemanha porque, sendo ela uma nação européia, trazia consigo toda a memória histórica já constituída no Brasil a respeito do Velho Mundo.

E mais, na história das relações entre os dois países, brasileiros e alemães têm sido definidos por atributos que indicam aos primeiros o lugar de interlocução daqueles que estão em um estágio de desenvolvimento aquém dos segundos. Zink (1996) assevera, ainda, que os gestos de interpretação que produziram esses efeitos de sentido alocaram também os alemães no lugar de interlocução daqueles que definem padrões a serem alcançados, quando em suas relações de contato com os brasileiros e que esses padrões são definidos pela formação discursiva⁸ na qual se insere o alemão.

Mas a autora nos alerta, ao falar da imigração alemã para o Brasil, que o atributo que os definiu como aqueles que sabem foi aqui dado pelos próprios brasileiros, que reservaram a seus iguais outro lugar, o de não-habilidosos enquanto operários. O Brasil, por outro lado, foi definido pelos alemães como um país de oportunidades. Um país no qual é possível viver com abundância e bem-estar. Encontram-se aí, dessa forma, dois discursos, que convergem

⁸ “O que pode e deve ser dito a partir de uma posição de sujeito, em uma certa conjuntura” (Orlandi, 1993)

devido a interesses comuns. Por um lado, um grupo de brasileiros interessados em povoar o País com europeus/alemães, e, por outro, o sonho dos alemães de uma vida melhor. É a partir da confluência desses dois elementos que vai sendo construída a memória discursiva dos alemães a respeito do Brasil, segundo a qual o seu lugar de interlocução é definido pelos atributos “oportunidade”, “bem-estar”, “riqueza”. Sob esse ângulo, pondera a pesquisadora, o Brasil é apenas um lugar para o qual, devido à falta de perspectivas da Alemanha empobrecida à época, a emigração é necessária, ou seja, “*um lugar para o qual os sujeitos se dirigem com uma perspectiva utilitarista*” (p. 87).

Como ficam, então, levando-se em consideração as revelações advindas do trabalho de Zink, os lugares de interlocução ocupados por brasileiros e alemães nessa nova ordem, em direção a um maior respeito ao meio ambiente e pelo ser humano e a uma busca de preservação da vida entre ambos os países? Continuariam os alemães, nessa situação descrita, com a sua visão utilitarista e de sujeitos exclusivos e os brasileiros com a sua visão de que os alemães sabem mais? Ou terá o novo quadro mudado os lugares de interlocução ocupados por ambos?

Já que é nos contatos diplomáticos oficiais que os compromissos adquirem a força do respaldo institucional e internacional, a pesquisa aqui desenvolvida busca levantar características das relações diplomáticas oficiais de contato entre o Brasil e a Alemanha no que tange a parcerias para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta, investigando em que medida os lugares de interlocução, estabilizados nos discursos de brasileiros e de alemães, vêm sendo alterados, ou, especificamente, em que pontos eles têm sido modificados, em vista das novas configurações surgidas a partir de necessidades indeclináveis, como acima relatamos. Ou, em outra direção, em que medida esses lugares de interlocução ainda continuam a orientar as relações de contato entre brasileiros e alemães, mesmo com as novas

configurações surgidas e com os discursos proferidos. Sempre levando em conta questões relacionadas à memória discursiva cultural ali estabelecida.

Para isso, usamos como referência as indicações provenientes dos estudos em Análise do Discurso e adotamos como parâmetro o trabalho desenvolvido por Zink (1996), com vistas a analisar a Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil-Alemanha para o Meio Ambiente. Em busca de respaldo para os achados discursivos daquele texto, serão também analisados discursos oficiais proferidos por ministros de Estado alemães em visita ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), no Rio de Janeiro, o primeiro em 2001 e o segundo em 2003, bem como documentos oficiais, do site do Ministério das Relações Exteriores alemão, datados de 2005 e 2007, todos sobre as relações de contato Brasil/Alemanha. Analisamos, além disso, o discurso da ministra do meio ambiente na 11ª Convenção sobre Mudanças Climáticas, em Montreal, em 2005, bem como uma série de textos por nós intitulada de “O Governo Federal e as ações para a preservação das florestas brasileiras”, com vistas a apontar nuances do discurso do Governo brasileiro acerca da preservação do meio ambiente. Para essa análise foram também trazidos textos advindos da mídia escrita brasileira.

Aos motivos aqui apresentados, outros se agregam, adensando a justificativa de necessidade de uma pesquisa como a que aqui desenvolvemos. Eles serão relatados em seguida.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O Brasil é senhor de enormes riquezas naturais, dentro de uma grande vastidão territorial, que abriga florestas como a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica, entre várias outras, e que conta com uma das maiores reservas de água doce do Planeta. Além disso, ele tem recursos minerais os mais fartos e apresenta um clima dos mais favorecidos do mundo. A essa condição de privilégio fornecida pela natureza se agrega o fato de que nas últimas décadas o País vem também apresentando aumentos de seu produto interno bruto⁹ que o colocaram, em 2005, na situação de 12ª economia do mundo¹⁰. Essa ampla projeção alcançada abriu espaço, inclusive, para que o Governo Federal, através do seu Ministério das Relações Exteriores, passasse a enunciar e a reivindicar progressivos alcance e universalização da sua política externa e a sua “inserção internacional no mundo contemporâneo”¹¹. A Alemanha, por sua vez, é detentora de uma grande projeção industrial, constituindo-se em uma das maiores economias do mundo, embora enfrente na atualidade rearranjos políticos e econômicos que têm provocado abalos nos seus quadros internos, no que tange a finanças, a desequilíbrios nas contas públicas ou a problemas com os seus sistemas previdenciário e educacional, por exemplo. O Brasil, por seu turno, também enfrenta problemas com desequilíbrios nas suas contas públicas, ou com seus sistemas previdenciário e educacional, dentre outros.

Esse novo quadro econômico-governamental, atrelado às urgentes necessidades de reconfiguração de prioridades estratégicas vinculadas à preservação ambiental e

⁹ Em 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foi de US\$ 148,9 bilhões; em 1990, US\$ 465,0 bilhões; em 2003, US\$ 507,0 bilhões e, em 2004, US\$ 605,0 bilhões.

¹⁰ Em Madri, no dia 18 de julho de 2005, o presidente do Grupo Santander, Emilio Botín, afirmou, para a página de Economia da UOL, que a economia do Brasil estará entre as **quatro** primeiras do mundo em menos de três décadas.

¹¹ Dizeres retirados do site do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

da qualidade de vida no Planeta, vem forçando a alteração de olhares e de abordagens sobre as situações descritas. Mas, em contrapartida, vimos também que há efeitos de sentido constituídos e estabilizados, que marcaram os lugares de interlocução nas relações de contato entre brasileiros e alemães, dentro de uma dimensão histórica que é definida ideologicamente. Põem-se, então, para a pesquisa em Análise do Discurso, duas situações que justificam o desenvolvimento desta investigação. A primeira diz respeito à possibilidade de que efeitos de verdade constituídos posteriormente venham a alterar lugares de interlocução estabilizados, aqui especificamente com respeito às relações de contato estabelecidas entre brasileiros e alemães. Senão, vejamos. Eni Orlandi (1990), em seus estudos sobre a colonização do Brasil pelos europeus, chega à conclusão de que a relação colonizador-colonizado determinou historicamente de tal forma os processos de produção de sentidos sobre o brasileiro que, “mesmo depois do período colonial, a marca de nascença do brasileiro se reproduz toda vez que se instalam, nas relações, as condições para que esse mesmo discurso colonialista se realize” (p. 47). Foucault (1969)¹², por sua vez, ao enunciar que cada sociedade tem seu regime e sua política geral de verdade, registra que essa verdade é constituída pelos tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, e essa declaração não prevê estagnação da constituição do que seja verdadeiro, deixando, isso sim, um espaço para certa mobilidade, ao frisar que as sociedades podem acolher discursos e (então) fazê-los funcionar como verdadeiros, dando a idéia de continuação, de movimento, e não de estagnação.

Se levarmos em consideração o fato de que há sempre a possibilidade de que os rumos da história e dos interesses se alterem ao longo do tempo, determinando novos efeitos de verdade que venham a se estabelecer discursivamente e a orientar ideologicamente gestos de interpretação então ordens emergentes, como a necessidade inadiável de se preservar o

¹² A citação refere-se à edição brasileira de 2004.

meio ambiente e a qualidade de vida no Planeta ou mesmo a ascensão, ou decadência, de um determinado país no cenário mundial, poderão determinar, por exemplo, que novos gestos de interpretação e novos lugares de interlocução se instaurem nas relações de contato entre os dois povos. E Orlandi (1990) atenta para esse fato, ao registrar que “o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também¹³ é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos” (p. 35), mostrando que há aí¹⁴ um traço de mobilidade possível, pela criação posterior de tradição, de passado, introduzida por acontecimentos novos, o que influencia a ocupação de novos lugares de interlocução. Essa situação já teve lugar, inclusive, na história das relações de contato entre o Brasil e a Alemanha, sendo que, no trabalho de Zink (1996), encontramos o registro de que “houve alguns períodos durante os quais essas relações de contato se caracterizaram por rupturas que causaram modificações nos lugares de interlocução de brasileiros e de alemães nas suas relações de contato, como a 2ª Guerra Mundial ou o início da década de 70, época do milagre econômico brasileiro”. (p. 30).

Aventada a possibilidade de que efeitos de verdade constituídos posteriormente venham a alterar gestos de interpretação e lugares de interlocução estabilizados, põe-se o desafio de apontar em que medida houve deslocamento de posições anteriormente estabilizadas por brasileiros e por alemães, agora com respeito à preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta. E faremos essa investigação com base em procedimentos específicos da Análise do Discurso.

A segunda situação que justifica esta investigação é a possibilidade de auxílio efetivo que essa pesquisa instaura, ao apontar nuances das características das relações de contato entre os dois países, no que tange ao meio ambiente e à qualidade de vida. Isso porque,

¹³ Grifo nosso.

¹⁴ Não só nessa situação. Frisamos, com a autora (1998), que o deslocamento se dá na linguagem.

neste trabalho, contemplam-se aspectos ideológicos, históricos, culturais e sociais, que, para os que trabalham com o campo das relações de contato diplomático, ajudam a estabelecer sustentação teórico-prática para as tomadas de decisão e para as tratativas com os governos de outros países. Marcar os lugares oficiais de interlocução, por sua vez, propicia aos sujeitos envolvidos a possibilidade de entender em maiores detalhes as relações de contato diplomático entre ambos os países. Noutras palavras, ver o sujeito constituído pelo discurso, aquele que fala de um lugar de interlocução historicamente marcado, levanta aspectos imprescindíveis para o entendimento de suas posições.

OBJETIVOS

1. *Analisar o discurso oficial das relações diplomáticas de contato entre o Brasil e a Alemanha, no que tange à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta;*
2. *Apontar em que medida os lugares de interlocução, estabilizados nos discursos, ainda orientam as relações de contato entre brasileiros e alemães, relações essas determinadas pela necessidade de preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta.*

PERGUNTAS DE PESQUISA

- *Quais as características do discurso oficial das relações diplomáticas de contato entre o Brasil e a Alemanha, no que tange à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta?*
- *Os lugares de interlocução, estabilizados nos discursos, ainda orientam as relações de contato entre brasileiros e alemães, com as novas configurações, determinadas pela necessidade de preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta?*
- *Em que medida a necessidade de não ignorar os danos ambientais produziu deslocamento no funcionamento dos discursos anteriormente estabilizados nas relações de contato entre brasileiros e alemães?*
- *O discurso sobre a necessidade de preservação ambiental reorganiza, as redes de memória anteriormente estabelecidas?*

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para contemplarmos os objetivos delineados para esta pesquisa, o Capítulo I foi estruturado a partir do raciocínio de que os movimentos políticos (partidários e não-partidários) são instaurados pelas diversas sociedades com base no que acreditam ser verdadeiro, ou não, e de que as estruturas político-administrativas por elas criadas espelham os princípios ali estabelecidos, oficializando e dando respaldo institucional às suas demandas. Dentro desse foco, fazemos uma breve incursão na história do desencadeamento dos movimentos ecológicos, trazendo recortes do pensamento ambiental no Brasil, numa perspectiva histórica. Com isso, pretendemos auxiliar o leitor a se situar na forma como o pensamento ecológico foi adquirindo força pelo mundo e no Brasil¹⁵. Em seguida, abordamos questões voltadas para a etnoconservação e para o chamado imperialismo verde, acompanhadas de reflexões sobre o paradigma do desenvolvimento sustentável, contraposto ao chamado paradigma dominante de conservação. Tais recortes de informação visam embasar a análise dos dados, desenvolvida no Capítulo III.

O Capítulo II, por sua vez, se volta para a investigação do conceito de memória, com vistas a apresentar embasamento para a prática de um possível deslocamento no acontecimento discursivo. Para isso, discorreremos sobre pontos de contato e distanciamentos entre os conceitos de memória, história e cultura e apresentamos estudos sobre a memória discursiva. Finalmente, no Capítulo III efetuamos a análise do *corpus*, a partir de informações retiradas dos Capítulos I e II e com base nos postulados da Análise do Discurso ora referidos.

¹⁵ Trata-se, entretanto, apenas de uma pequena incursão, para o embasamento do problema, vez que nos desviaríamos do foco do nosso trabalho se adentrássemos as condições de produção.

CAPÍTULO I

1. BREVE INCURSÃO NA HISTÓRIA DE MOVIMENTOS ECOLÓGICOS

Segundo a pesquisa empreendida por Passos (2006), o movimento ecológico surgiu no final dos anos 50 e início dos anos 60, “numa época em que a classe operária acumulava conquistas e o capitalismo era visto por muitos como a causa de todos os males com que os homens se defrontavam” (p.21). Entretanto, a sua origem não está ligada a datas ou acontecimentos pontuais, por não ter-se iniciado em um país específico, relata a autora, informando que, em realidade, ele surgiu em diversos lugares, por razões diversas¹⁶. Mas, apesar de as questões ambientais terem surgido a partir de situações locais, houve fatores que impulsionaram esse movimento pelo mundo, como o progresso da pesquisa científica, o aumento da ocupação humana e as mudanças das relações sociais e econômicas¹⁷.

Também na investigação desenvolvida por Passos¹⁸, encontramos a informação de que na Grã-Bretanha no Século XIX ocorreram reivindicações de proteção ao meio ambiente que podem ser consideradas desencadeadoras de preocupações sistematizadas com a natureza. Naquele ambiente, segundo ela, o pensamento ambientalista teve três desdobramentos: o primeiro ligado à preservação do campo, o segundo ligado à defesa da criação

¹⁶ A existência de uma consciência do processo de degradação ambiental é efetiva e o ecologismo é visto como a ideologia do futuro, diz Passos (p.31), mas parte do pensamento ecológico é acusado de conter lacunas de base sociológica, sendo interpretado como irrealista e negligente em relação à sociedade como um todo. Essa parece ser a posição da Professora Orlandi, no livro *Cidade dos Sentidos* (2004), ao atribuir importância primordial às inter-relações humanas que têm lugar nos conglomerados urbanos, em detrimento da defesa feita por ecologistas, de retorno à natureza (p.65).

¹⁷ O que tem contribuído, ao longo do tempo, para minimizar a tendência ocidental em considerar a natureza como um objeto à mercê do Homem, situação essa que, nas palavras de Vieira (1990), teve seu apogeu nos postulados cartesianos, instauradores da dicotomia Homem-Natureza, que atribuiu à natureza a condição de objeto, subjugado ao Homem, seu senhor. Sobre esse tema, também atinente à nota nº 15, acima, discorreremos no item 2.1 deste Capítulo.

¹⁸ Passos, 2006, p. 24.

de reservas naturais e o terceiro marcado pela preocupação com a fauna, o que desencadeou movimentos de proteção aos animais. Mas a pesquisadora nos alerta que as reivindicações ambientalistas modernas são diferentes das preocupações ambientais do Século XIX, isso porque hoje existem movimentos de massas com grande número de associados e os grupos tendem a ser participativos. É o caso do Greenpeace e do Friends of the Earth. O primeiro teve início no final da década de sessenta¹⁹ e o segundo foi fundado especificamente em 1969, nos Estados Unidos. As duas organizações fazem campanhas em prol de diversos assuntos ligados ao meio ambiente. Por seu turno, informa a pesquisadora, na Europa Ocidental o movimento ecológico tomou impulso com a crise pós-industrial que ocorreu a partir do impacto político e das repercussões econômicas do choque dos preços do petróleo, durante os anos setenta. Naquele cenário, as pessoas se mostraram cada vez mais preocupadas com as consequências negativas de três décadas de pós-guerra com crescimento contínuo, seguidas por ameaças de recessão econômica, preocupação essa “reforçada por uma crescente insatisfação em alguns setores da sociedade (os chamados ‘de esquerda’, os jovens, em particular), com o fato de que o Ocidente cada vez mais recorria às armas nucleares” (Passos, p.106) e com a crescente dependência de energia nuclear para fins pacíficos.

A militância ambiental, assim, reflete Passos, não se teria originado necessariamente a partir da constatação de uma destruição da natureza. Segundo ela, o “estado de crise” ou “natureza ameaçada”, em verdade, tem sua origem economicamente motivada, não estando necessariamente ligada a uma concepção de natureza como algo ameaçado, em risco. E essa assertiva é respaldada pela informação retirada de Ponting (1995), de que nos últimos duzentos anos o discurso da economia permeou o debate sobre a questão Homem-Natureza,

¹⁹ O Greenpeace passou a ser conhecido a partir de um protesto acontecido no Canadá contra testes nucleares realizados por França e Estados Unidos.

girando principalmente em torno do aproveitamento racional de recursos naturais, sua distribuição e exploração, tendo em vista a não-interrupção de processos de desenvolvimento²⁰.

1.1. RECORTES DO PENSAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL

Num estudo da historiografia ligada à natureza no Brasil, de 1937 a 1945, Duarte (2003)²¹ registra que sempre foi dada grande ênfase ao ambiente natural, nos textos que descreviam, discutiam e analisavam o Brasil, desde a sua descoberta — como uma terra de abundância e fertilidade, um paraíso terrestre cheio de riquezas e com belezas exuberantes. Entretanto, nos anos 30 e 40, houve situações que evidenciaram a mudança de atitude em relação ao meio ambiente. Naquele contexto autoritário do Estado Novo, práticas políticas predominantes enfatizavam a necessidade de ocupação do território, através da ação do homem brasileiro — o que trouxe de volta a figura do explorador pioneiro —, pela chamada “marcha para o oeste”. Entretanto, informa a autora, a natureza era também mencionada, vezes incontáveis, como um objeto a ser não somente conhecido, mas preservado. Isso porque vários setores da sociedade construíram discursos específicos sobre práticas em relação a esse tema. É o caso de instituições científicas, como o Museu Nacional ou o Instituto Butantã, que inauguraram sua tradição em áreas de botânica e zoologia, por exemplo. A pesquisadora nos conta que, a despeito da heterogeneidade de percepções sobre o ambiente natural que existia naquele tempo, o Estado

²⁰ Em momentos posteriores deste trabalho retornaremos a este raciocínio.

²¹ Esse trabalho tem como foco as obras de três autores brasileiros, que são Gilberto Freyre (Nordeste), Caio Prado Júnior (Formação do Brasil Contemporâneo) e Sérgio Buarque de Holanda (Monções), e sua análise acerca das relações entre o homem e o meio ambiente no Brasil. Nele, a autora chega à conclusão, a partir daquelas produções e das perspectivas daqueles autores, de que as relações do homem com a natureza são inseparáveis das relações que eles têm consigo mesmos e de que o diálogo com a natureza constitui-se em uma amálgama com as percepções, valores, leis e costumes dos homens.

solidificou práticas de preservação ambiental, tímidas, mas inéditas historicamente, como o lançamento do Código Florestal — em que, pela primeira vez, a fauna e o perigo de extinção de espécies foram mencionados — ou, um pouco mais tarde, a inclusão da natureza na Constituição Federal, na lista de itens a serem preservados e, especificamente, protegidos pela União, pelos Estados e pelas Cidades. Como curiosidade, vale citar que foi nessa época que os três primeiros parques nacionais foram criados: Iguazu, Itatiaia e Serra dos Órgãos e a ação governamental para estabelecê-los foi baseada na idéia de patrimônio natural e geográfico²².

Com relação às décadas de 60 e 70, Duarte (2005)²³ esclarece que a questão ecológica no Brasil aparecia nos meios intelectuais e acadêmicos da época “como um tema de exclusivo interesse do chamado Primeiro Mundo, como se esses problemas só fizessem parte de um patamar superior de preocupações” (p.145). Ela nos informa ainda que, apesar da emergência dos movimentos ecológicos internacionais, a relação com a natureza foi, muitas vezes, naquele momento, considerada como uma temática secundária, frente à miséria, ao analfabetismo, ao desemprego, à falta de moradia e, principalmente, frente à ausência de democracia no Brasil. Embora à mesma época os movimentos ambientalistas de países da Europa e nos Estados Unidos já houvessem assumido uma organização sistemática, incluindo a formação de partidos verdes e a ação de entidades não-governamentais, isso foi interpretado como decorrência do refinamento dessas sociedades, livre da preocupação com necessidades mais urgentes²⁴. Mas, por seu turno, a ascensão das ONGs²⁵ contribuiu para impulsionar as questões

²² Para Duarte, entretanto, o motivo principal da criação desses parques foi a intenção pedagógica do Estado em relação às “massas” — não no senso corrente de educação ambiental, mas para tentar despertar nos visitantes o sentimento de amor e de participação na Nação e de respeito pelo Estado.

²³ Trata-se aqui de um outro artigo, posterior, intitulado “Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil.”

²⁴ Todavia, a pesquisa por ela empreendida mostra que movimentos ocorridos na América Latina, África e Ásia contrariam essa hipótese, “ao delinear um verdadeiro ‘ambientalismo dos pobres’, combativo e afinado às condições de vida e de trabalho de suas populações, sem necessariamente lançar mão de linguagens ambientalistas” (p.146). Foi o caso, por exemplo, das lutas de populações de vilarejos no Peru, contra a poluição das águas ou do ar por grandes companhias, de protestos de populações indígenas na periferia de Quito, contra o despejo de lixo, ou da oposição contra a Shell, na Nigéria, dentre outros.

ambientais, respaldadas pelo trabalho pastoral e pelos militantes de esquerda brasileiros. E, nas academias, trabalhos escritos em tom de denúncia narravam pilhagens de riquezas, que se esvaíam pelas “veias abertas da América Latina” (Duarte, 2005).

Entre fins dos anos 70 e início dos anos 80, a sociedade brasileira viveu uma intensa movimentação social — com as lutas de operários, mulheres, negros, seringueiros da Amazônia e a liderança de Chico Mendes, a defesa dos direitos indígenas, a luta das mulheres nordestinas em prol das plantações de babaçu, a constituição de movimentos sociais e ecológicos. E, conseqüentemente, assevera Duarte (2005), houve o delineamento de novas percepções culturais e de diferentes atitudes e interação com o meio ambiente.

Vale ressaltar aqui, com base nas pesquisas empreendidas por Passos (2006), que a política do Governo brasileiro na década de 70 visava a atrair capital estrangeiro, mas que a crescente preocupação com o meio ambiente em âmbito internacional pressionava as instituições financeiras a apresentarem exigências para a realização de investimentos no país. A partir disso, foram criadas instituições para lidar com o meio ambiente, cuja política de funcionamento estava mais comprometida com a atração de investimentos estrangeiros do que com o efetivo valor da questão ambiental.

²⁵ ONGs: Organizações Não Governamentais.

1.2. MOVIMENTOS ECOLÓGICOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS²⁶

Embora ainda não seja expressivo em âmbito de política partidária, segundo o que nos informa Passos (2006), o movimento ecológico vem crescendo e tem dado origem a muitos grupos políticos. É o caso dos partidos “verdes”, responsáveis diretos por essa expansão²⁷, e o Partido Verde alemão (Die Grünen), por exemplo, garante, inclusive, forte base parlamentar desde os anos 80.

A partir dessas informações, pode-se depreender que, na Alemanha, por exemplo, os “verdes” têm apresentado forte e contínuo destaque no cenário político, o que demonstra o interesse daquela sociedade por esse assunto. No Brasil, por seu turno, ainda é pequena a expressividade das questões ambientais no cenário político-partidário.

2. ETNOCONSERVAÇÃO E IMPERIALISMO VERDE

As questões ambientais e, em particular, as relacionadas à conservação da natureza, estão entre as mais críticas para a humanidade nesse início de milênio, por afetarem as condições de sobrevivência da vida sobre a terra e as relações entre grupos sociais e sociedades, pondera Diegues (2000). Entretanto, ele nos alerta que, freqüentemente, uma concepção

²⁶ Chamamos a atenção para o fato de que a inserção de determinados temas no cenário político coincide com o grau de importância que as sociedades a eles atribuem. Assim, trazer aspectos do estado da arte da política ecológico-partidária neste trabalho tem o objetivo de apresentar ao leitor nuances da projeção (ou não) desse tema para determinados povos.

²⁷ O nascimento da política ecológica no Brasil, assim como nos EUA, foi diretamente influenciado pelos modelos dos partidos verdes europeus. O Partido Verde (PV) brasileiro foi fundado em 1986, por intelectuais, artistas e profissionais liberais brasileiros, alguns deles ex-exilados, que tiveram contatos com movimentos ecológicos na Europa.

ambientalista generalista, tecnocrata e neoliberal, importada de países do Hemisfério Norte²⁸, tende a considerar essas questões como solucionáveis pelas técnicas modernas e pelo mercado, isso porque a conservação tem sido definida somente em seus aspectos técnicos e científicos²⁹, sem que seja inserida em teorias relativas a estudos das relações entre os humanos e a natureza³⁰.

Com a atenção voltada ao etnoconservacionismo³¹, o autor registra que o conservadorismo, aplicado ao meio ambiente, no que tange à proteção de recursos ambientais e naturais, é tido, na América Latina, como uma teoria cujo objetivo é tornar o ambiente o menos

²⁸ Egri & Pinfield (1996), pesquisadores canadenses, ao comentarem as origens históricas e o estado atual da teoria ecológica, apresentam três perspectivas sobre os eco-ambientes, que podem auxiliar o leitor no entendimento de impasses criados entre desenvolvimentistas e conservacionistas, no trato com a natureza. Para eles, em um extremo do *continuum* ambientalista está o que chamam de “paradigma social dominante” — com valores fortemente antropocêntricos, que determinam que o progresso deve ser ilimitado e que a exploração de recursos naturais é infinita. Esse paradigma está vinculado aos princípios e aos objetivos neoclássicos, de crescimento econômico e de lucro, informam os autores. Ele estaria mais intimamente associado com as sociedades capitalistas ocidentais, nas quais imperam os princípios do livre mercado e da propriedade privada. No outro extremo, estaria o “ambientalismo radical”, da ecologia profunda — que defende o “igualitarismo das bioespécies”, no qual o progresso econômico deve ceder lugar à preservação da natureza. Na perspectiva da ecologia profunda, as intervenções na natureza devem ser guiadas primariamente pela necessidade de preservar a diversidade biológica e não pelas necessidades humanas, devendo extensas áreas do Globo ser isoladas dos seres humanos. Num ponto intermediário desse *continuum*, estaria, ainda, o que chamam de “ambientalismo renovado”, que incluiria algum grau de modificação dos valores antropocêntricos, buscando conciliar crescimento com proteção ambiental. Essa vertente advoga que o progresso científico e econômico deve ficar ao cargo da tecnologia, devendo ela detectar e gerenciar os riscos ambientais que ameaçam a sobrevivência humana e o seu bem-estar. Escolas situadas nesse entremeio podem tender a um ou a outro lado do citado *continuum*.

²⁹ Nas palavras de Cazeloto (2007), contra os efeitos nocivos da tecnologia, o remédio proposto é sempre mais tecnologia.

³⁰ Essa é a posição da ecologia social, que entende que a degradação ambiental está ligada aos imperativos do capitalismo — a ecologia social está mais próxima, no *continuum* acima referido, da ecologia profunda do que do paradigma social dominante, embora critique firmemente as premissas mais arraigadas da primeira. Os ecologistas sociais vêem os seres humanos primeiramente como seres sociais (e não como uma espécie diferenciada, como pretendem os ecologistas profundos). Para Bookchin (1990), expoente dessa tendência, “as maneiras como interagimos com os outros, como seres sociais, influenciam profundamente as atitudes que provavelmente teremos com relação ao mundo natural. Qualquer perspectiva ecológica idônea repousa, em grande parte, em nossas perspectivas sociais e nossos inter-relacionamentos; por isso, redigir uma agenda ecológica que não tenha espaço para as questões sociais é algo tão obtuso quanto redigir uma agenda social que não tenha espaço para as questões ecológicas”. (Bookchin, 1990b, p. 24-5).

³¹ Preocupado com as características ambientais dos países do Hemisfério Sul e, mais especificamente, do Brasil, e com a interferência de países do Hemisfério Norte nas decisões sobre o meio ambiente desse quadrante do Planeta, Diegues (2000) designa etnoconservação como uma nova ciência da conservação “que vem sendo construída, ainda de forma insipiente e fragmentada, por vários indivíduos em alguns países do Hemisfério Sul” (p.40). Assim, a etnoconservação seria, em suas palavras, o resultado da constatação das ambigüidades e incongruências das teorias conservacionistas elaboradas nos países do Hemisfério Norte e transplantadas ao Hemisfério Sul, estando ligada a práticas de conservação que surjam das necessidades culturais e ambientais de cada um dos países do Sul. Os etnoconservacionistas, como os ecologistas sociais, entendem que o homem não pode estar separado da natureza e defendem que as comunidades nativas devem ser preservadas em seus espaços de origem, criticando, por exemplo, a instalação de parques desabitados, idéia americana difundida e amplamente instaurada nos países do Sul.

tocado possível. E essa noção de mundo natural, entendida como manejo científico de ambientes naturais e de seus recursos, aponta o pesquisador, é a mais corrente entre os conservacionistas do Norte.

Muitos desses conservacionistas, esclarece ele, partem do princípio de que questões ligadas à natureza exigem soluções aplicáveis em todos os cantos do mundo, ainda que tenham sido geradas por sociedades que têm uma visão do mundo natural construída a partir de princípios e de relações simbólicas dificilmente aplicáveis às demais. E denuncia que essas “soluções mágicas” para problemas como o desmatamento ou para a destruição de ricos ecossistemas costeiros são tidas como universais, pois se parte do princípio de que as relações entre as diversas sociedades e o mundo natural são as mesmas em todos os lugares, sobretudo na chamada “era da globalização”. Para Diegues (2000), esses conservacionistas ficam surpresos ao perceberem que tais soluções não apresentam os resultados satisfatórios que tiveram em suas sociedades de origem, atribuindo a causa desses fracassos a modalidades de execução, como falta de financiamentos, de pessoal técnico ou de fiscalização adequada, condições essas que existem em seus países. E, segundo esse pesquisador, uma dessas soluções mágicas, que teve origem nos EUA, baseia-se na idéia de estabelecimento de parques ou de reservas naturais desabitadas. Ele nos lembra que essa idéia foi sendo imposta a outros países e sociedades, com características ecológicas e sociais completamente diferentes, o que gerou impactos negativos, tanto sobre o meio ambiente quanto sobre as comunidades neles inseridas.

A obra *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*, organizada por Diegues (2000), traz diversos artigos que demonstram como a visão de megainstituições do Hemisfério Norte, como o Banco Mundial ou o WWF³², influencia as

³² World Wide Fund For Nature, conhecido no Brasil como Fundo Mundial para a Natureza.

políticas, os governos e as organizações não-governamentais locais, o que é ali qualificado como imperialismo verde.

Guha (2000), por exemplo, num artigo intitulado “O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo”, denuncia, sob a perspectiva do etnoconservacionismo, que a conservação da vida selvagem, pautada no conservadorismo importado do Norte, é um grande negócio, que serve aos interesses de países e de classes sociais abastadas. Segundo ele, existem cinco grandes grupos sociais que alimentam a conservação da vida selvagem no Terceiro Mundo. Dentre eles estariam os moradores das cidades e os turistas estrangeiros — que tomam algum tempo das suas férias para visitar o mundo selvagem, buscando prazer e recreação — e as elites governantes, que vêm na proteção de um animal como o tigre asiático, por exemplo, a veneração de um símbolo de prestígio nacional. A esses grupos se agregariam o grupo das organizações ambientalistas internacionais, “que trabalham para ‘educar’ os indivíduos nas virtudes da conservação biológica”³³ e aquele formado por funcionários de serviços dos parques, motivados por possíveis privilégios. Por fim, ele apresenta um quinto grupo, o dos biólogos que acreditam na importância da vida selvagem e na preservação das espécies, por causa da ciência. Esses grupos, segundo o autor, hostilizam as comunidades humanas que habitam os parques desde antes da sua criação, entendendo terem elas um efeito destrutivo sobre o meio ambiente, e vêm suas formas de vida como a causa do desaparecimento de espécies, da erosão dos solos, da simplificação dos habitats, além de outras consequências, o que, na visão de Guha e dos demais autores do livro, não procede³⁴.

Taxando os ecólogos ocidentais de arbitrários, Guha (2000) assevera que esses biólogos da conservação demonstram grande impaciência em relação aos agricultores e aos habitantes das florestas. Nessa perspectiva, esses ecólogos, que para ele se arvoram de serem os

³³ Guha, p. 84.

³⁴ E todos eles explicam minuciosamente os motivos que, se aqui expostos, fugiriam ao escopo deste trabalho.

únicos em posição de conhecer os tipos, a abundância e a geografia da vida³⁵, reivindicam para si o direito de decidir sobre como os territórios de conservação devem ser manejados, sob a égide do que chamam de conservação total, baseada em axiomas sobre a vida selvagem advindos do pensamento norte-americano, de que o mundo selvagem tem de ser grande e contínuo e de que toda intervenção humana é necessariamente negativa para a conservação da biodiversidade.

A partir da análise das conseqüências advindas da criação de parques de preservação na Índia e na África, Guha atribui aos biólogos ocidentais da conservação o codinome de “missionários verdes”, disseminadores do que chama de imperialismo conservacionista (p.96). Nesse diapasão, ele instaura uma analogia entre os missionários cristãos e os missionários verdes, ponderando que “os missionários cristãos, tendo descoberto Cristo para eles mesmos, querem que todos os pagãos compartilhem com eles essa descoberta. O conservacionista, no entanto, quer proteger o tigre e a baleia para a posteridade, esperando que outros povos façam o sacrifício no lugar deles”³⁶. Sua acusação é por fim reforçada, ao declarar que os processos envolvidos nesse imperialismo verde são praticamente irreversíveis, pois “os povos tribais, expulsos de suas casas pelas propagandas conservacionistas estão condenados à vida de refugiados ecológicos, um destino que para muitos povos tradicionais se aproxima da morte”. E, em denúncia explícita acerca dos jogos de poder que acontecem sob o manto do conservacionismo, Guha pontua que “a publicidade globalizante e o banqueiro trabalham para um mundo em que cada um de nós, independentemente da classe social, da cor ou do gênero, é, no sentido econômico, um norte-americano, dirigindo um carro, bebendo Pepsi e possuindo uma geladeira e uma máquina de lavar” (p.97).

³⁵ Segundo indicação retirada de H. Iltis (1967), *apud* Guha (2000).

³⁶ Guha, p. 97.

2.1. O PARADIGMA DOMINANTE DE CONSERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Pimbert & Pretty (2000), também filiados ao etnoconservacionismo, as normas e as práticas da ciência da conservação têm sido uma das maiores causas do insucesso de áreas protegidas e de parques. Isso porque, desde o Século XVII, a investigação científica vem sendo marcada pelo paradigma cartesiano, que é normalmente denominado como positivista ou racionalista, e que postula que a realidade é movida por leis imutáveis³⁷. Nessa perspectiva, o conhecimento sobre o mundo é sumarizado em leis ou generalizações universais, descontextualizadas de seu tempo e a consequência disso, dizem eles, é que a pesquisa que tem um elevado grau de controle sobre os sistemas é considerada como boa ciência, equivalente a um conhecimento verdadeiro. Entretanto, alertam os autores, é necessário atentar para o fato de que nenhum método científico será capaz de responder a todas as questões sobre como deveríamos manejar os recursos naturais, com vistas à gestão de áreas naturais protegidas, sendo os resultados sempre abertos a várias interpretações. Por outra via, os cientistas da conservação tendem a olhar os ecossistemas pela perspectiva estreita da sua disciplina profissional, o que age contra o entendimento de fatores que sustentam o êxito dos sistemas nativos de manejo dos recursos naturais, perdendo-se, assim, oportunidades de desenhar esquemas localizados de conservação da biodiversidade.

Numa posição que coincide com a de Guha (2000), os pesquisadores declaram que os métodos e as tecnologias conservacionistas, advindos do paradigma positivista e usados para preservar áreas naturais, têm sido freqüentemente transferidos por especialistas do Hemisfério Norte aos estudiosos do Hemisfério Sul. E os elementos constitutivos desse

³⁷ Paradigma que busca descobrir o que é a verdadeira natureza, tendo como objetivo final predizer e controlar os fenômenos naturais, e os cientistas a ele vinculados acreditam que estão separados dessa realidade, esclarecem os autores.

paradigma ainda estruturam grande parte do planejamento e do manejo de áreas protegidas nos países em desenvolvimento. Designando essa atitude como pertencente a um “profissionalismo normal”, Pimbert & Pretty asseveram que, em geral, tal perspectiva valoriza e recompensa tendências urbanas, industriais, de alta tecnologia, “controlada por homens, qualificadores e preocupados com bens, necessidades e interesses dos ricos” (p.191). Reforçando essa idéia, Cazaloto (2007) denuncia que diante da catástrofe anunciada, são necessários todos os esforços do “engenho humano” para salvar o estilo de vida das sociedades industrializadas.

Esse procedimento, nomeado pelos autores de “manual de conservação normal”, seria também promovido por amplas forças econômicas, com vistas a se apropriarem dos valores comerciais dos recursos biológicos, dentro e no entorno de áreas protegidas. E eles citam o exemplo de empresas controladas pelo Banco Mundial, que negociaram a possibilidade de vender produtos relacionados à diversidade biológica, como o ecoturismo (marketing turístico em áreas protegidas e habitats naturais para turistas ricos), a análise de material genético (estudo de espécies em áreas protegidas e ecossistemas tropicais, para a obtenção de propriedades medicinais), além da comercialização do conhecimento existente sobre medicina, dos povos tradicionais.

Nesse diapasão, forças políticas e econômicas cada vez mais poderosas dão forma à ciência e à tecnologia da conservação, alertam os autores, denunciando que o mencionado manual da conservação normal é muito mais que uma coleção de fatos verdadeiros ou falsos, podendo ser compreendido como um conjunto de escolhas sobre visões de mundo e relações de poder. E essas escolhas não diriam respeito a áreas naturais virgens e uso humano, mas a diferentes tipos de uso e diferentes formas de controle político.

Em contrapartida, alternativas existem e paradigmas alternativos têm se delineado, reformando modos de pensar sobre metodologias para descobrir o mundo, pontuam os

autores. Assim, os avanços em teorias e em conhecimento ecológico têm mostrado, por exemplo, que os ecossistemas são dinâmicos e estão constantemente em transformação, o que traz implicações bastante significativas para os princípios e as práticas de manejo, dentro do chamado desenvolvimento sustentável³⁸. Por essa nova ótica, conservar a biodiversidade requer que as influências humanas e naturais sejam mais sutilmente apreciadas e que a separação entre homem e natureza seja questionada. Isso implica, ponderam os pesquisadores, numa visão bastante otimista e especificamente técnica sobre a questão, que os esforços para conservar a biodiversidade devem estar centrados mais nos processos dos ecossistemas do que em seus produtos e, mais importante ainda, os esforços de conservação devem identificar e promover os processos sociais que permitem às comunidades locais conservar e aumentar a biodiversidade, como parte de seu modo de vida³⁹.

Numa posição menos otimista e voltada para a economia, Vinha (1999), ao pesquisar o conceito de desenvolvimento sustentável em relação às empresas tidas como eco-competitivas, diz que o contexto que deu origem ao debate em torno do desenvolvimento sustentável é o mesmo que decretou a falência do modelo econômico vigente, responsável pela desigualdade marcante nos índices de crescimento industrial entre os países do Norte e do Sul. Para essa pesquisadora, nos primórdios da sua formulação, o termo “desenvolvimento sustentável” carregava uma dimensão de revolução cultural, científica e paradigmática, mas essa “revolução”, diz ela, terminou por se manifestar na forma de uma convenção de mercado,

³⁸ O desenvolvimento sustentável foi definido pela *World Commission on Environment and Development* (WCED), num relatório intitulado “Nosso futuro comum” (1987, p.43), como um “desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), no Brasil, por sua vez, entende conservação como “manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”, numa clara sintonia com o conceito de desenvolvimento sustentável proposto por aquela comissão vinculada às Nações Unidas.

³⁹ Essa posição os situa claramente entre os etnoconservacionistas.

constituída com base na crença de que o desenvolvimento sustentável pode vir a se transformar em uma poderosa estratégia de negócios.

E numa posição de alerta, Guimarães (1997) pondera que a noção de desenvolvimento sustentável surgiu como contraproposta ao desenvolvimento econômico ditado pela lógica capitalista, exigindo mudanças em padrões de consumo e produção, principalmente nos chamados países desenvolvidos. Esse conceito teria surgido, assim, como alternativa à superação da crise gerada pelo desenvolvimentismo desenfreado. Mas o autor atenta para o fato de que existem várias fragilidades ligadas ao discurso do desenvolvimento sustentável, sendo uma delas o fato de que esse novo estilo de desenvolvimento requer uma nova ética, “uma ética que suprima a apatia ao caráter sutil e modificador da economia e seus meios não eqüitativos, que são causadores, por um lado, do grande abismo econômico e, por outro, de enorme bem-estar de populações em diversas partes do Planeta” (p.18). Ele mostra, por fim, que o modelo atual de desenvolvimento e crescimento não responde às aspirações de bem-estar dos seres humanos e profetiza que somente a partir de uma profunda modificação no padrão de relações políticas e sociais é que se poderá chegar mais perto do que seria considerado o cerne do desenvolvimento sustentável. Nesse diapasão, o desafio que se coloca ao Século XXI é o de mudar o curso da civilização, deslocando o seu eixo, de uma lógica de acumulação, num curto prazo, para uma lógica do bem-estar social.

Finalizando essa etapa dos estudos, faremos um breve apanhado nos temas que aqui foram tratados, para, a partir disso, estabelecer algumas reflexões preliminares, por nós nomeadas de considerações parciais. Assim, iniciamos este Capítulo I apresentando, com o auxílio de Passos (2006), alguns aspectos da história dos movimentos ecológicos, como o fato de que eles surgiram primordialmente por conta do progresso da pesquisa científica, do aumento da ocupação humana e das mudanças nas relações sociais e econômicas. Passamos, então, a

discorrer acerca de como se instaurou o pensamento ambiental no Brasil, a partir de Duarte (2003), mostrando que ele foi considerado, por exemplo, como temática secundária, de exclusivo interesse do Primeiro Mundo, suplantada por questões sociais problemáticas aqui existentes, como a miséria, o analfabetismo ou a falta de democracia. Num momento posterior, entretanto, a partir da década de 70, foram criadas pelo Governo brasileiro — por força das exigências de organismos financiadores internacionais — instituições para lidar com o meio ambiente, que estavam mais interessadas em atrair investimentos estrangeiros que com o efetivo valor da questão ambiental. Vimos que a preocupação com o meio ambiente — mundo afora e, principalmente, no Primeiro Mundo — foi motivada pelo crescimento econômico desenfreado, em reação ao capitalismo, e que esses movimentos organizados tiveram origem em países do Hemisfério Norte que, por fim, influenciaram os países do Sul.

Com a apresentação da dicotomia etnoconservação x imperialismo verde, trouxemos a discussão sobre a influência, e mesmo interferência, de instituições do Hemisfério Norte no pensamento e nas decisões de instituições do Hemisfério Sul, no que tange especificamente ao meio ambiente, mostrando o quanto elas podem ser onerosas, em termos sociais e ambientais, por serem invasivas e não adequadas. Em reação a essas influências é que se instaurou o chamado etnoconservacionismo, que busca estudar as situações ambientais locais, dentro de suas peculiaridades e necessidades. Naquele momento, apresentamos a noção de “imperialismo verde”, cunhada por pesquisadores como Guha (2000), que denuncia a imposição de procedimentos conservacionistas inadequados para as terras do Sul. Passamos, então, a discorrer sobre o chamado “paradigma dominante de conservação”, positivista e instaurador de insucesso em manejos de áreas protegidas, por exemplo. Nesse diapasão, Pimbert e Pretty (2000) nos alertam que essa perspectiva valoriza tendências urbanas, industriais, de alta tecnologia e

voltadas para os interesses dos ricos, sendo ela promovida por forças econômicas interessadas em se apropriar de valores comerciais de recursos biológicos.

Quanto à noção de desenvolvimento sustentável, mostramos que, embora ela possa se transformar em uma poderosa estratégia de negócios, o modelo atual de crescimento e de desenvolvimento não responde mais às aspirações dos seres humanos, nas palavras de Guimarães (1997), sendo necessário que haja uma profunda modificação nos padrões de relações políticas e sociais no Planeta, que fuja à lógica da acumulação e vá em direção a ações que promovam o bem-estar social, itens esses inseridos no conceito de desenvolvimento sustentável.

Considerações parciais

Frente ao exposto neste Capítulo I, algumas questões afloram quando nos voltamos para as relações de contato entre brasileiros e alemães, no que tange a ações de preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta. Assim, vimos que as questões ecológicas em países do Hemisfério Sul têm sofrido forte interferência de países do Hemisfério Norte, chegando essa interferência a ser tachada de “imperialismo verde”; vimos, também, à introdução deste trabalho, que na história das relações de contato entre Brasil e Alemanha, brasileiros e alemães têm sido definidos por atributos que indicam aos primeiros o lugar de interlocução daqueles que estão em um estágio de desenvolvimento aquém dos segundos. Com base nessas informações, a possibilidade de que tal situação não se tenha alterado é grande. É grande também a possibilidade de que o interesse da Alemanha pelas questões ambientais no Brasil esteja vinculado à perspectiva de lucro, vez que esse é o paradigma que predomina nas relações internacionais, que são geridas pelo capitalismo, e que norteiam as relações de contato entre brasileiros e alemães desde os primórdios, como vimos alhures.

Por outro lado, o Brasil, também afeito à perspectiva de lucro e primordialmente preocupado em atrair investimentos estrangeiros, tem historicamente dado pouca atenção à questão ambiental, além de se investir do manto de país terceiro-mundista, ávido por ensinamentos e por modelos de povos do Norte, como a Alemanha. Mas temos visto, por outra via, que o seu discurso vem se modificando.

E essa modificação no discurso — seja de hegemonia, superioridade ou de preservação, como vimos à Introdução — tem sido apreendida tanto nas falas de brasileiros quanto de alemães, aqui especificamente no que tange às relações diplomáticas voltadas para o meio ambiente. Essa modificação pode indicar que ambos os países estejam realmente se esforçando para se adequar à noção de um desenvolvimento sustentável que busque promover ações instauradoras do bem-estar social, num meio ambiente preservado. É a análise do *corpus* selecionado para esta pesquisa que buscará indicar, entretanto, em que patamar se encontram essas modificações ou mesmo se elas estão efetivamente ocorrendo.

CAPÍTULO II

1. O ACONTECIMENTO DISCURSIVO E O PAPEL DA MEMÓRIA

Abordar, neste trabalho, o acontecimento discursivo em sua relação com a memória se justifica porque buscamos investigar a possibilidade de que efeitos de sentido constituídos posteriormente venham a alterar lugares de interlocução estabilizados — no caso em epígrafe, tanto com respeito às relações de contato estabelecidas entre brasileiros e alemães, especificamente, quanto no que tange ao binômio meio ambiente / desenvolvimento, genericamente. Assim, cabe falar de memória neste espaço porque, além de haver uma memória das relações de contato entre aqueles dois povos, há também uma memória acerca do discurso ecológico e do discurso desenvolvimentista. Memória que, segundo Pêcheux (1983)⁴⁰, deve ser entendida, não no sentido diretamente psicologista de “memória individual”, mas “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (p. 50). Memória discursiva que, nas palavras de Orlandi (2001), se equipara ao interdiscurso (memória do dizer, algo que fala antes, em outro lugar, independentemente). Visitaremos neste capítulo, além disso, estudos vinculados à noção de cultura, sob a perspectiva da constituição de acontecimentos significativos e de memória, nas fronteiras das migrações e sob a ótica da globalização.

Esse mergulho dar-se-á em torno, por um lado, de apresentações que aconteceram na Mesa Redonda “Linguagem e Sociedade”, realizada na Escola Normal Superior

⁴⁰ As citações referem-se à tradução brasileira de 1999.

de Paris, em abril de 1983, da qual participaram, além de Michel Pêcheux, considerado o pai da Análise do Discurso de linha francesa, professores renomados, como Pierre Achard e Jean Davallon. Das atas daquele evento resultou a publicação “História e Linguística”. Uma das sessões temáticas dessa publicação tem como título “Papel da Memória” e nela estão inseridos os textos que resultaram das falas apresentadas por aqueles pensadores. Esse trabalho foi traduzido para o português em 1999, por José Horta Nunes, que também elaborou a introdução e inseriu, na publicação brasileira, um texto adicional da Professora Eni Orlandi, intitulado “Maio de 1968: os silêncios da memória”⁴¹.

Por outro lado, apresentaremos o trabalho elaborado por Pierre Nora, de título “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, integrante da série *Lês lieux de mémoire*, coordenada pelo autor e que surtiu grande impacto não só na França, por ter tido por objetivo proceder ao inventário simbólico daquele país, mas nos contextos acadêmicos internacionais. No artigo, Nora define “lugar de memória”, termo por ele cunhado, como toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer. No Brasil, esse texto foi traduzido por Iara Khoury (1993) e está inserido na Revista Projeto História, publicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Assim, após apresentarmos o que postulam esses investigadores, estabeleceremos uma ponte entre o que dizem eles e a situação de fato aqui pesquisada e traremos uma visão diferenciada sobre situações de cultura, advinda do trabalho produzido por Homi K. Bhabha (2003), intitulado *O local da cultura*.

Noutra via, postulações genéricas da AD — como a de que todo sujeito é constituído pelo discurso e, ao falar, faz falar a história da sua cultura, do seu país, da sua

⁴¹ Texto esse que não será aqui apresentado porque não abordaremos questões vinculadas ao silêncio, por não serem elas contempladas nesta investigação.

sociedade — aproximam conceitos como memória, história e cultura de forma indistinta. Neste capítulo, apresentaremos alguns âmbitos de diferenciação ou de contato entre eles.

1.1. INVESTIGANDO O CONCEITO DE MEMÓRIA

1.1.1. MEMÓRIA E HISTÓRIA

Para Pêcheux (1983), a questão do papel da memória conduz a abordar “as condições (mecanismos, processos etc.) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio de uma memória” (p. 49). Esse posicionamento demonstra, já num primeiro plano, a preocupação em distanciar o conceito de memória do conceito de história, que são suscetíveis de imbricamento, se não analisados em suas especificidades. Entretanto, se investigarmos com um pouco mais de precisão, veremos que eles ainda permanecem vinculados, instaurando-se entre ambos uma região indefinida, que perdura, em certa medida, até a atualidade.

Motivado pelas demandas de diferenciação entre os termos memória e história e buscando dirimir imprecisões, Pierre Nora escreveu o artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, afirmando que tudo opõe a memória à história e que o que hoje existe são lugares de memória, em substituição ao que ele designa de memória espontânea. Sobre esse trabalho nos debruçaremos neste momento, em busca de subsídios que enriqueçam as nossas reflexões.

Nora inicia o seu raciocínio afirmando que o vivido no calor da tradição, do costume, a repetição do ancestral (que se passava sob o impulso de um acontecimento

histórico profundo) não existe mais e que, com isso, teria havido um desmoronamento central da nossa memória. Para o autor, há uma consciência generalizada da ruptura com o passado e ela se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada. Assim, o que existiriam hoje seriam lugares de memória, e não mais meios de memória; essa situação estaria estabelecida por conta do que ele chama de mundialização, por conta da democratização, da massificação, da mediatização. Segundo o pesquisador, na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial (p.08).

Na evolução das suas hipóteses, Nora pontua que teria acontecido o fim das sociedades-memória (todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores); teria havido, também, o fim das ideologias-memória (todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro). E o fator central que teria desencadeado esse quadro é apontado pelo pesquisador como sendo o modo de percepção histórica dos sujeitos que, com a ajuda da mídia, ter-se-ia dilatado prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade, pelo que ele chama de “película efêmera da atualidade”.

Buscando estabelecer uma diferenciação entre memória e história, é dito pelo autor que ter-se-ia, assim, instaurada toda uma distância entre a “memória verdadeira”, social, intocada — aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo — e a história, que é, segundo ele, o que as nossas sociedades, condenadas ao esquecimento, fazem do passado, porque são levadas pela mudança. Trata-se de uma distância instaurada entre o que é designado como uma memória ditatorial e inconsciente de si mesma — organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem

passado, que reconduz eternamente a herança — e a nossa atual, que só é história, vestígio e trilha. E essa distância estaria chegando num ponto convulsivo.

Em tom nostálgico e de protesto, o autor diz que, se habitássemos ainda a nossa memória (verdadeira, intocada, ancestral), não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares e que esses lugares não existiriam porque não haveria memória transportada pela história. Nessa perspectiva, quando se instaura a distância, não estamos mais, segundo ele, dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.

É feita, então, uma ampla diferenciação entre o que se constitui como história e o que se caracteriza como memória. Para Nora, tudo opõe uma à outra. A memória, assim, seria a vida, sempre carregada por grupos vivos; seria algo sempre atual, um elo vivido no eterno presente, enraizando-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história, por sua vez, seria a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais; uma representação do passado, tratando-se de operação intelectual, que demanda análise e discurso crítico.

Segundo o pesquisador, enquanto a memória emerge de um grupo que ela une e é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva e plural, a história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma inclinação para o universal. Com tom incisivo, é dito que no coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea (p.09), sendo a memória sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e repeli-la. Vez que se constituiria na deslegitimação do passado vivo, o movimento da história não seria a exaltação do que realmente aconteceu, mas sua anulação.

Ao cunhar o termo “lugares de memória”, ele assevera que esses lugares nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos. Dentro dos raciocínios até aqui estabelecidos, é dito, então, que tudo o que hoje é

chamado de memória constitui-se, na realidade, em história. A memória verdadeira estaria hoje, para o autor, abrigada no gesto e no hábito, “nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo” (p.14). O que nós chamamos de memória, na atualidade, seria a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar; repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. Memória de papel. Assim, à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados, pondera Nora, a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, “como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história” (p.15). Produzir arquivo, assim, é o imperativo.

Numa declaração expressa de que houve uma passagem pontual da memória para a história, é dito que isso obrigou cada grupo a redefinir a sua identidade, pela revitalização de sua própria história e que o dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. Os lugares de memória, por sua vez, constituir-se-iam, simultaneamente, em lugares aqui denominados de materiais, simbólicos ou funcionais, assim caracterizados, por exemplo, como os depósitos de arquivos, os minutos de silêncio ou um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, respectivamente. E esses três aspectos coexistem sempre, diz o autor. Esses lugares de memória são caracterizados por um jogo entre a memória e a história.

A memória, nas palavras de Nora, ditaria e a história se encarregaria de escrever. Em farta classificação dos lugares de memória, o pesquisador diz que grandes obras históricas ou o próprio gênero histórico, bem como os grandes acontecimentos e a própria noção de acontecimento, são todos lugares de memória.

Antecipamos, entretanto, o nosso entendimento de que a forma de abordagem eleita por Nora, para o que designa como memória, mostra-se estática, por não aventar o acontecimento novo como instaurador de memória. É que, segundo ele, repetimos, a

memória real, primordial, seria aquela intocada e se vincularia ao ancestral, sendo que tudo o que hoje é chamado de memória para ele constitui-se, na realidade, em história. Ele diz, inclusive, como vimos, que a memória espontânea seria a ancestral, verdadeira, intocada, “aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo” (p. 08), não deixando, assim, a possibilidade de que os novos acontecimentos venham a se inscrever na memória, com o que discordamos.

1.1.2. PAPEL DA MEMÓRIA DISCURSIVA

Tendo apresentado as diferenciações elaboradas por Pierre Nora entre memória e história, voltamos a nossa atenção, então, para a coletânea intitulada *Papel da Memória*, em busca de uma caracterização mais adequada para o que se constitui como memória neste trabalho, agora do ponto de vista especificamente lingüístico, como memória discursiva.

Assim como Michel Pêcheux, Pierre Achard (1983)⁴² em seu artigo intitulado “Memória e produção discursiva do sentido” demonstra preocupação de que não sejam feitas interpretações psicologizantes sobre o que seja memória — como aquilo que realmente já foi ouvido ou o registro mecânico de fatos. Nesse trabalho, o autor busca, a partir da Análise do Discurso, falar do papel da memória e do estatuto dos implícitos, mostrando que, do ponto de vista discursivo, eles (os implícitos) trabalham sobre a base de um imaginário que os representa como memorizados, enquanto cada discurso, ao pressupô-los, faz apelo à sua (re)construção, com a restrição de que eles respeitem as formas que permitam a sua inserção por paráfrase. Ao centrar foco nos elementos enunciativos que os implícitos comportam, Achard pontua que o

⁴² As citações referem-se à tradução brasileira de 1999.

funcionamento do discurso supõe que os operadores de linguagem só funcionam com relação à imersão em uma determinada situação; quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores. Ele diz também que o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto, face ao qual nos encontramos. Com essa linha de raciocínio, o autor inscreve a sua convicção de que a memória lida com reformulações que são, por fim, reenquadradas no discurso concreto.

Noutro ponto do texto, é dito que o fechamento exercido por todo jogo de força de regularização acontece na retomada dos discursos e constitui uma questão social. Com isso, o autor quer situar a memória enquanto regularização e não como repetição, mostrando que, dessa forma, ela se colocaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico, na sua suspensão, em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação.

Na defesa de uma expressão mais apropriada para caracterizar a memória enquanto produção discursiva de sentido, é dada ênfase à regularização, em detrimento da repetição, sendo dito que a regularização, de ordem mais ampla, se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido, e esse reconhecimento é da ordem do formal. Assim, existiria um jogo de força simbólico exercido no reconhecimento “do mesmo” e de sua repetição. Mais uma vez, reconhecida essa repetição, existiriam procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais. Esse último trecho apontado indica, novamente, a convicção do autor de que há possibilidade de inserção do acontecimento novo nas relações contextuais, de deslocamentos, de comparações etc.

Esse artigo é, então, dentre outros, comentado por Pêcheux⁴³, que, em suas colocações aborda pontualmente a questão do acontecimento discursivo novo, que “perturba” a memória. Segundo ele, embora a memória tenda a absorver o acontecimento, ele pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o acontecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é, assim, o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

Haveria, assim, sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento:

- Um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente, com os implícitos que ela veicula; que visa confrontá-la como “boa forma”, como estabilização parafrástica, negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e, eventualmente, dissolvê-lo;
- Mas também, ao contrário, o jogo de força de uma desregulação que vem perturbar a rede dos implícitos.

Para Pêcheux, o que fica de toda a reflexão é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, em cujas bordas estariam transcendentais históricos e cujo conteúdo teria um sentido homogêneo, acumulado como em um reservatório. Para ele, é necessário haver um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de

⁴³ Dessa coletânea faz parte também o artigo de Jean-Louis Durand, intitulado “Memória Grega”, que também é comentado por Pêcheux, mas que, por não dizer respeito às reflexões aqui instauradas, não é trazido ao corpo deste trabalho.

retomadas, de conflitos de regularização (...), um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

1.2. O LOCAL DA CULTURA

Vimos, no início deste Capítulo II, a defesa empreendida por Pierre Nora, de que a memória que realmente pode ostentar esse nome é aquela ancestral, pura, intocada, porque, do contrário, ela já se constituirá em história⁴⁴, numa visão que deixa de atribuir aos fatos novos a possibilidade de alçar a esse status de memória. Em contrapartida, numa abordagem mais dinâmica de situações que circundam a cultura — que está estreitamente ligada à constituição da memória, como veremos —, Bhabha (2003), no livro “O local da cultura”, assevera que é teoricamente inovador e politicamente crucial que estejamos predispostos a lidar com o que ele designa de hibridismos culturais — que emergem, segundo ele, principalmente em momentos de transformação histórica^{45 46}.

Diferentemente do que reivindica Nora e mais em direção ao que postula Pêcheux (1999), quando diz que a memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, em cujas bordas estariam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo,

⁴⁴ Nas palavras de Nora, “fala-se tanto em memória porque ela não existe mais” (p. 07).

⁴⁵ A expressão “hibridismo cultural” designa, para esse pesquisador, um “deslocamento (...) que leva o discurso dominante a dividir-se ao longo do eixo de seu poder de se mostrar representativo, autorizado” (p. 165). Nessa perspectiva, o hibridismo não seria um terceiro termo que resolve a tensão entre duas culturas, em um jogo dialético de reconhecimento. Ele não seria, também, um problema de genealogia ou identidade entre duas culturas diferentes, que possa, então, ser resolvido como uma questão de relativismo cultural. O hibridismo cultural seria, assim, uma “problemática de representação e de individuação colonial, que reverte os efeitos de recusa colonialista, de modo que outros saberes ‘negados’ se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade, de suas regras de reconhecimento” (*idem*, p. 165). E o autor nos alerta, a partir do desenvolvimento dos conceitos específicos e localizados de símbolo e signo, que ver o cultural não como uma fonte de conflitos — como culturas diferentes —, mas como efeitos de práticas discriminatórias — a produção de diferenciação cultural como signos de autoridade — muda seu valor e suas regras de reconhecimento.

⁴⁶ Vez que se trata de uma reflexão muito rica, de grande valor para os estudos sobre cultura, e que se nela nos aprofundarmos correremos o risco de nos desviar do escopo da presente reflexão, recomendamos ao leitor uma leitura mais pontual e específica de toda a obra.

acumulado como em um reservatório, Bhabha defende que o reconhecimento, ou a posição de legitimidade, que a tradição outorga, constitui-se em uma forma parcial de identificação entre os sujeitos. Para ele, quando o passado é reencenado, esse introduz outras temporalidades culturais, que em suas palavras são incomensuráveis para a tradição. Esse processo afastaria, assim, qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição “recebida”. Segundo os raciocínios desse pesquisador — que provocaram grande impacto ao serem apresentados ao mundo acadêmico, constituindo-se de lá para cá em referência privilegiada para os estudos sobre cultura —, os próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas, de transmissão consensual de tradições históricas ou a noção de comunidades étnicas “orgânicas”, enquanto base do comparativismo cultural, estão em profundo processo de redefinição. E para demonstrar a sua convicção, em tom incisivo ele declara: “gosto de pensar que, ao lado de cada psicose do fervor patriótico há uma evidência esmagadora de uma noção mais transnacional e translacional do hibridismo das comunidades imaginadas” (p. 24).

Nesse diapasão, o autor propõe que seja feita uma revisão radical do próprio conceito de comunidade humana. Segundo ele, o que seria esse espaço geopolítico, como realidade local ou transnacional é o que se deve interrogar. E apresenta o exemplo do alastramento da Aids pelo Planeta, dizendo que o corpo político internacional não pode mais contemplar a saúde das nações simplesmente como virtude cívica; ele precisa repensar a questão dos direitos para toda a comunidade nacional e internacional (p.26)⁴⁷. Dessa forma, o trabalho fronteiro da cultura exige, em suas palavras, um encontro com o “novo”, que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Mais uma vez, em posição diametralmente oposta à de Pierre Nora, quanto à questão da possibilidade do híbrido, do novo, do flexível, Bhabha declara que a transmissão de culturas de sobrevivência não ocorre no organizado ‘musée imaginaire’ das

⁴⁷ Nesse ponto, vale também contemplar a questão do meio ambiente como de importância não só local, mas transnacional.

culturas nacionais, com seus apelos pela continuidade de um passado ‘autêntico’ e um presente ‘vivo’. Ao fazer menção ao que chama de culturas de sobrevivência, ou, mais pontualmente, culturas como estratégia de sobrevivência, ele diz que elas são transnacionais. E justifica, em seu peculiar jogo de termos, que isso ocorre porque os discursos pós-coloniais contemporâneos estariam enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural, seja como ‘meia-passagem’ da escravidão à servidão, como ‘viagem para fora’ da missão civilizatória, na acomodação maciça da migração do Terceiro Mundo para o Ocidente, após a Segunda Guerra Mundial, ou no trânsito de refugiados econômicos e políticos, dentro e fora do Terceiro Mundo (p. 241). Os raciocínios aqui apresentados demonstram pontualmente que o autor entende cultura como algo dinâmico, passível de renovação e de ajustes.

Em seguida, como já procedemos em relação à memória contraposta à história, apresentaremos alguns pontos de contato entre cultura e memória, enquanto memória cultural discursiva.

1.2.1. CULTURA E MEMÓRIA CULTURAL

Entendemos haver entre memória e cultura uma relação biunívoca, sendo que ao mesmo tempo em que a memória constitui a cultura, a cultura também fomenta e instaura a memória⁴⁸, enquanto memória cultural discursiva — e lembramos ao leitor que tanto a cultura quanto a memória acontecem no discurso. Respaldamo-nos, para isso, em pesquisas como a de Jean Davallon, que está registrada nos já referidos estudos sobre memória discursiva, compilados

⁴⁸ Lembramos que a memória aqui é vista do ponto de vista discursivo, e não num sentido psicologizante, individualizado.

no livro *Papel da Memória*. Ali o autor estabelece uma estreita ligação entre o que chama de memória social e as produções culturais.

Em seu trabalho, Davallon postula que, para que o acontecimento se instaure enquanto memória, é preciso que ele saia da indiferença, que deixe o domínio da insignificância, sendo necessário que conserve força, a fim de poder, posteriormente, causar impressão. Para o pesquisador, lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há, para isso, a necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Existiria, assim, um caráter paradoxal na memória coletiva: sua capacidade de conservar o passado, por um lado, e sua fragilidade, por outro, sendo que esta se deve ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os seus membros. Com isso, o autor defende que registrar ou lembrar um acontecimento isolado não se constitui, obrigatoriamente, um fato de memória social. Assim, pensar a questão da memória social nos remeteria, incontestavelmente, a uma problemática dos objetos como operadores de memória.

Para ele, a imagem, enquanto produção ou objeto cultural, por conservar a força das relações sociais, é fortemente operadora de memória social — levando-se em consideração a sua eficácia simbólica — em detrimento do que ela pode representar, ou da informação que pode oferecer. Depois do aparecimento da imprensa, assevera Davallon, surgiram fatores, como o desenvolvimento dos meios de registro da imagem e do som, que deslocam a questão da memória social, estando ela agora nas mídias e não mais nas cabeças dos indivíduos. Assim, a imagem contemporânea é vista como operadora de memória cultural. Para o autor, os objetos culturais, enquanto operadores de memória, fazem entrecruzar memória coletiva (que são a lembrança, a conservação do passado, o foco da tradição) e a história (o quadro dos

acontecimentos, o conhecimento, os documentos históricos). Segundo ele, existe uma memória interna (aquela situada nos membros do grupo) e uma memória externa (a dos objetos culturais).

Essa idéia de memória cultural impressa e preservada através de artefatos culturais, ou objetos culturais ('objects d'art'), encontra, entretanto, resistência nos postulados elaborados por Homi K. Bhabha, por não prever as flexibilizações contextuais necessárias. Para o autor, é imprescindível encarar o conceito de cultura exteriormente a esses 'objects d'art', ou para além da canonização da 'idéia' de estética, e lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social (p.240). Em outras palavras, a prática de se olhar para as características de uma determinada cultura simplesmente através de seus 'objects d'art', enfatizando aspectos estéticos, não seria, para ele, apropriada, porque essa prática não contempla a cultura como produção irregular e incompleta de sentidos e de valor, produção essa que se dá nos atos da sobrevivência. Nessa mesma direção, a linearidade romântica do que seja a preservação da memória cultural, defendida por Nora, se esfacela nos construtos incisivos de Bhabha. Para ele, o que existe é uma tentativa de universalizar a fantasia espacial das comunidades culturais modernas, como vivendo a sua história 'contemporaneamente' no tempo vazio homogêneo do 'povo como um' (p. 344).

O pesquisador se justifica, no que poderia parecer um posicionamento radical, dizendo que a sua preocupação é a de constituir um discurso crítico pós-colonial, que conteste a modernidade através do estabelecimento de outros discursos históricos, de outras formas de enunciação. Nesse diapasão, ele declara que se situa "nas margens deslizantes do deslocamento cultural" (p. 46), o que, em suas palavras, coloca em xeque qualquer sentido reivindicado como profundo ou "autêntico" de cultura nacional.

Para Bhabha, o dito discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradição “popular” autêntica, por ele designado como “mito incrustado de particularidades da cultura”, não se sustenta. Isso porque a memória nacional seria sempre caracterizada como o lugar do hibridismo de histórias e do deslocamento de narrativas. Para demonstrar o seu raciocínio, o autor faz menção ao ato da rememoração, como recriação da memória popular, que transforma o presente da enunciação narrativa no memorial obsessivo do que foi excluído, amputado, despejado, e que por essa mesma razão se torna um espaço ‘unheimlich’ para a negociação da identidade e da história (pp. 274-275). Isso quer dizer que, ao haver a rememoração, sentidos outros são agregados, o que introduz uma margem de deslocamento para os acontecimentos originais e “hibridiza” a memória cultural.

Com a apresentação das ponderações feitas por Bhabha, de que é necessário que o conceito de cultura seja tratado exteriormente aos “objects d’art”, encerramos este capítulo. Nele, expusemos, além das diferenciações construídas por Pierre Nora acerca do que se constitui como história e como memória, os trabalhos de Pierre Achard, Michel Pêcheux e Jean Davallon, apresentados em mesa redonda realizada na Escola Normal Superior de Paris, sobre memória discursiva. De forma transversal, inserimos os postulados inovadores de Homi K. Bhabha acerca do que chama de hibridismos culturais.

Das reflexões desenvolvidas por Pierre Nora, concluímos que, embora tenham sido de grande impacto para os estudos sobre memória cultural — tendo desencadeado, inclusive, inúmeras pesquisas e mesmo ações governamentais acerca do tema —, eles não dão ênfase à renovação da memória cultural, mostrando-se, assim, pouco flexíveis ou envolvidos em relação ao acontecimento novo. Por outro lado, dos estudos apresentados sobre memória discursiva, chegamos à conclusão de que os raciocínios desenvolvidos por Pêcheux são pontuais

em relação à possibilidade de inscrição do novo na memória discursiva⁴⁹ e concordamos com Davallon (1983) quando diz que para que o acontecimento se instaure enquanto memória, é preciso que ele saia da indiferença, que deixe o domínio da insignificância, tornando-se memória cultural. Memória cultural essa que, segundo o que vimos, preveja a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social, como reivindica Bhabha (2003).

Para contemplar a proposta que fizemos de apresentar pontos de contato ou diferenciações entre os termos memória, história e cultura⁵⁰, expusemos a dicotomia instaurada por Nora entre história e memória, frisamos a constituição específica do termo memória discursiva, cunhado por Pêcheux e seus seguidores, e apresentamos os postulados inovadores de Bhabha, acerca da cultura, no que tange aos por ele designados “hibridismos culturais”, que afastam designações tais como as de identidades originais ou tradições “recebidas”, tão caras a Pierre Nora, por exemplo. Sobre possíveis aproximações entre os termos memória e cultura, asseveramos que há entre ambos uma relação biunívoca e apresentamos o trabalho de Davallon, em que o autor estabelece uma estreita relação entre o que chama de memória social e produções culturais, atribuindo grande peso à imagem enquanto artefato cultural, instaurador de memória social. Chamamos a atenção, por fim, para a restrição feita por Bhabha ao conceito de cultura intrinsecamente relacionado a “objects d’art”, por não prever as necessárias flexibilizações contextuais.

⁴⁹ Para Pêcheux, há um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento. Um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente, com os implícitos que ela veicula, como estabilização parafrástica, negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e, eventualmente, dissolvê-lo; mas também, ao contrário, um jogo de força de uma desregulação que vem perturbar a rede dos implícitos.

⁵⁰ Ressalvamos o fato de que neste trabalho não caberia uma abordagem ainda mais pontual sobre o tema, sob o risco de nos desviarmos do seu escopo.

Quando apresentamos a expressão “memória cultural discursiva”, frisamos — e aqui reafirmamos — que tanto a memória quanto a cultura acontecem no discurso, debulhadas em suas diversas formas de linguagem, a ele se vinculando de forma inalienável.

Considerações parciais

Tendo apontando os postulados sobre memória discursiva, em que autores como Pêcheux, Achard, Davallon e Bhabha defendem pontualmente que à memória deve ser reservado um espaço para deslocamentos e retomadas, um espaço para o acontecimento novo, chamamos à cena, agora respaldados por luminares como os acima citados, o nosso raciocínio de que efeitos de sentido constituídos posteriormente podem vir a alterar lugares de interlocução estabilizados. Assim, com respeito às relações de contato estabelecidas entre alemães e brasileiros, podemos asseverar que os lugares de interlocução por eles ocupados podem, sim, ser deslocados, em função do acontecimento novo que se estabeleceu, tanto em torno da necessidade de preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta, quanto com relação à ascensão do Brasil no cenário internacional, seja por conta da sua escalada econômico-financeira, seja por conta dos recursos ambientais de que o país é senhor. O mesmo acontece em relação ao trinômio meio ambiente / desenvolvimento / desenvolvimento sustentável. Resta saber se realmente esses deslocamentos aconteceram, se estão em processo de acontecimento ou se houve, nas palavras de Pêcheux, um jogo de força que manteve a regularização pré-existente, com os implícitos por ela veiculados, como estabilização parafrástica, negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo ou dissolvê-lo. É o que investigaremos nas próximas etapas.

CAPÍTULO III

1. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa aqui desenvolvida é um estudo de caso, de cunho qualitativo-interpretativo, que tem como foco central a análise discursiva da “Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil/Alemanha para o Meio Ambiente”. Em busca de subsídios que respaldem as características discursivas daquele texto, são analisados outros documentos oficiais dos Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente do Brasil e da Alemanha, bem como textos colecionados da mídia escrita brasileira, no que tange a compromissos e parcerias para a preservação ambiental. Utilizamos, neste trabalho, o raciocínio indutivo como norteador primordial da busca de respostas para as nossas perguntas de pesquisa. Por isso, apresentaremos a análise específica de cada um dos textos pertencentes ao *corpus* da investigação, mais intratextual que intertextual — embora os dois movimentos ali aconteçam —, com considerações parciais sintetizadoras, nos moldes do que fizemos nos capítulos precedentes, para então, em desfecho, fazermos análises mais intertextuais, em que amplas linhas de discurso serão buscadas e considerações mais conclusivas serão apresentadas.

Lembramos ao leitor que a referência básica da presente investigação é o trabalho de Zink (1996) acerca das relações de contato entre brasileiros e alemães. Segundo aquela pesquisa, como vimos, o lugar de interlocução de brasileiros e alemães foi sendo

construído discursivamente ao longo dos contatos que tiveram e foi sendo estabilizado no discurso de ambos. Esse lugar de interlocução alocou o alemão na condição de quem sabe mais, de quem está num estágio de desenvolvimento superior e de quem define padrões a serem alcançados, quando em relação de contato com os brasileiros. Vimos também com Zink (1996), que o Brasil foi definido pelos alemães como um país de oportunidades e um lugar em que há abundância. Por outra via, de acordo com o que vimos na introdução deste trabalho, o fortalecimento do discurso sobre a preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta tem passado a constituir efeitos de verdade que se põem a orientar gestos de interpretação que indicariam o surgimento de uma visão menos mercantilista e menos utilitarista nas inter-relações tanto internacionais quanto pessoais, em direção a um maior respeito pelo meio ambiente e pelos seres humanos. E uma de nossas perguntas de pesquisa busca investigar em que medida aqueles lugares de interlocução estabilizados nos discursos de brasileiros e de alemães ainda orientam, ou não, as relações de contato entre esses povos, no que concerne à necessidade de preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta.

Dentro do quadro teórico que é a Análise do Discurso (AD) materialista, não podemos nos esquecer de que analisar discursos implica perguntar por que eles surgem em determinadas épocas, a quais discursos eles se opõem, quem fala, por que se fala, para quem se fala. Essa linha de investigação postula que, para isso, é necessário analisar a linguagem levando-se em conta o fato peculiar de que a língua é falada produzindo efeitos de sentido. Nessa perspectiva, o processo discursivo está relacionado à produção de sentidos e o discurso é o espaço em que emergem as significações, sendo que o lugar específico da constituição de sentidos é a formação discursiva (FD), noção que, juntamente com as de condições de produção (CP) e de formação ideológica (FI), constitui uma tríade básica da AD. São as FDs que, em formações ideológicas específicas, determinam o que pode e o que deve ser dito, a partir de uma

posição dada, em uma conjuntura dada. São elas, ainda, que permitem dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar, ou não, sobre o sentido a dar às palavras, ou seja, falar diferentemente, embora falando a mesma língua.

A AD trabalha a *opacidade do dizer*⁵¹ e vê nessa opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico. Nessa perspectiva, a linguagem não é um mero instrumento de comunicação, nem apenas um meio neutro de informação. Ela funciona na relação com o político, com a subjetividade, com a ideologia. Além disso, os sentidos aí não são gerais, sendo determinados pelas condições em que são produzidos, em formações imaginárias: imagem de quem fala, de quem ouve, do objeto de que se fala, das circunstâncias em que se dão etc. E o objetivo do analista na AD é explicitar como se dá essa produção de sentidos. Assim, ele não trabalha apenas com o que as partes de um texto significam, mas antes com o que torna possível qualquer parte. Nos dizeres de Orlandi (2004), o trabalho do analista deve considerar o movimento de interpretação inscrita no sujeito do discurso, naquele que fala e que deixa pistas no próprio dizer⁵².

É com essa linha de raciocínio que nos lançamos nessa empreitada — em busca de indícios de transformação ou de reafirmação dos lugares de interlocução anteriormente ocupados por brasileiros e alemães, com base no trabalho de Zink (1996), e das questões de memória a ela vinculadas, seja no que tange à memória das relações de contato entre brasileiros e alemães, seja com relação à memória do discurso ecológico e do discurso desenvolvimentista. Foi feita opção, como vimos, por uma análise conjunta dos documentos, mas também por análises localizadas de cada um deles, para proporcionar ao leitor um maior contato e uma maior visão discursiva do *corpus* desta pesquisa. Necessário se faz pontuar que o que se analisa ao longo de

⁵¹ Termo cunhado por Michel Pêcheux, presente no texto Papel da Memória, e aprimorado, além de densamente aludido, por Orlandi, principalmente no livro Discurso e texto (2001).

⁵²Orlandi, E. (2004). Cidade dos Sentidos, p. 23.

todo esse trabalho é o discurso sobre as ações (e não as próprias ações), sobre o que se diz estar fazendo e o que isso significa discursivamente. Ao final de cada uma das análises dos textos específicos, apresentamos considerações parciais, que reunirão subsídios enriquecidos para as nossas considerações finais.

Assim, voltamos a nossa atenção, inicial e primordialmente, para a “Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil/Alemanha para o Meio Ambiente”, que é um documento produzido tanto em português quanto em alemão e tem como subdivisões os itens “Intenção”, “Objetivos”, “Atividades” e “Pontos focais”. É com a atenção centrada nos achados discursivos desse documento que nos remeteremos, posteriormente, à análise dos demais textos.

1.1. ANÁLISE DISCURSIVA DA DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A AGENDA COMUM BRASIL-ALEMANHA PARA O MEIO AMBIENTE⁵³

O fato de o documento analisado tratar-se de uma declaração conjunta sobre a agenda comum Brasil-Alemanha para o meio ambiente parece, numa primeira leitura, informar que existiu preliminarmente o estabelecimento de uma agenda, de anotação de afazeres ou registro de compromissos comuns, acertada ou estabelecida previamente de comum acordo, e que, a partir daquele momento, é trazida a público, numa declaração conjunta de ambos os países, declaração essa que é oficial, formal. Entretanto, o texto da declaração apresenta peculiaridades instauradoras de sentidos outros que visitaremos.

Assinada em Brasília, a declaração registra em todas as suas manifestações, invariavelmente, o Brasil em primeiro plano, para em seguida assinalar a presença

⁵³O texto completo da Agenda — em português e em alemão — encontra-se em apêndice para consulta.

da Alemanha⁵⁴. Ora, se levarmos em consideração que é praxe nos procedimentos rituais de recepção, o anfitrião, em atitude cortês, dar prioridade ao hóspede, ao visitante, veremos que não é o que acontece no caso em epígrafe, situação que nos leva a indagar os motivos da priorização. Caso tenha sido o Brasil que redigiu o rascunho da minuta inicial da Declaração, pergunta-se: por que a “grosseria” da auto-priorização? Se foi a Alemanha, a atribuição seria entendida como cortês; mas quais os sentidos destacáveis da iniciativa de produzir tal documento com a colocação do Brasil sempre em primeiro lugar? Quais interesses estariam fomentados nessa iniciativa? Assim também fica a pergunta para a possibilidade de que o documento tenha sido redigido em parceria e simultaneamente. Quais os efeitos de sentido pretendidos ou produzidos com essa priorização, levando-se em consideração que a língua é o lugar material em que o inconsciente e a ideologia se articulam?

Em busca de compreender os processos de significação do texto e de detectar os gestos de interpretação que nele se inscrevem — pondo à disposição do leitor o movimento de uma escuta que não se fecha em si mesma —, pergunta-se também: o que se inscreve adicionalmente no enunciado “... declaram sua vontade de empreender uma agenda comum (...)”⁵⁵? Em primeiro lugar, uma declaração de vontade se diferencia e se distancia de uma declaração de empreendimentos efetivos de uma agenda comum. Uma declaração de vontade se vincula mais especificamente a uma declaração de intenções, sem efetividade pontual, estabelecida em terreno movediço, sem certezas, como de fato, em seguida, é registrado textualmente, no item “Intenção”, em que se lê: “A agenda comum tem por intenção servir como mecanismo para consultas e cooperação entre o Brasil e a Alemanha, nos assuntos críticos do

⁵⁴ Assim é que se fala da “Agenda comum Brasil/Alemanha”; que o governo da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha (estão) desejosos... convencidos etc.; fala-se da cooperação entre Brasil e Alemanha ou que o Brasil e a Alemanha tencionam (algo) ... etc., sendo o Brasil sempre colocado em primeiro lugar.

⁵⁵ Esse trecho se encontra no final da introdução do documento, em que está dito, por exemplo, que o governo da República Federativa do Brasil e da Alemanha, dentre outros itens, declaram a sua vontade de empreender uma agenda comum para o desenvolvimento, como descrita a seguir (...).

desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental”. Entretanto, ainda nesse mesmo item, é feita a declaração afirmativa de que “o Brasil e a Alemanha cooperarão com base na igualdade, reciprocidade e benefícios mútuos, levando em consideração suas políticas de meio ambiente”, o que sairia do âmbito das intenções e se inscreveria no âmbito da ação efetiva⁵⁶. Por outra via, a última parte desse enunciado produz seus efeitos de sentido, ao registrar que ambos os países “cooperarão com base na igualdade, reciprocidade e benefícios mútuos, levando em consideração suas políticas de meio ambiente”. Se for lida como declaração de intenções — como atesta o item no qual o enunciado está inserido —, uma maior atenção nos revela apenas a intenção, e não a efetividade, de cooperar “com base na igualdade, reciprocidade e benefícios mútuos”, o que mostra a possibilidade reversa de não haver igualdade, reciprocidade ou benefícios mútuos, caso a intenção malogre e a situação volte a seu histórico *status quo*⁵⁷.

Ainda nesse mesmo enunciado, diz-se que tal intenção de cooperação deve levar em conta as políticas de meio ambiente de ambos os países. A Declaração foi assinada, entretanto, pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro e pelo Ministério para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear alemão. Uma leitura um pouco mais atenta, à procura de não-ditos, nos mostra aqui que, enquanto a Alemanha se fez representar por um Ministério específico para o meio ambiente, com desdobramentos inscritos de atribuição voltada para a conservação da natureza e para a segurança nuclear, o Brasil foi representado pura e simplesmente pelo Ministério das Relações Exteriores, que tem atribuições de lidar com política internacional e não especificamente com o meio ambiente, o que pode revelar a não atenção ao tema ou, mais precisamente, o interesse em outro ponto, que é pelas relações

⁵⁶ A elaboração do documento oficial abre, entretanto, possibilidades de ação.

⁵⁷ **Zink** (1996) mostra que na história das relações entre os dois países, brasileiros e alemães têm sido definidos por atributos que indicam aos primeiros o lugar de interlocução daqueles que estão em um estágio de desenvolvimento aquém dos segundos. Ela assevera, ainda, que “os gestos de interpretação que produziram esses efeitos de sentido alocaram também aos alemães o lugar de interlocução daqueles que definem padrões a serem alcançados, quando em suas relações de contato com os brasileiros” (p. 182).

internacionais e não pelo problema ambiental em si. E uma breve consulta ao site do Ministério do Meio Ambiente brasileiro expõe que já em 1995, ou seja, um ano antes da assinatura da Declaração, o Brasil havia instaurado um Ministério específico para o meio ambiente, recursos hídricos e Amazônia legal. Pergunta-se, então, por que não foi atribuída ao Ministério do Meio Ambiente a tarefa de construir a Agenda e oficializar a Declaração? Quais os sentidos que daí podem ser depreendidos? Descaso para com o tema à época da feitura daquele documento? Negligência para com a política ambiental? Buscando no texto suas pistas, esse dado pode reforçar que a Agenda tenha sido elaborada pela Alemanha e não pelo Brasil. E isso se consolida ao se unir, por um lado, a materialidade de que a menção ao Brasil se dá sempre em primeiro lugar, à indicação de que o Ministério do Meio Ambiente brasileiro de fato, não estava presente na construção da Agenda⁵⁸. Cabe aqui ressaltar, com base nos dizeres de Orlandi (1993), que “o silêncio significativo também está submetido aos mecanismos discursivos de produção e funcionamento”. Assim, o silêncio também é discurso e tem a sua materialidade própria. E há silenciamento, na Agenda, acerca do preparo estratégico do Brasil em questões ambientais, à época da produção da Declaração.

Com isso, a atenção se volta novamente para o questionamento dos possíveis interesses daquele País em instaurar a tal Declaração. Esse interesse se aguça ao se apontar mais uma peculiaridade nessa passagem mencionada. Trata-se da verificação de que, enquanto o título do documento diz ser esta uma Declaração conjunta sobre a agenda comum Brasil/Alemanha para o meio ambiente, o enunciado de transição da introdução para o que no texto se chamou de “Intenção” menciona uma agenda comum para o desenvolvimento. Assim, é enunciado ali que: “*Por meio deste (documento) declaram sua vontade de empreender uma agenda comum para o desenvolvimento (como descrita a seguir)*”.

⁵⁸ Pesquisas reiteradas sobre a autoria da construção da minuta inicial da agenda foram realizadas, sem resultados efetivos.

Para explicar essa derivação, que substitui a expressão meio ambiente por desenvolvimento, vamos buscar apoio tanto na designação do ato falho freudiano quanto nos trabalhos de Orlandi (2001)⁵⁹, quando ela diz que é preciso considerar, no discurso, as posições dos sujeitos e as projeções histórica e política sobre a linearidade em que funciona abundantemente a ideologia (e o inconsciente). Por essa via, fica apontada a pretensão econômica, negocial, embutida no Acordo. Substituir a expressão “meio ambiente” por “desenvolvimento”, nesses termos, traz à tona aspectos do interdiscurso⁶⁰, inscritos no intradiscurso⁶¹, que apontam, nas pesquisas empreendidas por Zink (1996), por exemplo, para a memória discursiva dos alemães a respeito do Brasil, segundo a qual o seu lugar de interlocução é definido pelos atributos “oportunidade”, “riqueza”.

Pergunta-se, também, o que significa apresentar, em primeira instância, como primeiro enunciado da Declaração, o desejo de fortalecer relações amigáveis. Assim, é dito: “O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Federal da Alemanha, desejosos de fortalecer as relações amigáveis entre os dois países (...)” Seria praxe diplomática? Ênfase dada às relações internacionais? Mas o apelo às relações de amizade, estampado à introdução, pode também ter outros efeitos de sentido, como por exemplo, o apelo para uma relação não protocolar ou a priorização de atenção pelas relações de amizade. A pergunta que não se cala, entretanto, é: o que relações de amizade têm especificamente a ver com

⁵⁹ Orlandi, E. (2001). Discurso e texto, p. 90.

⁶⁰ Nas palavras de D. Maldidier (2003), o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas, em função de relações de dominação, subordinação, contradição. Nas de Orlandi (2001), o interdiscurso é o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos, que determinam o que dizemos. Ele seria a memória que se estrutura pelo esquecimento.

⁶¹ Ainda segundo D. Maldidier (2003), o intradiscurso é definido como o “funcionamento do discurso em relação a ele mesmo (o que eu digo agora, em relação ao que disse antes e ao que direi depois); logo, o conjunto de fenômenos de co-referência, que asseguram o que podemos chamar de fio do discurso”. O intradiscurso, assim, só pode ser compreendido na relação com o interdiscurso. Isso porque ele não designa a realidade empírica do encadeamento discursivo.

a Agenda, se o âmbito no qual ela está inserida é de necessidade de providências técnicas sérias, imprescindíveis e regidas por relações econômico-contratuais?

Outro ponto a se destacar é a escolha vocabular utilizada à introdução do documento. Assim, é dito, por exemplo, na exposição inicial de motivos, que ambos os governos estão “convencidos de que o meio ambiente mundial deve ser protegido, a fim de preservar a saúde e o bem-estar das gerações presentes e futuras da humanidade”; que “reconhecem a importância dos esforços de cooperação para promover a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável” ou que estão “desejosos de promover uma mais estreita cooperação ao longo prazo no campo do meio ambiente”. Ao enunciarem os sujeitos do pacto que estão convencidos de que o ambiente deve ser protegido e reconhecerem a importância dos esforços de cooperação para promover a proteção ambiental, os efeitos de sentido que disso se depreende é que a discussão sobre os problemas estaria em seus estágios iniciais — quando em verdade já se encontra ali em estado crítico —, não dizendo respeito urgente ou direto àqueles sujeitos envolvidos na Declaração. Enunciar que estão convencidos (...), que estão desejosos (...), que reconhecem a importância (...), surte outros efeitos amenizadores e pouco engajados que dizer, por exemplo: frente à necessidade indeclinável de providências (...). Nesse sentido, Orlandi (2004) comenta que há uma memória social que nos constitui de modo mais ou menos inconsciente, mostrando, naquele trabalho por ela empreendido sobre os sentidos da cidade, que por vivermos em ambientes urbanos, já temos em nós uma certa memória de cidade. Utilizando o mesmo raciocínio para explicar os efeitos amenizadores constituídos pela escolha vocabular feita pelos sujeitos formuladores da Declaração, podemos dizer que se trata de sujeitos envolvidos primordialmente com o universo diplomático-administrativo e não com o universo de meio ambiente, o que apaga o ecológico, que se põe como necessidade, mas distante, remota.

Continuando a análise do texto, trazemos o registro feito por Pêcheux (1983) acerca da repetição, porque nos deparamos com essa situação na Declaração. No texto intitulado Papel da Memória, o autor mostra que “a repetição é, antes de tudo, um efeito material que funda comutações e variações, e assegura — sobretudo ao nível da frase escrita — o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica, produzida por recorrência”. Com base nesse raciocínio, percebemos que dos seis objetivos registrados, três apresentam o vocábulo “esforços”. Assim, os organismos internacionais se esforçam para lidar com a proteção ambiental (e não trabalham efetivamente para promover a proteção ambiental); também são esforços os intercâmbios científicos e tecnológicos voltados para problemas ambientais (e não resultados “naturais” do processo de pesquisa); são esforços conjuntos, além disso, dar seguimento aos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Mas a recorrência do item, ou do enunciado, nos diz Pêcheux (1999), pode também caracterizar uma divisão da identidade material do item: sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra, abre-se, então, o jogo da metáfora, como uma outra possibilidade de articulação discursiva. Assim é que o vocábulo “esforços”, nesses contextos, pode apresentar sentidos de penúria, o que provoca efeitos de sentido de dificuldades, ou constituir-se em jargão administrativo, significando serviço prestado, empenho para que as coisas aconteçam. Com ambas as interpretações, entretanto, apresenta-se o distanciamento do problema efetivo, deixando transparecer a vertente administrativa dada ao tema, em detrimento de uma direção efetiva de um trato de urgência reivindicado pelo problema.

Uma outra repetição observada no texto é a do vocábulo intercâmbio, que em quatro dos seis objetivos é encontrado, seguido do termo cooperação. Pergunta-se, entretanto: se à época da assinatura da Declaração não foi dado espaço ao Ministério do Meio Ambiente do Brasil para que ele ocupasse o seu lugar, o que significaria, naquele contexto, falar de

intercâmbio ou de cooperação? O que aqui vimos anteriormente é que a Alemanha se fez presente na assinatura da Declaração por meio de seu Ministério de Meio Ambiente, bem estruturado e engajado internacionalmente, enquanto o Brasil, tendo preterido o seu próprio Ministério do Meio Ambiente da participação na elaboração da agenda e na assinatura da Declaração, deu ênfase prioritária ao Ministério das Relações Exteriores e ao que se poderia caracterizar como conseqüente busca de inserção internacional do País. A divergência de âmbitos de interesse, contraposta à inserção do Ministério do Meio Ambiente alemão, aponta para o esvaziamento das noções de intercâmbio e de cooperação, colocando ênfase na capacidade estratégica unilateral da Alemanha que investe, há décadas, em desenvolvimento de pesquisas para a preservação ambiental.

Com a atenção voltada para esse desnível de interesse, busquemos, então, os sentidos atribuídos à expressão “desenvolvimento sustentável” no texto. À introdução, é dito que ela tem componentes integrados, tais como: a) o desenvolvimento econômico e social; b) a erradicação da pobreza⁶²; c) a provisão de meios de vida sustentável e, por último, d) o gerenciamento ambientalmente adequado dos recursos naturais⁶³. Se levarmos em consideração que a atribuição de sentidos dada ali à expressão desenvolvimento sustentável coloca maior ênfase, em três dos quatro componentes integrados apresentados, às questões econômica e social, poderemos novamente apontar para um foco de interesse predominantemente econômico-negocial na construção da Agenda e da Declaração por parte da Alemanha⁶⁴.

⁶² A menção à erradicação da pobreza, pode indicar referência específica ao Brasil e não à Alemanha, país em que os índices observados de pobreza têm muito menor projeção que no Brasil e não mereceriam, em princípio, atenção específica.

⁶³ E a íntegra do enunciado é: “(...) Enfatizando o fato de que o desenvolvimento econômico e social, a erradicação da pobreza, a provisão de meios de vida sustentáveis e o gerenciamento ambientalmente adequado dos recursos naturais são todos componentes integrados que mutuamente apóiam o desenvolvimento sustentável”.

⁶⁴ Sugerimos ao leitor que se remeta à cópia da Agenda, em anexo, para uma maior visualização das situações apontadas.

Mostradas até aqui as condições de produção da Declaração/Agenda, além de algumas peculiaridades discursivas detectadas no texto, cumpre indicar a ordem de apresentação dos temas de interesse, ali registrados nos itens B e E dos seus objetivos, em busca de significados adicionais. Assim é que o item B diz que os objetivos da Agenda incluem o intercâmbio de perspectivas e de posições sobre questões ambientais chave, tais como: a. mudança de clima; b. destruição da camada estratosférica de ozônio; c. conservação e uso sustentável da diversidade biológica; d. conservação e uso sustentável de florestas e de outros recursos naturais; e. desertificação; f. proteção dos oceanos; g. gerenciamento adequado dos resíduos perigosos e de substâncias tóxicas; h. quaisquer outras questões que ambas as partes julguem apropriadas.

O item E, por seu turno, aponta cooperação e intercâmbio de informação relativa a tecnologias ambientalmente adequadas e suas aplicações nas seguintes áreas: a. controle da poluição do ar; b. conservação e uso sustentável dos recursos hídricos, tratamento da água e gerenciamento costeiro; c. gerenciamento de resíduos sólidos: tratamento seguro dos dejetos e reciclagem das matérias primas; tratamento do lixo industrial, especialmente resíduos perigosos; redução do lixo gerado a partir das embalagens; d. diminuição e prevenção da poluição urbana; e. eficiência energética e uso de fontes novas e renováveis de energia; f. proteção e administração sustentável dos ecossistemas; g. fortalecimento da consciência ambiental, por meio da educação ambiental e da participação dos cidadãos; h. gestão sustentável da diversidade biológica, florestas e outros recursos naturais.

O que se determina nesses dois itens é que haja o intercâmbio de perspectivas e de posições, além de informações relativas a tecnologias ambientalmente adequadas sobre questões ambientais chave. Noutras palavras, a Agenda prevê que o Brasil deve informar à Alemanha sobre suas perspectivas, suas posições e suas tecnologias ambientalmente

adequadas em questões ambientais chave. E vice-versa. E isso dentro de uma ordem didática que se repete nos dois itens, sendo o item B genérico e o item E um pouco mais específico, embora se remetam ambos às mesmas situações. E que efeitos de sentidos poder-se-iam mostrar aí? Voltemos aqui ao item “Intenção”, em seu ponto nº 1, que indica que “a Agenda comum tem por intenção servir como mecanismo para consulta e cooperação entre o Brasil e a Alemanha nos assuntos críticos do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental” e que “a Agenda tenciona ser um quadro de referência para discussões políticas e cooperação nessas áreas”. Enunciar aí que a Agenda tenciona servir como mecanismo para consulta e como quadro de referência para discussões políticas também tem seus efeitos de sentido instaurados. Tratar desse modo a Agenda (como mecanismo para consulta e quadro de referência) produz efeitos de sentido que, no mínimo, mostram-se restritivos das possibilidades de abordagem da situação. Se a Agenda fosse utilizada no sentido estrito aqui estabelecido, as possibilidades de trato do problema ficariam restritas, em detrimento de outras, engessando-as. E essa indicação aponta para o desejo de que se estabeleça um manual, um guia de procedimentos norteadores, uma cartilha orientadora. Tal raciocínio se distancia, então, das atribuições mais flexíveis de uma agenda, que é preenchida à medida que os compromissos se apresentam ou que os problemas se instauram. A primeira vertente, assim, trataria os sujeitos do processo (uma parte deles) como imaturos e a agenda como um guia a ser seguido. A segunda, veria esses mesmos sujeitos como autônomos, engajados e independentes e a agenda teria a sua função preservada de registradora de compromissos, na medida em que eles se apresentassem. Com a reduzida atenção do governo brasileiro, por ocasião da elaboração da Declaração, aos tratos do meio ambiente, a primeira vertente parece apresentar uma leitura mais apropriada.

No item intitulado “Atividades”, o documento pontua, mais uma vez, as intenções, do Brasil e da Alemanha, em dar seguimento aos objetivos da Agenda, através de

atividades que são então apresentadas. Dentre elas, a primeira mencionada é a de que “sem prejuízo das consultas e negociações regulares sobre cooperação bilateral em desenvolvimento técnico e financeiro, promover, a cada ano, consultas regulares de alto nível, com a participação das agências governamentais relevantes de cada parte (...)”. Assim, registra-se duas vezes no mesmo enunciado que haverá consultas regulares entre os dois países. Na primeira, faz-se referência a consultas e negociações (regulares) sobre a cooperação bilateral em desenvolvimento técnico e financeiro, o que traz à superfície o interesse em se negociar regularmente acerca de desenvolvimento técnico e (*principalmente*) financeiro (grifo nosso). Na segunda vez que, nesse mesmo enunciado, é feita menção a consultas, que também serão regulares e acontecerão a cada ano, frisa-se que elas serão de alto nível (e as outras não seriam?), com a participação das agências governamentais relevantes (e não outras!) de cada parte. Desse excerto, pode-se depreender que a participação de agências governamentais relevantes é o que faz com que as consultas sejam de alto nível, o que põe à mostra a formação discursiva dos sujeitos autores da Declaração, inseridos no discurso diplomático-governamental. Traz à tona, também, a noção de “encenação”, advinda de Maingueneau (1984). Esse autor, ao criticar o sentido que o semiótico Landowski dá à encenação — sentido esse que deriva de uma visão pragmática da linguagem como instrumento de informação e do sujeito como portador de intenções —, afirma que a ela não podem ser dados os atributos de estratégia ou de atitude, pois não há exterioridade entre o sujeito e o discurso. Retomando Pêcheux (1969), Maingueneau diz que o que funciona no discurso é um conjunto de “lugares”, que são determinados por uma topografia social na qual os sujeitos se inscrevem e que funcionam imaginariamente no discurso. Registrar as necessidades de alto nível e de relevância para as consultas e para as agências governamentais aponta para os lugares imaginariamente ocupados pelos componentes do corpo diplomático.

Algumas considerações discursivas merecem destaque, ainda, no enunciado da última atividade proposta pela Agenda, que diz respeito à promoção de “cooperação, conforme mutuamente acordada, com o setor privado e com organizações não-governamentais sobre programas e iniciativas relevantes para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas de desenvolvimento e disseminação de tecnologias ambientalmente adequadas”. Dentre elas, o registro reafirmador de que a cooperação é mutuamente acordada, que parafrasticamente significa confirmar que haja concordância na cooperação ou, em outros termos, “vocês disseram que concordariam em cooperar”. E essa cooperação deve se dar com o setor privado e com organizações não-governamentais para o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias ambientalmente adequadas. Sabe-se, entretanto, que as relações negociais, que acontecem no âmbito do Direito privado, entre particulares, são independentes de sanção governamental, o que deixa à mostra o efeito de sentido aqui pretendido, que é o de dar respaldo, inclusive governamental e diplomático, às ações ambientais do setor privado. Econômica e historicamente, entretanto, o âmbito de realização desses programas e dessas iniciativas “relevantes” não seria o território alemão. O brasileiro, sim.

Considerações parciais

A Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil/Alemanha para o Meio Ambiente confirma o fortalecimento do discurso que reivindica a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida na Terra, mas mostra que a visão mercantilista que regeu as relações internacionais nos últimos séculos está presente na formulação da Agenda. De acordo com a análise da Declaração, os alemães continuam com a sua visão utilitarista, do Brasil como um país de oportunidades. Além disso, a análise registrou um posicionamento atento e ativo do

governo alemão para novas oportunidades de lucro e de inserção, agora no que tange ao meio ambiente brasileiro.

Viu-se, também, que a Declaração/Agenda buscou servir como guia, como tutora de procedimentos a serem seguidos em relação ao meio ambiente, o que aponta para uma indicação monitorada de ações. Além disso, as formações discursivas dos sujeitos que elaboraram o documento se apresentaram como densamente inseridas no discurso diplomático-governamental e utilitarista. Com isso, reforça-se a questão sobre como a intensificação do discurso ecológico, acerca da necessidade inadiável de preservação do meio ambiente — bem como a posição privilegiada do Brasil, econômica e ambientalmente—, vem a perturbar as redes de memória anteriormente estabelecidas (Zink;1996), de acordo com o que vimos nos Capítulos precedentes desta dissertação. E a nossa opção, frisamos, é por apresentar a análise específica de cada um dos textos selecionados enquanto *corpus* de pesquisa, para que tenhamos, juntamente com o leitor, clareza e convicção, construídas paulatinamente, acerca de institutos da AD eleitos como centrais para esta análise, quais sejam, de formação discursiva, ideológica ou imaginária, bem como de memória discursiva, dentre outros, que respondam às nossas perguntas de pesquisa.

Passemos, então, à análise do discurso oficial de representantes da Alemanha sobre o Brasil.

1.2. ANÁLISE DO DISCURSO OFICIAL DE REPRESENTANTES DA ALEMANHA SOBRE O QUE CHAMAM DE “PARCERIA ESTRATÉGICA” COM O BRASIL

Centraremos atenção em quatro textos retirados do site do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, sobre relações internacionais de contato da União Européia com o Mercosul e, mais especificamente, da Alemanha com o Brasil. O primeiro deles, datado de 2001, é de um ministro de Estado alemão, em visita ao Centro Brasileiro de Relações

Internacionais (CEBRI), situado no Rio de Janeiro. O segundo diz respeito à palestra de um secretário de Estado alemão, também em visita ao CEBRI, em 2003. Os dois outros textos, configurados como relatórios, expressam a posição do Ministério das Relações Exteriores alemão acerca dessas relações de contato.

Com essas análises, buscamos atender às nossas perguntas de pesquisa, que giram em torno seja do entendimento das características do discurso oficial das relações diplomáticas de contato entre o Brasil e a Alemanha — no que tange à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta —, seja com relação aos lugares de interlocução, estabilizados anteriormente nos discursos — observando se até hoje eles orientam, ou não, as relações de contato entre brasileiros e alemães, mesmo com as novas configurações, determinadas pela necessidade de preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta —, seja ainda no que diz respeito a um possível deslocamento no funcionamento dos discursos anteriormente estabilizados nas relações de contato entre brasileiros e alemães — deslocamento esse guiado pela necessidade de não ignorar os danos ambientais — ou se a necessidade de preservação ambiental reorganiza, ou não, as redes de memória anteriormente estabelecidas.

Para que o leitor tenha um panorama dos textos, apresentaremos um esboço de seus conteúdos, para então passarmos a uma análise mais específica daquele material⁶⁵. Assim é que, na palestra de 2001, no CEBRI, o ministro aborda as relações econômicas e políticas com o Brasil e com o Mercosul e, especificamente, as políticas latino-americanas, alemã e européia. À introdução ele frisa se sentir entre amigos e registra surpresa com a interrupção de uma sessão da Câmara dos Deputados para que ele fosse recepcionado, bem como com o discurso de improviso, feito pelo presidente da sessão para enaltecer a Alemanha, o que ele

⁶⁵ A opção por apresentar o conteúdo das palestras em português foi feita para que o leitor não especializado no alemão possa acompanhar a seqüência de idéias e de argumentações sem quebra nos raciocínios. Aos interessados, os textos originais dos discursos estão disponíveis nos anexos deste trabalho. As traduções são de nossa responsabilidade.

interpretou como “uma simpatia extraordinária que o Brasil nutre pela Alemanha”. As relações econômicas com o Brasil e com o Mercosul tornam-se, então, o assunto em pauta. Naquele momento, o palestrante expressa a satisfação com a firmeza do Brasil em sua participação na globalização e diz que, por isso mesmo, ele (o Brasil) é um parceiro valioso na política externa, sendo que o coração do Mercosul bateria no Brasil. Ainda segundo aquele representante alemão, o Mercosul seria o dínamo da economia na América do Sul, sendo o mercado que se desenvolve mais rapidamente no mundo. E frisa que “essas chances de mercado são aproveitadas ativamente pela economia”, apresentando o dado de que empresas alemãs têm no Mercosul, em alguns setores, partes estratégicas de mercado e que em São Paulo se encontra o maior pólo econômico de empresas alemãs. As filiais alemãs, informa ele, produzem no total 15% dos produtos industrializados do Brasil, “um número que traz um sabor especial, que tem de ser desfrutado”. Mas isso não é suficiente, continua, “porque a concorrência está atenta e está chegando”. Esse tópico é finalizado com o registro de que a Europa é hoje o mais importante investidor no sul da América do Sul, à frente dos Estados Unidos⁶⁶. Em seguida, atenção é dada às relações políticas. O ministro diz ali que o foco principal da sua visita é a política externa — “mais exatamente a nossa política (alemã) com a América Latina, que se situa na política externa e de segurança comum da Europa”. Segundo ele, a América Latina mudou drasticamente (para melhor) em apenas uma geração. O palestrante também frisa que ela se “orgulha de ter uma sociedade civil extremamente vibrante e muito viva”. Quanto às relações políticas Alemanha/Brasil, é dito que os dois países se consideram parceiros estratégicos, mas que parceria estratégica não deve ser entendida no sentido estrito de segurança política. Ele define, então, parceria estratégica como “prontidão e obrigação mútua de se consultar sem receio em questões de médio e de longo prazo,

⁶⁶ Mas logo à frente ele diz gostar de falar de um “triângulo transatlântico” (América do Sul, Europa e América do Norte), sendo que Europa e Estados Unidos seriam, ao mesmo tempo, parceiros e concorrentes. Para o palestrante, seria do interesse de todos fortalecer os três lados desse triângulo.

de conhecer os interesses mútuos, de descobrir coisas em comum e de se apoiar mutuamente na realização das metas da política externa de longo prazo”. Nisso, ele inclui “além da política ativa da paz e do desarmamento e da política internacional dos direitos humanos, também o desenvolvimento continuado do sistema de comércio e de finanças e os esforços coordenados para um desenvolvimento sustentável”.

Sobre as políticas latino-americana, alemã e européia, falando agora exclusivamente em nome da Alemanha, o palestrante diz que o seu país encarou o desafio de diferenciar a política latino-americana por regiões, o que a tornaria mais densa e concreta, possibilitando prestar contas dos seus fracassos e dos seus sucessos. Naquele ponto, ele passa à apresentação do que chama de cinco situações (teses) — relacionadas à “promessa de que a Alemanha se esforçará para apoiar, de forma mais eficaz do que no passado, a democracia e a estabilidade em toda a América Latina e isso primeiramente através do fomento aos direitos humanos, à emancipação da mulher e aos direitos das crianças da América Latina”. Dessas cinco situações, a primeira diz respeito ao apoio e ao fomento que a Alemanha daria a processos de integração regional, porque “esses pólos de integração fortalecem a identidade e o poder de negociação dos nossos parceiros”, o que, segundo ele, vai ao encontro dos seus propósitos. A segunda, por sua vez, está ligada à nova dinâmica política como impulso para as relações econômicas — e o ministro diz ver chances econômicas formidáveis de médio e de longo prazo na região. A terceira frisa que a parceria estabelecida focalizará, ainda mais do que foi feito até o momento, questões globais como a proteção internacional ao meio ambiente e a quarta diz da proteção internacional à fauna e à flora, bem como do apoio ao desenvolvimento sustentável e à luta contra a miséria. Por fim, a quinta faz menção ao trabalho conjunto em áreas de pesquisa e de tecnologia e ao intercâmbio cultural. Com respeito a esse item, é dito que “é o tesouro das coisas comuns que nos faz tão bem”, em clara alusão à grande população de origem européia, e

especificamente alemã, que há no Brasil e na América do Sul e, para encerrar o seu discurso, o palestrante sugere que estaria na hora de buscar esse tesouro novamente. Passemos ao segundo texto.

Intitulado “*O futuro das parcerias estratégicas Alemanha/Brasil*” e proferido também no CEBRI em 2003, o discurso do secretário tem início com a afirmação de que ele louva a oportunidade de se dirigir àquela distinta platéia, primeira de uma série às quais se dirigirá, inclusive dando consultoria, também no Chile e na Argentina. O orador situa, então, o começo da “parceria estratégica” entre Alemanha e Brasil em 1995, feita entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o chanceler Helmut Kohl e mostra que, desde então, e principalmente depois da Rio₉₂, Alemanha e Brasil “desenvolveram uma forte relação política, baseada em esforço mútuo e em visões compartilhadas de novas questões da agenda internacional”. Nesse ponto, ele passa a citar situações catastróficas que aconteceram, como o 11 de setembro ou a guerra do Iraque, dentre outras, para mostrar a enorme necessidade de que haja parcerias estratégicas de relações internacionais no presente.

E pergunta: “Em tais circunstâncias, que relevância tem a parceria estratégica Alemanha/Brasil? Que contribuições ela pode trazer?”, respondendo que gostaria de olhar primeiramente questões de segurança para depois dar atenção ao estado do sistema internacional de cooperação e ao papel que a Alemanha e o Brasil têm na expansão do quadro bi-regional.

Com respeito à questão da segurança internacional, ele diz que o fim do conflito Leste-Oeste mudou fundamentalmente, se não a natureza, no mínimo a percepção das questões de segurança em todo o mundo. Chamando à cena um discurso do secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o palestrante pondera que a questão da segurança internacional está relacionada agora ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, por um lado, e

à extrema pobreza, à proliferação de doenças mortais infecciosas, à mudança climática e à degradação ambiental, por outro. De forma enfática e tomando as palavras do discurso de Kofi Annan, ele rechaça o uso da força para a autodefesa, uso esse que seja feito unilateralmente e de forma desprovida de legalização, numa límpida crítica à posição assumida pelos Estados Unidos e buscando reforçar o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em sua competência para legitimar ações militares. Nesse momento, ele diz que, embora a diplomacia estrangeira sempre tenha de lidar com questões de poder, em relacionamentos estratégicos — e que seria ingênuo negar essa simples verdade, sob pena de nos expormos a surpresas desagradáveis —, outros fatores ganharam e continuam a ganhar em importância. Para explicar o que queria dizer, ele traz a noção de “poder leve” (soft power), cunhada a partir dos conceitos de poderes “hardware” e “software” da diplomacia internacional⁶⁷. Assim, a política clássica de poder da diplomacia internacional seria nomeada como “hardware” — aquela que permite a projeção de poder pelos significados políticos, econômicos e militares para as mais distantes regiões do mundo. “Software”, por sua vez, seria a habilidade de influenciar a agenda internacional e persuadir parceiros da diplomacia estrangeira a perseguir os seus interesses de forma compatível com os que nós mesmos temos. “Poder leve”, dessa forma, seria baseado na habilidade de convencer os “jogadores” internacionais e de formar alianças formais e não-formais. Com base nisso, ele comenta o fracasso do Consenso de Washington e diz que “muitas vezes na América Latina clamam por mais elementos europeus em consensos como aquele, como por exemplo o modelo alemão de economia social de mercado”. Para o secretário, o real fundamento valorizado pelos alemães no relacionamento com a América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular, é esse chamado “poder leve”, que visa “não só compartilhar um amplo e profundo consenso sobre valores fundamentais, como democracia, direitos humanos e regras legais, como também

⁶⁷ Conceitos introduzidos por Josef Nye, acadêmico americano que ocupou altos postos no Pentágono no governo Clinton, segundo ele.

compartilhar uma crença comum na necessidade de mitigar os efeitos da globalização, procurando respostas confiáveis para a necessidade de justiça”. Justiça aí entendida por ele como uma distribuição satisfatória e equitativa de oportunidades de vida para cada um e para todos os cidadãos do Planeta.

O relacionamento estratégico Alemanha/Brasil é inserido, então, em seus raciocínios, ao dizer que ambos concordam em muitas questões sobre política global. Assim, ambos estariam, segundo ele, firmemente comprometidos com o multilateralismo e com o papel forte das Nações Unidas e ambos acreditariam “que a globalização clama por esforços crescentes para acelerar o trabalho sobre o sistema emergente de governo global e de integração regional”. Ambos estariam também convencidos da necessidade de um mandato forte para as Nações Unidas para lidar com o pós-guerra do Iraque e a concordância se estenderia, ainda, a questões que vão desde o estabelecimento da Corte Internacional de Justiça até o controle internacional de armas. Depois de fazer alguns comentários sobre os passos dados pelo Brasil em direção à integração regional e sobre o papel que ele vem assumindo como “jogador” global e como catalisador — papel esse amplamente aceito pelos países vizinhos, falantes do espanhol, segundo ele —, o secretário passa à segunda questão, que é o nível de cooperação internacional entre os países.

Nesse item, é abordada a inadequação da exclusão de quase todas as nações, principalmente as mais pobres, das decisões e das negociações internacionais, além da crítica à emergência do Grupo dos 20, liderado pelo Brasil, que segundo ele é infundada, sendo a iniciativa incontestavelmente útil, “porque serviu para clarear interesses articulados que precisam ser levados em conta”. Nessa perspectiva, é dito que a Alemanha tem pressionado a União Européia em assuntos como a reforma da Política Agrícola Comum e que muito, ao longo do

tempo, tem sido alcançado. Também é dito sobre a sabedoria de se fazer negociações em âmbito regional, princípio ao qual tanto a Alemanha como o Brasil aderem de forma incondicional.

O representante alemão diz, então, que “ninguém que tenha algum entendimento sobre as dinâmicas da economia mundial irá negar a natureza complementar e estratégica desses processos de negociações em âmbito regional” e revela a sua convicção, dizendo que “nós, da União Européia, não estamos acanhados com a nossa oferta, por acreditarmos que o acordo União Européia - Mercosul tem mais ‘apelo sexual’ (sex appeal) para nossos parceiros porque ele se nutre de uma dimensão sociocultural e de um diálogo político institucionalizado, que vai além de meros aspectos comerciais”.

A última questão, que diz respeito ao papel que a Alemanha e o Brasil têm na expansão do quadro bi-regional, ele aborda questões atinentes a vitórias e a dificuldades de negociação na União Européia, dizendo que elas existem não só naquele continente, mas também para o Mercosul e que o Brasil também lida com elas. Isso significa, pondera o secretário, que advocacia e liderança são necessárias para que haja unidade, iniciativa e elasticidade e que a parceria estratégica Alemanha/Brasil torna-se, por isso, muito importante para o futuro à vista.

O texto “Relações entre o Brasil e a Alemanha”, de 2005, também retirado do site do Ministério das Relações Exteriores alemão, é um relatório que visa informar sobre as relações econômicas, políticas e culturais entre os dois países, sob a ótica do governo alemão. Logo ao seu início, as relações políticas são abordadas, registrando que “as fantásticas relações entre o Brasil e a Alemanha são amplamente fundadas em questões políticas, econômicas, sociais e culturais” e que foram as opiniões convergentes que fizeram crescer esse relacionamento em direção a uma parceria estratégica. Registra, também, que esse intercâmbio político bilateral inclui temas como direitos humanos, proteção ao meio ambiente, proteção aos

povos indígenas, além de um trabalho conjunto sobre questões políticas, por exemplo, no que tange à reforma do sistema das Nações Unidas ou à política internacional de desarmamento. Nesse item é dito, além disso, que uma atenção especial é dedicada, tanto pelo Brasil quanto pela Alemanha, ao intercâmbio de pesquisa, tecnologia e cultura e que contribuições de imigrantes alemães para o Brasil até hoje são enfaticamente reconhecidas.

Quanto às relações econômicas, o registro é de que o Brasil é o parceiro comercial mais importante da Alemanha na América Latina. É feito um balanço aí, em números, dos investimentos feitos pela Alemanha no Brasil e das importações/exportações entre os dois países. Fala-se, também, das três Câmaras de Comércio e Indústria Alemã/ Brasileira instaladas no Brasil, das visitas de corpos diplomáticos e de políticos dos dois países entre si. Atenção, então, é dada à cooperação no setor de infra-estrutura e energia, passando-se aos detalhes dos encontros de comércio acontecidos entre os dois países. Nesses encontros falou-se, segundo o relatório, de crescimento e investimento, de agrobusiness, do setor automobilístico e de autopeças, de construção de máquinas e equipamentos, de informática, de indústria química e farmacêutica e de biocombustíveis, tendo sido dada forte ênfase a esse último assunto. Segundo os dizeres do relatório, “ambos os países pretendem trabalhar juntos e intensamente no setor de biocombustíveis, no futuro”.

Das relações culturais, o documento registra que também nesse setor o Brasil é um importante parceiro para a Alemanha, e vice-versa. Passa-se, então, à enumeração dos acordos culturais estabelecidos entre ambos os países, dando-se ênfase ao trabalho do Instituto Goethe, ao expressivo número de falantes do alemão no Brasil, às escolas alemãs aqui instaladas e ao estudo universitário de brasileiros na Alemanha, patrocinado pelo DAAD. Por fim, menção é feita ao intercâmbio artístico, com o registro da presença de dirigentes alemães em Bienais brasileiras e de visitantes de grupos artísticos alemães ao Brasil. Das visitas de grupos

artísticos brasileiros à Alemanha ou de bolsas brasileiras para universitários alemães, por exemplo, nada é dito.

O relatório de fevereiro de 2007, por sua vez, repete em parte as informações contidas no relatório de 2005, principalmente no que tange às relações políticas e econômicas, acrescentando dados sobre investimentos e sobre encontros diplomáticos e comerciais. Investimentos feitos na Bahia (fábrica de pneus) e no Rio de Janeiro (siderurgia) são registrados. O texto frisa, novamente, a previsão de trabalho conjunto no setor de biocombustíveis e pontua serem ainda pequenos os investimentos diretos do Brasil na Alemanha, mas há o comentário de que isso pode mudar, com a internacionalização de grandes empresas brasileiras. Um novo item, entretanto, que não existia no relatório de 2005, é ali agregado, por desmembramento do que chamaram anteriormente de “relações culturais”. São notícias mais minuciosas sobre pesquisas feitas principalmente na área de meio ambiente. Assim, é dito que o trabalho conjunto na área de pesquisa e tecnologia, que vêm desenvolvendo Alemanha e Brasil, se baseia em um contrato que entrou em vigor em 1969 e que foi renovado em 1996. As primeiras pesquisas, segundo o relatório, eram centradas em assuntos de energia nuclear e pesquisa espacial, mas nos anos 80 esse foco foi mudado para a área de meio ambiente. Em outras palavras, para estudos sobre fontes de energia biológica de uso renovável. Essas pesquisas se destacam, de acordo com o documento, principalmente pelos programas integrados de longo prazo, “em que não só são trabalhadas soluções interdisciplinares, mas também a inclusão das populações locais e as parcerias com ONGs”. O programa mais abrangente, de acordo com aquela apresentação, seria o Programa Shift (Studies on Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics), que terminou em 2003 e que teria sido feito em intensivo contato com as populações locais. Nele teriam sido apresentadas indicações acerca do uso agropecuário sustentável de matas tropicais. Os investimentos feitos pelo Governo Federal da Alemanha,

através do seu Ministério de Formação e Pesquisa (BMBF – Bundesministerium für Bildung und Forschung), para tal empreendimento foram da ordem de 40 milhões de Euros, informa o relatório, mostrando ainda que em outro programa, intitulado MADAM (Mangrove Dynamics and Management), que aconteceu de 1995 a 2005, foram investidos 11.9 milhões de Euros. Esse último constitui-se no maior projeto mundial de pesquisa para o uso sustentável de mangues, segundo o documento, havendo estudos feitos para o programa inclusive no Centro de Ecologia Marinha Tropical (ZMT – Zentrum für Marine Tropenökologie), em Bremen, Alemanha.

E o relatório prossegue em suas informações, pontuando que uma outra área de pesquisa que atinge a Mata Atlântica foi desmembrada do Programa Shift, já concluído, para se tornar um programa específico de tecnologia e pesquisa para a Mata Atlântica, que duraria até 2011. A justificativa para tal empreendimento é dada, mostrando que da Mata Atlântica restam hoje apenas fragmentos e que, exatamente por isso, é necessário elaborar um conceito de conservação integral de longo prazo, que inclua o uso da agricultura e o manejo da floresta. Além disso, quatro novos projetos relacionados a pesquisas marítimas foram iniciados. Eles lidam com pesquisas sobre zonas litorâneas, avaliação de exigências para o uso do mar e coleta de dados sobre as conseqüências desse uso, através de sistemas de monitoramento. O documento registra, ainda, a participação da Alemanha num projeto em Recife, intitulado “Pesquisa para o desenvolvimento sustentável de megalópoles do amanhã”, que faz parte de um programa internacional maior, também financiado pelo Governo Federal da Alemanha, através do seu Ministério de Formação e Pesquisa (BMBF – Bundesministerium für Bildung und Forschung). Trata-se de “um programa de prevenção e desenvolvimento urbano planejado, para evitar, diminuir ou eliminar problemas econômicos, sociais e ecológicos e criar novos espaços de ação para uma melhor qualidade de vida”, pontua o relatório, informando também que a pesquisa

conjunta na área espacial, na atualidade, se concentra principalmente no desenvolvimento de satélites para o monitoramento do meio ambiente.

Considerações parciais

Uma análise global dos quatro textos analisados nos mostra que, neles, os focos de atenção se fixam primordialmente em temas políticos, culturais e econômicos, sendo que a esse último é dada atenção redobrada. Todos eles, em uníssono, fazem menção ao que chamam de “parceria estratégica Alemanha/Brasil”, bem como ao apoio que a Alemanha dá à integração regional e às negociações bi-regionais (União Européia/Mercosul). Embora nos três primeiros textos alusão seja feita à proteção ao meio ambiente e ao apoio ao desenvolvimento sustentável, pouca atenção é dada a esses temas. Em contrapartida, o quarto texto (o relatório de 2007 sobre as relações Alemanha/Brasil) apresenta detalhes das pesquisas sobre meio ambiente, empreendidas em parceria entre os dois países. Esse último texto faz também menção aos investimentos brasileiros na Alemanha e mostra que, embora ainda inexpressivos, eles podem aumentar com a internacionalização de grandes empresas brasileiras. Mas passemos a uma abordagem mais específica de partes desses discursos, como alguns detalhes dos dizeres dos dois representantes de Estado alemães. Iniciemos pelas formações imaginárias⁶⁸ detectadas nos sentidos que eles atribuem aos brasileiros e aos sul-americanos em seus discursos. Assim, ao iniciar a sua palestra, em 2001, o ministro de Estado frisa, a partir do episódio da parada da pauta do dia na Câmara dos Deputados para recepcioná-lo e do discurso de improviso do presidente da sessão, enaltecendo a Alemanha, que o Brasil nutre uma extraordinária simpatia pelo seu país, a

⁶⁸ Segundo o conceito de formações imaginárias, mencionado no início deste Capítulo, os sentidos não são gerais, sendo determinados pelas condições em que são produzidos. Eles são, assim, atrelados à imagem que se faz de quem fala, de quem ouve, do objeto de que se fala, das circunstâncias em que eles se dão etc.

Alemanha. Como visitante, entretanto, seria mais razoável pontuar a simpatia dos alemães para com os brasileiros e não o contrário, o que traz à tona a imagem que ele tem dos brasileiros e aquela que ele acha que os brasileiros têm dos alemães, de fãs e até mesmo de discípulos, interpretação permitida pela expressão “extraordinária simpatia”. Também o secretário de Estado, em 2003, deixa registrada a sua imagem dos povos da América do Sul, ao usar a expressão “apelo sexual” (sex appeal), quando diz que “o Acordo União Européia/Mercosul tem mais apelo sexual para nossos parceiros porque se nutre de uma dimensão sociocultural...”. Por outra via, embora falem em nome da União Européia — ofertando um acordo bi-regional União Européia/Mercosul —, ambos os representantes desenvolvem discursos que trazem a Alemanha para o centro das idéias, dos interesses e das decisões. É o caso da reivindicação de atenção e de utilização do “modelo alemão de economia social”, da acusação de não participação das nações mais pobres nas decisões e negociações internacionais, das pressões para a reforma da política agrícola internacional ou do apoio ao fortalecimento dos blocos regionais de comércio, todos itens por eles especificamente cunhados ou defendidos. Numa análise discursiva mais cuidada desses eventos, observamos tendências que respaldam os achados da pesquisa de Zink (1996) — que revela que “a Alemanha se destacou das demais nações européias, na sua história, pela sua preocupação em ocupar um lugar de interlocução que a diferenciasse daquelas nações”. Ainda segundo a pesquisadora, os alemães notabilizaram-se por um suposto “saber mais”, seja frente aos outros povos, seja frente aos brasileiros. E as passagens acima registradas respaldam essa reivindicação de sabedoria e de habilidades diferenciadas, raciocínio esse que se fortalece ainda mais com outros eventos observados e registrados a seguir. Olhemos, assim, para o conceito de “poder leve” (soft power) desenvolvido pelo secretário de Estado alemão no segundo texto visitado.

Quando aborda a questão do ‘poder leve’, contraposta à noção de ‘hardware’, na diplomacia internacional, o secretário inscreve o seu país como adepto da primeira corrente, dando ênfase, declaradamente, à habilidade de influenciar a agenda internacional e de persuadir parceiros a aderirem a seus interesses, estabelecendo alianças formais e não-formais. Na opacidade desse dizer, podemos ver a presença do político, do simbólico, do ideológico aludidos por Pêcheux e por Orlandi, e confirmar a histórica iniciativa dos alemães para garantir a ocupação de lugares de interlocução que os diferenciam dos demais⁶⁹. No caso em epígrafe, a reivindicação de um lugar privilegiado de inteligência estratégica, de persuasão e de habilidade.

Também suscita reflexões a reivindicação de parceria estratégica formulada nos documentos analisados, parceria essa que prevê uma pronta e obrigatória consultoria mútua em questões de interesse comum, como política de paz, desarmamento, questões relacionadas a direitos humanos, sistemas de comércio e finanças ou desenvolvimento sustentável. Queremos problematizar três âmbitos desse conceito, o primeiro atinente à falta de atenção dada nos textos analisados aos problemas ambientais e ao chamado desenvolvimento sustentável, o segundo com relação à pronta e obrigatória consultoria mútua e o terceiro sobre a parceria estratégica mesma. Atenhamos-nos inicialmente à questão do desenvolvimento sustentável. Embora haja genericamente densa referência sobre iniciativas para a preservação do meio ambiente, por parte do governo alemão, poucas alusões foram feitas, nos discursos dos seus representantes e no relatório de 2005, aos problemas ambientais, o que aponta, naqueles discursos, para um foco de interesse bem afastado desses problemas. Já a questão negocial — pautada em comércio, em indústria ou em participação nas reservas naturais brasileiras, por exemplo — mostrou-se em toda a sua exuberância naqueles textos, permeando todos os

⁶⁹ Outras interpretações acerca do conceito de “poder leve” serão feitas à conclusão deste trabalho.

discursos. Só o último texto é que corrige tais distorções, fazendo farta menção à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Uma pronta e obrigatória consultoria mútua em questões de interesse comum, prevista no conceito de parceria estratégica, também remete a implicações que já foram referidas na análise da Declaração Conjunta para uma Agenda Comum Brasil/Alemanha. Naquela análise, vimos que não havia paridade de atenção dada às questões ambientais entre os dois países e que a disposição para lidar com o problema também era díspar, sendo que, enquanto a Alemanha se calcava em aparatos técnicos e de pessoal especializado para lidar pontualmente com os problemas de meio ambiente, o Brasil estava mais interessado em dinamizar as suas relações políticas internacionais e em conseguir investimentos estrangeiros, o que levantou a possibilidade de desequilíbrio de forças e até oportunismo por parte da Alemanha. Para a aludida “pronta e obrigatória consultoria mútua” tais questões também se colocam, trazendo à tona a possibilidade de desequilíbrio nas relações que entre eles estabeleçam. Nesse mesmo diapasão, e também nos moldes do que foi detectado na análise da Declaração Conjunta para uma Agenda Comum Brasil/Alemanha, o sentido de intercâmbio deve ser aqui questionado. É que, embora em várias passagens dos textos analisados seja feita menção ao intercâmbio Alemanha/Brasil, apenas e exclusivamente as ações alemãs no Brasil foram focalizadas, em detrimento de ações brasileiras desenvolvidas em benefício daquele país. É o caso, por exemplo, da farta alusão ao apoio da pesquisa acadêmica de alunos brasileiros na Alemanha, através do DAAD, ou da apresentação de grupos artísticos alemães no Brasil, em detrimento da apresentação de iguais iniciativas brasileiras para com os alemães, seja em relação ao apoio das agências de pesquisa brasileiras a estudantes universitários alemães, seja em relação à profusão de apresentações artísticas de grupos brasileiros na Alemanha, dentre outras iniciativas.

Por fim, a adoção do termo “parceria estratégica” também deve ser problematizada. Quais os sentidos possíveis de serem depreendidos dessa escolha vocabular? Quais os significados da palavra “estratégica” naqueles contextos? Vimos que os discursos dos representantes alemães foram bastante incisivos com relação a atitudes bélicas americanas ou a problemas advindos do Consenso de Washington. Vimos também que a reivindicação da parceria Alemanha/Brasil ou União Européia/Mercosul vislumbra como oponente os Estados Unidos. E vimos ainda que há forte alusão ao Brasil como dínamo da América do Sul, ou como potência regional. Uma parceria estratégica, dessa forma, poderia ser vista como fortalecimento de blocos diplomáticos ou econômicos, por exemplo. Contra um inimigo comum. Ou a favor de uma nova ordem, como quis o secretário de Estado. Sempre apelando para as raízes socioculturais dos sul-americanos fincadas na Europa. Mas quando inscrevemos o utilitarismo alemão reiteradamente detectado nas análises aqui efetuadas, os sentidos de parceria estratégica podem pender favoravelmente para eles.

Analisados a Declaração/Agenda e os discursos dos representantes oficiais da Alemanha, passemos ao estudo do discurso de representantes brasileiros, sobre a preservação ambiental e da qualidade de vida no Planeta, em busca de indícios que ajudem a vislumbrar respostas possíveis para as nossas perguntas de pesquisa. O que buscamos, nesta próxima fase, é investigar os discursos proferidos por representantes do governo brasileiro acerca das suas ações, sobre o que ele diz estar fazendo, e o que isso significa discursivamente.

1.3. O DISCURSO DA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, MARINA SILVA, NA COP₁₁, EM MONTREAL

A preservação da Floresta Amazônica tem sido vista como de grande importância pela opinião pública, principalmente a internacional, e o Governo Federal brasileiro

— pressionado por acordos tais como a Agenda 21 e o Protocolo de Quioto — assumiu o discurso preservacionista e de sustentabilidade reivindicado por essas agências. Prova disso é que lançou ações, como o Programa Nacional de Florestas, e diz realizar um trabalho de grandes resultados naquele âmbito, fala essa encontrada, por exemplo, no discurso da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na COP₁₁ (11ª Convenção sobre Mudanças Climáticas), que aconteceu em dezembro de 2005, em Montreal, Canadá. Na ocasião, o Brasil foi designado para presidir os trabalhos da 1ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto, e o discurso de abertura que fez a ministra foi incisivo e até acusatório, pautado, principalmente, num efetivo engajamento do governo em ações para a contenção do avanço de desmatamentos e de emissão de poluentes. O trabalho desenvolvido nesse primeiro momento é parte integrante de uma análise mais ampliada, intitulada “*O Governo Federal e a preservação das florestas brasileiras*”, que será feita em seguida e que é composta pelos seguintes textos: dois textos do jornal eletrônico Em Questão, editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, o primeiro intitulado “*Vencer o desmatamento é a meta do Programa Nacional de Florestas*”, de 05.02.04, e o segundo “*Desmatamento na Amazônia cai pela primeira vez em nove anos*”, de 07.12.05. Para contrapor-se a eles, foram selecionados três outros textos. Um do jornal Folha de S. Paulo (“*Desmatamento da Amazônia é o segundo mais alto da história*”, de 19.05.05), outro do Greenpeace (“*Greenpeace protesta contra o maior desmatamento dos últimos anos na região de Santarém*”, de 06.03.06) e um terceiro, do site do deputado federal Fernando Gabeira (“*Magnata compra latifúndio para preservar a Amazônia*”, de 24.03.06). Por último, o texto “*Chega de lendas, vamos faturar*”, produzido pelo Ministério do Interior e pelo Banco da Amazônia e veiculado pela Revista Veja de 30.12.1970, buscará permear toda a questão abordada.

Para que sejam entendidas as condições de produção (CP)⁷⁰ do texto de participação do Brasil na 11ª Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP₁₁), é necessário que levemos em consideração, inicialmente, quatro situações/acontecimentos que para ele foram definidores e que não estão ali expressamente abordados: o fato de o Brasil abrigar a Amazônia — considerada por alguns como o “pulmão” do mundo —, o bom momento internacional vivenciado à época pelo presidente Lula, e conseqüentemente pelo Brasil — por conta das ações governamentais relacionadas à diminuição da fome —, a negativa de países como os EUA em aderir às exigências formuladas pelo Protocolo de Quioto e a pouca contribuição dos países em desenvolvimento para a degradação do clima no Planeta. Pode-se, a partir dessas informações, descortinar lugares que apontam a presença de intertexto⁷¹ e de interdiscurso⁷² na fala da Ministra. Assim é que o não-comprometimento de países como os Estados Unidos em diminuir a emissão de gases na atmosfera fica registrado, seja no parágrafo 2º, que reivindica o compromisso de todas as partes (“realizamos agora a 1ª Reunião das Partes do Protocolo e é fundamental que a mensagem que saia daqui para o mundo seja de compromisso de todas as partes, do Norte ao Sul”), seja no parágrafo 12º, que pontua “não haver razões para que países dotados de condições econômicas e sociais altamente favorecidas hesitem em assumir seus compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto...”. Por sua vez, o bom momento internacional vivenciado à época pelo presidente Lula e pelo Brasil é enaltecido e explorado em diversas passagens, ao se frisar que o Brasil tem feito a sua parte, como no parágrafo 11º, em que a Ministra diz que o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia é um esforço de Governo e não só da área ambiental, acompanhado diretamente pelo Presidente da República. Essa passagem traz, também, uma marca intertextual, que se refere à estreita proximidade política entre ambos,

⁷⁰ *Condições de produção*: constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam etc. (Orlandi, 1983).

⁷¹ *Interdiscurso*: relação de um discurso com outros discursos.

⁷² O *intertexto* de um discurso compreende o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente.

observada a partir dos elogios tecidos especificamente para Lula. A exploração do privilégio de abrigar a Amazônia, por outro lado, pode ser detectada pelo foco exclusivo dado às ações efetivadas dentro da Floresta Amazônica, em detrimento de eventuais programas de prevenção efetuados em outras florestas brasileiras.

Os dois fatores conjugados — o fato de a Floresta Amazônica pertencer ao Brasil e de o governo brasileiro ter lançado programas de minimização dos impactos da fome —, ambos de interesse para aquele momento mundial, geraram uma conjuntura favorável para o Brasil como representante dos países em desenvolvimento. O discurso de Marina Silva explora esse lugar, por exemplo, ao falar, em diversas passagens, não apenas em nome do Brasil, mas em nome dos outros países em desenvolvimento, como ao expressar que eles têm feito esforços para compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente (parágrafo 12º). Essa suposta legitimação fez com que a representante brasileira reivindicasse de forma incisiva, compromisso e responsabilidade dos demais países, em cada um dos parágrafos do seu texto. Assim, já no primeiro parágrafo ela diz reiterar o “compromisso do Brasil com o fortalecimento das instâncias multilaterais, para enfrentar o desafio da mudança do clima” e, no parágrafo 5º, registra textualmente que “é hora de provarmos, não a nós mesmos, mas às sociedades que aqui representamos, que estamos mais comprometidos do que os resultados das nossas ações até agora demonstraram”. Para a AD, um dado conjunto de enunciados, pautado em atos de fala reiterados — como as noções de compromisso, responsabilidade ou legitimidade ali utilizadas —, produz efeitos de sentido que, neste caso específico, procuram colocar o Brasil como arauto de responsabilidade, compromisso e transparência, cobrando o mesmo, inclusive, dos outros países.

Entretanto, momentos se instauram naquele discurso, que pesam na demarcação da formação ideológica (FI)⁷³ do texto, além de apontar para as formações discursivas (FD)⁷⁴ em que se inscreve a referida representante. Dessa forma, embora reivindique um lugar de legitimidade e de representatividade na COP₁₁, os trechos do discurso, a seguir apresentados, apontam, em maior ou em menor grau, para uma reiterada condição de inferioridade, detectada, por exemplo, num paulatino declínio de posições. Assim, é reivindicada igualdade com os demais países participantes da Conferência — revelada pelos verbos usados em primeira pessoa do plural, como no caso dos enunciados do parágrafo 2º (“Há um ano encontrávamos-nos em Buenos Aires, com a perspectiva otimista da entrada em vigor do Protocolo de Quioto”; “Realizamos agora a 1ª reunião das partes do protocolo”), ou pelos pedidos e cobranças por ela feitas —, mas Marina Silva, na passagem do parágrafo 13º, contrariamente à posição inicial, diz ser fundamental que a Conferência reconheça os esforços dos países em desenvolvimento, num pedido subalterno de legitimação, o que indica coincidência com a linha da trajetória política da Ministra, de reivindicações feitas dentro de grupos desprivilegiados para instâncias mais poderosas, por exemplo, nas suas lutas pelos seringais acreanos. A repetida declaração de que os países em desenvolvimento têm feito esforços para alcançar as metas estabelecidas pelo Protocolo (§§ 12º, 13º e 17º), parece também caracterizar o fardo que esse engajamento traz, o que estabelece uma forte imagem de impotência, de dificuldade para os países em desenvolvimento. Numa outra passagem, do parágrafo 2º, há verdadeiro efeito de urgência quando a oradora diz que “as evidências de que as ações antrópicas têm afetado o equilíbrio do Planeta não deixam margem para negociações lentas e pouco efetivas”, ou no

⁷³ *Formação ideológica*: é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas (Haroche *et alii*, 1971).

⁷⁴ *Formação discursiva*: conjunto de enunciados marcado pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”. A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica e determina o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado (Haroche *et alii*, 1971).

parágrafo 4º, em que se postula que “não podemos deixar de reconhecer o tempo que se passou até que esse instrumento se tornasse realidade e as conseqüências decorrentes desse atraso”. Entretanto, o discurso declina, num momento posterior, de um fato consumado, urgente, para uma necessidade mais moderada de ação, ao declarar que “o valor das emissões de gases de efeito estufa, decorrentes do desmatamento, já é hoje significativo o suficiente para que nos debruçemos sobre esse problema e incluamos mecanismos que apóiem esforços no sentido de sua contenção”. Por fim, ainda respaldando esse declínio paulatino de posições, a Ministra afirma que “a população do Planeta espera de nós mais do que novos papéis” (§ 5º), atribuindo àquela população uma postura crítica, de cobrança e, em seguida, postula que “qualquer ação contrária, ou pior, inação, será a mensagem que daremos ao mundo de que, afinal, o problema não merece preocupação de nossa parte”, o que instaura uma outra imagem, a de que a população do Planeta é não-crítica, não ativa, que é alienada e guiada.

Tais registros apontam para formações ideológica e discursiva que se inscrevem na impotência, ou na submissão, contrariamente às reivindicações que se colocam expressamente no texto.

1.4. O GOVERNO FEDERAL E A PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS BRASILEIRAS

Numa primeira leitura do texto “**Vencer o desmatamento é a meta do Programa Nacional de Florestas**”⁷⁵, os efeitos de sentido por ele instaurados fazem entender que o programa desencadeado, de controle do desmatamento na Amazônia, compõe um plano de ação de resultados efetivos e é pensado em detalhes para implantar uma nova política florestal no

⁷⁵ Retirado do jornal eletrônico “Em Questão”, editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República e publicado em 05 de fevereiro de 2004, por ocasião do lançamento do Programa Nacional de Florestas.

País. Isso porque, além de trazer objetivos em profusão, associados ao Governo Federal e ao próprio Programa, assinala em minúcias as atribuições de cada uma das entidades a ele vinculadas, apresentando, inclusive um plano detalhado de cifras a serem utilizadas: mais de R\$ 1.8 bilhão. Nele, os objetivos atribuídos diretamente ao governo são apresentados pelos verbos enfrentar (problemas históricos) e vencer (o desmatamento), vocábulos esses indicadores de uma postura arrojada, e os objetivos vinculados ao próprio programa são caracterizados por verbos tais como criar, gerar, estimular, investir, recuperar, regulamentar ou fiscalizar, todos demarcadores de uma atitude dinâmica, cujo efeito de sentidos remete à organização e à sistematicidade do Programa. Também uma primeira leitura do texto **“Desmatamento na Amazônia cai pela primeira vez em nove anos”**⁷⁶, produzido vinte e dois meses depois do texto acima aludido, aponta para os efeitos de sentido ali instaurados, quais sejam os de mostrar os resultados e a eficácia do Programa Nacional de Florestas e enaltecer as ações do Governo Federal. Em relação aos resultados alcançados, é dito que o desmatamento caiu 31% no período de 2004/2005, nos nove Estados que compõem a Amazônia brasileira e que essa queda foi acentuada nas áreas próximas à Rodovia Cuiabá-Santarém. Os parágrafos seguintes se dedicam, então, a enaltecer reiteradamente as ações do Governo Federal. No parágrafo 3º, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declara, inclusive, que “as iniciativas do Governo Federal combinam ações de comando e controle — com grandes operações de fiscalização e controle às atividades ilegais — com outras de ordenamento fundiário e territorial, além de uma ampla criação de novos parques e reservas”. Numa fala em que dá como superado o alto índice de desmatamento (§ 5º), a Ministra declara, ainda, que “o grande desafio, de agora em diante, é o de combinar as ações de comando e controle com estratégias necessárias para que se alcance o tão necessário desenvolvimento sustentável”. Por sua vez, o secretário de biodiversidade e florestas

⁷⁶ Também retirado do jornal eletrônico “Em Questão”, editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República e publicado em 07 de dezembro de 2005.

do Governo Federal apresenta, no parágrafo 7º, as estimativas de que a área protegida da Amazônia, constituída por reservas federais “chega a 390 mil km² (...), o que equivale à soma das áreas da Itália e Portugal, aproximadamente”. O fechamento do texto traz a informação de que 11% do bioma e 20,6% da Região Amazônica estão sob a proteção do Governo Federal, numa nítida declaração de que aqueles são números verdadeiramente expressivos.

Entretanto, ao se levar em conta os demais textos selecionados para este trabalho, outros sentidos se aguçam, à medida que uma análise mais acurada é feita, o que revela aspectos que nos dois primeiros textos são apagados ou se apresentam como não verídicos, e deixa à mostra facetas das formações ideológica e discursiva dos seus produtores, aspectos esses que serão problematizados à conclusão desta análise. Assim, quando recorreremos, por exemplo, ao texto “**Desmatamento na Amazônia é o segundo mais alto da história**”⁷⁷, encontramos a informação de que no período de 2003-2004 houve o 2º maior desmatamento da história da Amazônia, estimado em 26.130km² (que ficou atrás apenas do período 1994-1995, com 29.059km²). Se levarmos em consideração que, durante todo o ano de 2004, o Programa Nacional de Florestas já estava em plena atividade, veremos que as ações proclamadas foram, naquele período, de pouca eficácia, embora tenham sido anunciadas pelo Governo como de grande efetividade e tenham mobilizado diversas esferas governamentais. A esse aumento na área de desmatamento a Ministra do Meio Ambiente rotula de “indesejável” e o atribui ao crescimento econômico verificado em 2004, apagando, assim, qualquer atribuição de ineficácia àquele festejado Plano.

Ao prosseguirmos na análise, vemos que, enquanto o texto do governo⁷⁸ (§ 2º) anuncia que houve queda acentuada “no desmate das áreas próximas à Rodovia Cuiabá-Santarém, onde houve maior intervenção do Governo Federal, por meio do Plano de Ação para

⁷⁷ Publicado em 19 de maio de 2005, na Folha de S. Paulo.

⁷⁸ Texto: **Desmatamento na Amazônia cai pela primeira vez em nove anos.**

Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, do qual participam 13 Ministérios”, no texto intitulado “**Greenpeace protesta contra maior desmatamento dos últimos anos na região de Santarém**”⁷⁹ a referida entidade denuncia que exatamente na aludida região de Santarém houve o maior desmatamento dos últimos anos, impulsionado pelo incentivo ao plantio de soja. Nesse mesmo texto, o Greenpeace denuncia, ainda, que as leis que visam proteger as florestas e seus povos precisam ser cumpridas com rigor e urgência, e o fazem porque, naquele caso específico, o sujeito responsável pelo desmatamento era reincidente em multas pela derrubada da Floresta e, além disso, reagiu com violência à manifestação. E esse evento pode ser constatado pela fala de um ativista participante do protesto, que diz que “apesar de o Ibama ter multado o fazendeiro duas vezes, ele continua grilando terras, destruindo a floresta, nossos castanhais e o desejo de um futuro pacífico e sustentável” (§ 3º).

A questão de falta de rigor na formulação e no cumprimento das leis ambientais brasileiras toma corpo aqui também por outras vias, observadas em outros textos da coletânea. Assim é que dentre os diversos objetivos registrados no texto **Vencer o desmatamento é a meta do Programa Nacional de Florestas**, de lançamento do Programa Nacional de Florestas, o de “*fiscalizar mais intensa e dirigidamente*” (§2º) é minimizado por ficar restrito a uma única citação, dissolvida no interior das demais, enquanto há um chamamento reiterado aos outros objetivos, que são repetidos ao longo do texto. Pode-se notar, inclusive que a própria formulação do objetivo já acusa a pouca intensidade e a aleatoriedade das ações de fiscalização ocorridas ao longo do tempo com relação às infrações ambientais, ao sugerir ser necessário fiscalizar mais e mais pontualmente, o que revela que havia fiscalização insuficiente e que ela era aleatória. O texto intitulado “**Magnata compra latifúndio para preservar**

⁷⁹ Editado pelo Greenpeace e publicado em seu site em 06 de março de 2006.

Amazônia⁸⁰, por sua vez, também deixa à mostra lacunas do ordenamento legal brasileiro com relação à Amazônia. No referido texto, o empresário, que adquiriu “um terreno de 1.618km², localizado ao norte do rio Madeira, maior que a cidade de Londres” (§2º), declara que “está tentando convencer outros milionários a seguir o seu caminho” (§5º) e faz alusão à relação direta entre o aumento de furacões no Golfo do México e a devastação da Floresta Amazônica, afirmando que “se as seguradoras (americanas) comprassem pedaços da Amazônia, o retorno seria rápido pelo impacto que isso teria na incidência de furacões, como o Katrina” (§7º). Tais declarações colocam em evidência aspectos das formações discursiva e ideológica do milionário, como a sua desenvoltura em afirmar que a compra conjunta de pedaços da Amazônia, por outros milionários estrangeiros e por seguradoras estrangeiras resolveria os problemas do clima, numa clara demonstração de que eles fariam o que não tem sido feito pelos brasileiros e de que é muito fácil comprar pedaços da Amazônia, porque o dinheiro tudo compra. Além disso, essas declarações demonstram a pouca atenção atribuída pelo Governo Federal à compra de enormes faixas de terra na Amazônia, o que deveria ser minuciosamente regulamentado, seja para estrangeiros ou para nacionais.

Ainda outra situação a ser pontuada diz respeito ao esvaziamento realizado pelo discurso governamental, no que tange à área protegida da Amazônia e aos quilômetros quadrados de floresta já destruídos. Esse esvaziamento se mostra em todo o seu vigor quando comparamos as declarações do secretário de biodiversidade e de florestas do Governo Federal, já apresentadas no início deste trabalho, de que a área protegida da Amazônia chega a 390 mil km², o que equivale à soma das áreas da Itália e Portugal — cujo efeito de sentido instaurado é o de que isso em si já seria uma façanha — com os dados apresentados pelo INPE e

⁸⁰ Publicado no site do Deputado Federal Fernando Gabeira, em 24 de março de 2006, a partir de fonte do BBC Brasil.

registrados no artigo da Folha de S. Paulo⁸¹, de que “a devastação da Amazônia já atinge uma área de aproximadamente 680 mil km², o que é maior, por exemplo, que os territórios da França e de Portugal” (§ 8º), o que mostra a pequenez das ações de preservação até aqui empreendidas. Esse esvaziamento se apresenta também quando se dá atenção à dimensão da destruição paulatina das florestas, que vem acontecendo ao longo do tempo, medida em dezenas de milhares de quilômetros quadrados a cada ano, o que por si só já é catastrófico. Entretanto, o governo anuncia efusivamente as quedas localizadas de desmatamento, que nada têm de expressividade, frente à dimensão da destruição, em detrimento dos inadmissíveis aumentos (no período de 1994-1995 foi de 29.059km², no período de 2002-2003 ele foi de 24.597km² e no período de 2003-2004 foi estimado em 26.130km²), seja em seu site, seja nas suas empreitadas internacionais, como na participação da Ministra Marina Silva na COP₁₁, em que a representante brasileira colocou o Brasil como arauto de responsabilidade e de compromisso com o meio ambiente. Além desses, mais um fator agravante dessa situação é, ainda, o incentivo à produção de grãos e, especificamente, de soja, na Região Amazônica, registrado tanto pelo texto do Greenpeace (texto nº 5) já mencionado neste trabalho, quanto pelo texto da Folha de S. Paulo, **Desmatamento na Amazônia é o segundo mais alto da história**, que declara que “a expansão da área agrícola, principalmente soja, ainda é um dos fatores que contribuem para a alta” (na taxa do desmatamento).

Pela análise que até aqui se empreendeu, viu-se que, embora o Governo Federal efusivamente afirme, seja no discurso da Ministra do Meio Ambiente na COP₁₁, em Montreal, seja nos dois textos do jornal eletrônico “Em Questão”, aqui analisados, que o Brasil está tomando providências multifacetadas e de grande efetividade para vencer o desmatamento na Amazônia, os demais textos analisados mostram que as providências são lacunosas e pouco

⁸¹ Texto: **Desmatamento na Amazônia é o segundo mais alto da história.**

efetivas, e que elas deixam de lado fatores cruciais para a resolução do problema. A análise mostrou também que o Governo Federal minimiza os números do desmatamento, festejando decréscimos e relativizando os aumentos, sem frisar a verdadeira dimensão da destruição das florestas, num consistente apagamento do problema. Ficou evidenciado pela análise, além disso, que muito pouca atenção tem sido dada a questões fundamentais, como à gestão das leis ambientais já existentes — no que diz respeito, por exemplo, à sua eficácia de aplicação —, ou à produção de leis de proteção mais rigorosas de uso e ocupação do solo das florestas, o que tem propiciado a impunidade, a reincidência ou a aquisição indiscriminada de terras de florestas brasileiras. Além disso, como foi visto, continua a ser dado incentivo à produção de grãos na Amazônia, o que muito contribui para o desmatamento.

Por outro âmbito, o fato de centrar foco quase que exclusivamente na Amazônia, em seus noticiários e em suas ações, em detrimento das inúmeras outras florestas brasileiras que também seriam abarcadas pelo Programa, principalmente pelo grau de destruição em que se encontram, mostra o “tirar proveito da situação” instaurado pelo Governo Federal, tanto na esfera interna quanto internacionalmente, pelo *status* que tem a Floresta Amazônica. Essa perspectiva do “tirar proveito” é respaldada, inclusive, pelos esvaziamentos que são feitos em relação aos números da destruição nas áreas de floresta ou ao alardeamento das estatísticas que lhe são favoráveis, mesmo as absolutamente inconsistentes, como demonstrou este estudo.

O evidenciado apagamento do problema por parte do Governo Federal — embora haja urgência em sua resolução — conjugado com um discurso que lhe é favorecedor, traz à baila aspectos das formações discursiva e ideológica dos sujeitos em questão, aqui representantes do discurso ecológico-governamental, além de remeter a questões de interdiscurso, que são centrais para a AD francesa, juntamente com a noção de memória discursiva que aqui

parece se aplicar. Entretanto, para que tais aspectos apresentem maior consistência nesta análise, uma visita ao texto “**Chega de lendas, vamos faturar**”⁸² mostra-se de grande valia.

Numa época em que o discurso ecológico já começava a ganhar corpo, o que desencadeou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, o Governo Federal lançou uma campanha, rechaçando-o, ao produzir um texto de campanha com título no imperativo, que convocava o interlocutor a dar fim ao que chamou de lenda (a preservação da Amazônia), convidando-o a faturar. Assim, logo ao seu início o texto lança um desafio com o enunciado: “Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia” — o que guarda a contrapartida desafiadora “E você, é capaz?”. Esse tirar proveito, segundo ele, tinha “*o aplauso e o incentivo da Sudam*” e, repetindo a assertiva, “*o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia*”. Nele, a escolha vocabular é marcada por uma série de itens que remetem a uma formação discursiva que prevê o “tirar proveito em tudo”, contido em expressões como: faturar, tirar proveito, enriquecer junto com o Brasil, aproveitar. Nessa mesma linha, a Amazônia é caracterizada como “mina de ouro”, “um tesouro à sua espera”. Além disso, um dos enunciados ali contidos diz que “o Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento”. Resumindo, todo o texto “Chega de lendas, vamos faturar” põe em evidência a ideologia que lhe é constitutiva, vinculada ao tirar proveito, ao faturar, característica, por exemplo, do discurso colonizador. Com essas informações, um olhar retroativo para a análise que foi empreendida em todo o trabalho pode ser revelador de suas posições ideológico-discursivas. É que, de acordo com Orlandi (2001), e em consonância com as discussões estabelecidas por Pêcheux acerca da memória discursiva, fartamente problematizada no Capítulo II deste trabalho, a toda formação discursiva se vê associada uma *memória discursiva*, que faz com que a FD circule formulações

⁸² Produzido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Ministério do Interior, juntamente com o Banco da Amazônia, e publicado pela Revista Veja, de 30 de dezembro de 1970.

anteriores, já realizadas e é essa memória que permite o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Ela é, assim, uma memória que supõe o enunciado inscrito na história. Dessa forma, toda produção discursiva, efetuada sob determinadas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente. E essa memória pode funcionar, segundo a autora, como produtora de deslocamentos, de vazios ou de esquecimentos. Nesse diapasão, a postura do Governo Federal parece retratar, além do tirar proveito, instaurado historicamente na memória discursiva do brasileiro, também traços daquele discurso colonizador, que vê a Amazônia como fonte inesgotável de riqueza, com suficientes quinhões preservados, e pronta para ser explorada. E esse interdiscurso permeia todo o discurso ecológico do Governo Federal aqui analisado.

Considerações parciais

Com a análise específica de cada um dos textos realizada, em que buscamos, num movimento gradual e didático, apreciar as suas peculiaridades discursivas, passamos aqui a uma análise intertextual mais pontual, que olhe para alguns aspectos que permeiam todos os textos. Assim é que, tanto na Declaração/Agenda, quanto nos discursos dos representantes oficiais do governo alemão, é reiterada a presença de vocábulos como cooperação, parceria, intercâmbio ou mútuo, todos designadores de ajuda mútua e de troca de experiências, por exemplo. Mas a análise discursiva da Declaração/Agenda, como vimos, mostra que embora tenha ela sido assinada pelos dois países e esses vocábulos tenham sido encontrados na maioria dos seus objetivos, além de haver referência específica a parceria no título — quando ali são registradas as expressões “Declaração Conjunta” e “Agenda Comum” —, fortes indícios há de

que a participação do Brasil na sua formulação tenha sido pequena ou mesmo nula, o que esvazia o sentido de parceria.

No que concerne aos discursos dos representantes alemães, que entendemos resultarem dos pactos estabelecidos pela Declaração/Agenda, vimos também que há forte referência ao que chamam de “parceria estratégica” entre os dois países, que prevê uma pronta, e obrigatória⁸³, consultoria mútua em questões de interesse comum. A obrigatoriedade da consulta, vinculada ao fato de que nos discursos há sempre referência às intervenções alemãs no Brasil, em detrimento das ações brasileiras desenvolvidas naquele país, nos leva a registrar a possibilidade de que a Alemanha, mais uma vez, como afirma Zink (1996), esteja a ocupar o lugar discursivo daqueles que sabem mais, que definem padrões a serem alcançados e se destacam em sua necessidade de diferenciação, quando em relação de contato com os brasileiros, o que, mais uma vez, esvazia o sentido de parceria.

Por seu turno, o Brasil, no discurso de seus representantes e nos documentos retirados do site oficial do Ministério do Meio Ambiente, empreende forte apagamento dos problemas ambientais com os quais convive. Assim é que, embora tanto o discurso da ministra Marina Silva quanto os demais textos do Ministério do Meio Ambiente procurem colocar o Brasil como arauto de responsabilidade, compromisso e transparência ambiental — dizendo, por exemplo, que o alto índice de desmatamento está superado e que o grande desafio, de agora em diante (porque teria havido a superação do problema) é o de combinar ações de controle e comando, com estratégias necessárias para o alcance do desenvolvimento sustentável —, as demais análises mostram que o problema ambiental é mais sério e efetivo do que dizem os representantes do governo, em verdadeiro apagamento da

⁸³ Grifo nosso.

situação e mesmo em afirmações que são inverídicas, como bem demonstrou o estudo daqueles textos.

Sobre as formações imaginárias, dentre outras constatações, vimos que a imagem que os representantes alemães têm do Brasil é de um país cheio de apelo sexual, que se orgulha de ter uma sociedade civil muito viva e vibrante, e que começa a ter a capacidade de se inserir nos âmbitos de decisão internacionais⁸⁴. Sobre a imagem que os alemães pensam que os brasileiros deles têm, foi visto também que os qualificativos mais apropriados seriam os de que os brasileiros seriam seus fãs incondicionais e até mesmo discípulos, enquanto a imagem que fazem de si próprios aponta para a Alemanha no centro dos interesses, das idéias e das decisões — caso, por exemplo, da reivindicação de atenção e de utilização do “modelo alemão de economia social” ou do conceito de “poder leve”, que atribui à Alemanha, declaradamente, a habilidade de influenciar a agenda internacional e de persuadir parceiros a aderirem a seus interesses, confirmando a histórica iniciativa dos alemães para garantir a ocupação de lugares de interlocução que os diferenciam dos demais, ou seja, um lugar privilegiado de inteligência estratégica e de habilidades de persuasão.

Por outra via, a análise dos textos mostra que a imagem que os brasileiros fazem de si mesmos se vincula, por exemplo, ao tirar proveito, imagem essa respaldada, inclusive, pelos esvaziamentos que são feitos em relação aos números da destruição nas áreas de floresta ou ao alardeamento das estatísticas que lhe são favoráveis, mesmo as absolutamente inconsistentes, como vimos.

Nos textos sobressaem, a partir das constatações efetuadas, as formações discursivas em que ambos os países estão inseridos. Com base nas análises empreendidas,

⁸⁴ O que demonstra, por um lado, o reconhecimento do lugar de destaque atualmente ocupado pelo Brasil, mas também põe em evidência o lugar de inferioridade que ele sempre ocupou.

podemos afirmar que tanto o Brasil quanto a Alemanha se situam na mesma formação discursiva, a do utilitarismo, quando o foco é econômico, desenvolvimentista.

Se perguntarmos como o Brasil está significado em seu próprio discurso ou no discurso alemão, temos que a referida noção de “tirar proveito”, por parte dos brasileiros, se mostra muito reiterada, mas também é forte a presença da reivindicação de seriedade e de cuidados com o meio ambiente. No discurso alemão, por outra via, o Brasil continua visto como um lugar de fartura e de bem-estar (Zink, 1996), numa perspectiva utilitarista. Mas também é muito presente o discurso preservacionista, de atenção ao meio ambiente.

Cumpre, então, observar em que medida os textos vão mostrando que a memória do discurso ecológico está se deslocando, se reorganizando. Vimos com Duarte (2005) que nas décadas de 60 e 70 a questão ecológica no Brasil aparecia nos meios intelectuais e acadêmicos “como um tema de exclusivo interesse do chamado Primeiro Mundo, como se esses problemas só fizessem parte de um patamar superior de preocupações” (p. 145). A autora informa, ainda, que a relação com a natureza foi, muitas vezes naquele momento, considerada como temática secundária, frente à miséria, ao analfabetismo, ao desemprego ou à falta de moradia. Isso mudou, pelo que se pode depreender dos discursos dos representantes brasileiros. Esses discursos apontam, também, para o fato de que se tornou impossível ignorar os danos ambientais, embora a perspectiva desenvolvimentista continue imperante, respaldando o que afirma Passos (2006), quando frisa haver uma “origem economicamente motivada” (p. 15) da atenção a questões ambientais.

Nesse ponto, sobressai a problematização em torno do conceito de desenvolvimento sustentável que, como vimos com Guimarães (1997), teria surgido como alternativa à superação da crise gerada pelo desenvolvimento desenfreado (p. 25). Nesse mesmo diapasão, Vinha (1999) afirma que nos primórdios da sua formulação a expressão carregava uma

dimensão de revolução cultural, científica e paradigmática, mas que essa revolução terminou por se manifestar sob a forma de uma convenção de mercado, construída com base na crença de que o desenvolvimento sustentável pode vir a se transformar em uma poderosa estratégia de negócios. Essa é, assim, a memória mais corrente do discurso ecológico, que determina, de forma genérica, a memória discursiva cultural⁸⁵, na relação entre o discurso desenvolvimentista e o discurso ecológico, a guiarem a noção de desenvolvimento sustentável.

Mas vimos também, na introdução e no percurso deste estudo, que tem havido apelos reiterados à urgência de que prioridades estratégicas sejam estabelecidas em relação ao meio ambiente e à qualidade de vida no Planeta, pela premência de esgotamento de recursos naturais e por fenômenos como, por exemplo, o aquecimento global, o que pode determinar o deslocamento do discurso ecológico anteriormente estabilizado enquanto memória discursiva cultural. Davallon (1999), no Capítulo II deste trabalho, ao abordar esses movimentos de reorganização, frisa, inclusive, que para que o acontecimento se instaure enquanto memória é preciso que ele saia da indiferença, que deixe o domínio da insignificância, tornando-se memória cultural. Nesse sentido, embora o discurso ecológico seja permeado pelo discurso desenvolvimentista, como vimos, tem havido, sim, um deslocamento discursivo, por conta daquelas necessidades ambientais inadiáveis. E esse deslocamento se reflete também no discurso das relações de contato entre o Brasil e a Alemanha, por exemplo, no âmbito das relações oficiais diplomáticas, quando a Alemanha atribui ao Brasil, seja a expressão “dínamo da América do Sul”, seja a maturidade para participar de decisões político-econômicas internacionais, dentre outras designações. O Brasil, por seu turno, ao reivindicar seriedade e ação efetiva em eventos oficiais internacionais sobre o meio ambiente também demonstra esse deslocamento de posições.

⁸⁵ No Capítulo II foi abordada a questão da memória discursiva cultural, tendo ali sido mostrado que entre memória e cultura há uma relação biunívoca, sendo que ao mesmo tempo que a memória constitui a cultura, a cultura também fomenta e instaura a memória.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com a atenção voltada para o deslocamento de discurso que passou a acontecer, seja por parte de governos, seja por parte de entidades privadas ou de cidadãos, constituindo efeitos de verdade regidos pela necessidade de reconfiguração de prioridades e de procedimentos, tanto pela premência do esgotamento de recursos naturais e do meio ambiente do Planeta, como pela urgência que passou a ter a preservação e o fomento à qualidade de vida dos seres humanos, em geral, e dos mais pobres, em particular. Frisamos, com isso, que esses discursos emergentes poderiam apontar para o surgimento de uma nova visão que se sobreporia a uma visão mercantilista estrita que regeu as relações internacionais e interpessoais nos últimos séculos. Tal situação poderia, ainda, indicar um aumento de respeito pelo meio ambiente e pelos seres humanos e uma busca de cooperação compartilhada entre povos para a preservação da vida.

Nosso foco específico de interesse circulou em torno das relações diplomáticas oficiais de contato entre o Brasil e a Alemanha, no que tange a parcerias de ação para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta, e a nossa maior fonte para a pesquisa dessas relações de contato foi a investigação desenvolvida por Zink (1996), em que a autora demonstra que o lugar de interlocução de brasileiros e alemães, e a sua estabilização, alocou o alemão na posição daquele que sabe mais, daquele que se destaca pela necessidade de diferenciação e que vê no Brasil um país de oportunidades. Aos brasileiros, por sua vez, foi sendo atribuído, segundo aquela pesquisa, o lugar de colonizados não-habilidosos e em estágio de desenvolvimento aquém dos primeiros. Com base nessa situação, e frente ao maior interesse

pelos temas pontuados, as nossas perguntas de pesquisa se voltaram, num primeiro plano, para a investigação das características do discurso oficial das relações diplomáticas de contato entre o Brasil e a Alemanha, no que tange à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida no Planeta, para, em seguida, perguntarmos em que medida os lugares de interlocução, estabilizados anteriormente nos discursos, até hoje orientam, ou não, as relações de contato entre brasileiros e alemães, mesmo com as novas configurações referidas. Inquirimos, também, em que medida a necessidade de não ignorar os danos ambientais produziu deslocamento no funcionamento dos discursos anteriormente estabilizados nas relações de contato entre brasileiros e alemães e se o discurso sobre a necessidade de preservação ambiental reorganiza, ou não, as redes de memória anteriormente estabelecidas.

O embasamento teórico central para o estudo do problema foram os postulados da Análise do Discurso materialista. Seus princípios perpassaram todo o trabalho. Nessa perspectiva, tivemos sempre ao horizonte os ensinamentos de Foucault, referidos na Introdução, de que cada sociedade tem seu regime e sua política geral de verdade — isso é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Exatamente por isso, defendemos a idéia de que a inserção de determinados temas no cenário político coincide com o grau de importância que as sociedades a eles atribuem.

A partir desses princípios e da situação colocada, investigamos, no Capítulo I, o avanço do pensamento ecológico tanto no Brasil quanto, de uma forma genérica, pelo mundo, apontando peculiaridades dos movimentos ecológico-partidários e contrapondo o chamado paradigma dominante de conservação ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Naquele momento, abordamos questões relacionadas à etnoconservação e ao chamado imperialismo verde, chegando à conclusão, juntamente com os autores estudados, de que a interferência em assuntos ambientais, de instituições do Hemisfério Norte no pensamento e nas

decisões de instituições do Hemisfério Sul tem-se mostrado inadequada e invasiva, com ônus tanto sociais quanto ambientais para os países sulinos. Com relação a esse estado de coisas, os etnoconservacionistas propõem que soluções para os problemas ambientais sejam dadas dentro de parâmetros locais. Pimbert e Pretty (2000), partidários dessa linha etnoconservacionista, chegaram inclusive a afirmar, como vimos, que amplas forças econômicas promovem o que eles chamam de “manual da conservação normal”⁸⁶, com vistas a se apropriarem dos valores comerciais dos recursos biológicos das áreas protegidas. Esse alerta nos leva novamente aos significados do que se denomina “desenvolvimento sustentável”.

Vimos, com Egri & Pinfield (1996), que há um impasse criado entre os desenvolvimentistas e os conservacionistas no trato com a natureza. Naquela oportunidade, apresentamos tal impasse num *continuum* ambientalista que, como registramos, tem num extremo o que os autores chamam de “paradigma social dominante” — vinculado aos princípios e aos objetivos neoclássicos, de crescimento econômico e lucro —, e, no outro, a ecologia profunda — que postula um ambientalismo radical, defendendo que as intervenções na natureza devem ser guiadas primariamente pela necessidade de preservar a diversidade biológica e não pelas necessidades humanas. Dentro desse raciocínio, o chamado “desenvolvimento sustentável” encontra definições que vão de uma ponta à outra do *continuum* apresentado, dependendo dos postulados reivindicados por seus defensores. Nesse entremeio, colocam-se os ecologistas sociais, cujos postulados coincidem seja com aqueles defendidos pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), órgão estatal brasileiro, seja com os defendidos pela Alemanha, nos seus discursos oficiais de relação de contato com o Brasil. Esses postulados são encontrados

⁸⁶ Procedimentos voltados, segundo os autores, para as necessidades e interesses dos ricos, que valorizam tendências urbanas, industriais e de alta tecnologia. Esse “manual da conservação normal” seria, assim, “muito mais que uma coleção de fatos verdadeiros ou falsos, podendo ser compreendido como um conjunto de escolhas sobre visões de mundo e relações de poder. E essas escolhas não seriam atinentes a áreas naturais virgens e uso humano, mas a diferentes tipos de uso e diferentes formas de controle político”.

também na “Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil/Alemanha para o Meio Ambiente”, quando une a preocupação com o gerenciamento ambiental à preocupação com o fomento ao bem-estar social.

Depois de problematizar as questões apresentadas acima, em torno do pensamento ecológico⁸⁷, e tendo demonstrado, no Capítulo II, a viabilidade do deslocamento do acontecimento na memória discursiva, o que faz com que se instaurem novos gestos de interpretação e novos lugares de interlocução nas relações de contato entre dois povos, passamos à análise dos dados. De uma perspectiva discursiva, analisamos documentos oficiais dos Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, do Brasil e da Alemanha, além de textos colecionados da mídia escrita brasileira, textos esses que se referem a ações para a preservação ambiental. Vimos, na análise da “Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil/Alemanha para o Meio Ambiente” que a visão mercantilista está presente na formulação da Agenda. Mas não só lá. Ela também está presente nos discursos dos representantes de Estado alemães e nos relatórios oficiais do governo alemão acerca das relações de contato com o Brasil. Segundo o resultado daquelas análises, os alemães continuam com a sua visão utilitarista acerca do Brasil, vendo-o como um país de oportunidades. As análises, tanto da Declaração Conjunta quanto da coletânea de textos acerca das ações para a preservação das florestas brasileiras, pontuaram que há descaso e negligência, por parte do Governo Federal brasileiro, para com suas políticas ambientais, enquanto a Alemanha tem um posicionamento atento e ativo para novas oportunidades de inserção e de lucro, agora no que tange ao meio ambiente.

Vimos, também, na referida coletânea de textos acerca das ações para a preservação das florestas brasileiras, que embora o Governo brasileiro afirme efusivamente que

⁸⁷ O Capítulo I foi de enorme auxílio para entender as relações de contato Brasil/Alemanha para a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida, bem como os lugares de interlocução ocupados por brasileiros e alemães, a partir de novas configurações de necessidade, como veremos ao final dessas considerações.

está tomando providências multifacetadas e de grande efetividade para o controle dos problemas ambientais e, especificamente, para a preservação das florestas, isso não acontece com eficácia. As análises mostraram que essas providências são lacunosas e, muitas vezes, pouco efetivas, e que elas deixam de lado fatores cruciais para a resolução do problema. Aqueles textos indicaram, ainda, formações ideológica e discursiva que se inscrevem na impotência, na inferioridade, contrariamente às reivindicações de autonomia e de ação que se colocam ali expressamente por parte do Brasil. Eles mostraram, além disso, que a postura do Governo Federal parece retratar, não só o tirar proveito, mas um utilitarismo que vê a natureza como fonte inesgotável de riquezas e pronta para ser explorada⁸⁸.

É importante ressaltar, entretanto, que paralelamente a esse discurso afiliado ao chamado “paradigma social dominante” esteve sempre, ao longo de todos os textos analisados, um discurso de preservação, de preocupação com o meio ambiente e contra a miséria. A Alemanha, por exemplo, pontua no relatório de 2007, como vimos, diversos trabalhos feitos em parceria com entidades brasileiras, à procura de soluções para a preservação ambiental e para a melhoria das condições de vida, especificamente das populações mais pobres. Entre esses projetos, que envolveram milhares de euros, são citados estudos de preservação da Mata Atlântica, de desenvolvimento urbano planejado para o fomento a uma melhor qualidade de vida ou de pesquisas marítimas, além de projetos para a preservação da Amazônia, dentre outros. O Brasil, por sua vez, embora apresente efusivos resultados de ações que em verdade, como vimos, são lacunosos, tem empreendido projetos, parcerias e programas ambientais em números e detalhamentos nunca antes realizados, o que demonstra providências pontuais de preservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida dos mais pobres.

⁸⁸ O que acusa a inscrição no “paradigma social dominante”, postulador de progresso ilimitado e afeito à idéia de que a exploração de recursos naturais é infinita.

Ora, se as partes envolvidas neste estudo, por um lado, agem dentro do paradigma dominante de conservação, que segue as regras do “manual da conservação normal”⁸⁹ e, por outro, postulam um desenvolvimento sustentável que seria mais afiliado, por exemplo, aos preceitos da ecologia social⁹⁰, vê-se aqui, então, a possibilidade de estarmos frente a uma contradição⁹¹: um discurso e um agir com base em preceitos desenvolvimentistas, contraposto a um outro discurso, seguido de certas ações, pautado em preceitos conservacionistas.

Nesse mesmo diapasão, as análises dos textos mostraram que, embora nas relações diplomáticas oficiais de contato Brasil/Alemanha, para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida, os lugares de interlocução ocupados por brasileiros e alemães tendam a atribuir aos alemães o lugar daqueles que se destacam, que sabem mais e que vêem o Brasil como um país de oportunidades, os discursos analisados também apontam para outra direção. É o caso, por exemplo, da afirmação oficial por parte da Alemanha de que ambos os países têm visões compartilhadas acerca de novas questões da agenda internacional — ambos estariam firmemente comprometidos com o multilateralismo e com o papel forte das Nações Unidas, ambos acreditariam que a globalização clama por esforços crescentes para acelerar o trabalho sobre sistemas emergentes de governo global e de interação regional e essa concordância se estenderia, ainda, a questões que vão desde o estabelecimento da Corte Internacional de Justiça até o controle internacional de armas⁹². É o caso, também, da declaração feita pela Alemanha de que o Brasil é um catalisador regional e de que ambos, Brasil e Alemanha, devem participar do

⁸⁹ De acordo com o que vimos no Capítulo I, item 2.1.

⁹⁰ Apresentamos conceitos de desenvolvimento sustentável no Capítulo I, item 2, subitem 2.1. e, especificamente, na nota de rodapé nº 37.

⁹¹ Afirmação paralela de dois postulados não congruentes e mesmo conflitantes. Em outras palavras, dizer/fazer algo e também o seu contrário.

⁹² Todas essas afirmações foram proferidas pelos representantes de Estado alemães em seus discursos e foram citadas neste trabalho. Elas apontam, em princípio, para um discurso igualitário, que vê o Brasil como nação forte e possuidora de autonomia, com poderes para opinar sobre tais questões em cortes internacionais e para um discurso que não atribui aos brasileiros o lugar de colonizados não-habilidosos e em estágio de desenvolvimento aquém dos alemães, como detectou Zink (1996) em sua pesquisa.

Conselho de Segurança da ONU. É o caso, além disso, dos efetivos trabalhos e pesquisas realizados em parceria e aludidos ao longo desta investigação.

Por outra via, trazemos novamente ao cenário a participação do Brasil na 11ª Convenção sobre Mudanças Climáticas, em Montreal — como representante dos países em desenvolvimento e como presidente dos trabalhos da Primeira Reunião das Partes do Protocolo de Quioto — e os discursos dos representantes alemães, bem como os relatórios acerca das relações de contato Brasil/Alemanha — em que é dito reiteradas vezes que o Brasil seria o dínamo do Mercosul, por exemplo. Todos esses eventos, juntamente com os outros de ordem econômico-financeira e espacial, citados ao longo deste trabalho e, principalmente, na Introdução, demonstram haver realmente acontecido uma ascensão do Brasil no cenário mundial e, com isso, a ocupação por ele de um lugar diferenciado de interlocução que antes não acontecia.

A partir dessas reflexões, reportamo-nos aos estudos de Pêcheux (1983) acerca do acontecimento discursivo novo, apresentados no Capítulo II desta dissertação. Segundo aquele expoente, embora a memória tenda a absorver o acontecimento, esse acontecimento pode desmanchar tal regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira; ele pode desmascarar o acontecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e pode, ainda, deslocar e desregular os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Para ele, haveria, assim, sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento novo — por um lado, um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente, com os implícitos que ela veicula; que visa confrontá-la como “boa forma”, como estabilização parafrástica, negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e, eventualmente, dissolvê-lo, e, por outro, ao contrário, o jogo de força de uma desregulação que vem perturbar a rede dos implícitos. Reforçando essas declarações, gostaríamos de levar ainda em consideração o alerta de Pêcheux de que, para a caracterização da memória impregnada pelo acontecimento

discursivo novo, é necessário que se leve em conta “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização (...), um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (1983)⁹³.

Tais raciocínios, aplicados aos estudos ora empreendidos, explicam, assim, o que num primeiro olhar apontou para a presença de contradição. Nessa linha, o acontecimento discursivo novo aqui estudado⁹⁴ estaria sob a acima aludida pressão do jogo de força da memória, que é em si contraditório. Isso explicaria o trânsito observado nas análises entre o paradigma dominante de conservação, tendente ao desenvolvimentismo, e o paradigma do desenvolvimento sustentável, que postula um conservacionismo mais pontual. Essa transição se inseriria, assim, segundo Pêcheux, naquele espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, naquele espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos, por ele aventado e aqui efetivamente observado. Em outras palavras, a transição de um modelo desenvolvimentista para um modelo mais conservacionista, por força de necessidades inadiáveis colocadas pela possibilidade de atingirmos colapsos ambiental e social num tempo relativamente curto, gera em seu cerne os conflitos acima enumerados e observados ao longo da análise.

Entretanto, para finalizar a nossa investigação trazemos novamente o alerta de Guimarães (1997)⁹⁵ acerca da noção de desenvolvimento sustentável. Em seu estudo, o autor atenta para o fato de que existem várias fragilidades ligadas ao discurso do desenvolvimento sustentável, sendo uma delas o fato de que esse novo estilo de desenvolvimento requer uma nova ética, “uma ética que suprima a apatia ao caráter sutil e modificador da

⁹³ Tradução brasileira de 1999, p. 56.

⁹⁴ Ou seja, a necessidade de reconfiguração de prioridades estratégicas, por parte dos governos e dos sujeitos, regidas pela premência do esgotamento de recursos naturais e do meio ambiente planetário, além de uma semente de preocupação demonstrada com a qualidade de vida de todo ser humano, neste Século XXI, bem como a projeção do Brasil no cenário internacional.

⁹⁵ Mencionado no Capítulo I, item 2, subitem 2.1. deste trabalho.

economia e seus meios não equitativos, que são causadores, por um lado, do grande abismo econômico e, por outro, de enorme bem-estar de populações abastadas em diversas partes do Planeta” (p.18). Ele mostra, inclusive, que o modelo atual de desenvolvimento e crescimento não responde às aspirações de bem-estar dos seres humanos e pondera que somente a partir de uma profunda modificação no padrão de relações políticas e sociais é que se poderá chegar mais perto do que seria considerado o cerne do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o pesquisador assevera que o desafio que se coloca ao Século XXI é o de mudar o curso da civilização, deslocando o seu eixo, de uma lógica de acumulação, num curto prazo, para uma lógica do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos.

Com base nessas reflexões, voltamos a perguntas feitas na Introdução: nesse novo cenário, em que parece estar delineado um realinhamento de atitudes e de propósitos — ditado por necessidades indeclináveis, como a preservação ambiental e a atenção à qualidade de vida de todos os seres humanos, sob pena de atingirmos colapsos ambiental e social num tempo relativamente curto —, em que medida uma nova ordem de configurações de prioridades, de mudança de atitudes e de procedimentos, vinculada a uma mentalidade que provavelmente desabrocha em direção a uma maior conscientização, de governos e de cidadãos, preocupados com o meio ambiente e com a qualidade de vida no Planeta, é efetiva? Perguntamos, também, em que medida os lugares de interlocução de brasileiros e alemães, estabilizados anteriormente nos discursos, até hoje orientam, ou não, as relações de contato entre brasileiros e alemães, mesmo com as novas configurações referidas?

A partir dos estudos realizados e, especificamente, das reflexões de Pêcheux aqui apresentadas, podemos afirmar que esses discursos emergentes podem, sim, apontar para o surgimento de uma nova visão que se sobreponha à visão mercantilista estrita que

regeu as relações internacionais e interpessoais nos últimos séculos. Tal situação pode, ainda, indicar um aumento de respeito pelo meio ambiente e pelos seres humanos e uma busca de cooperação compartilhada entre povos para a preservação da vida. É o que a análise nos permite afirmar. Mas a linha entre ambos os procedimentos é tênue e, se não se instaurar uma vontade mais efetiva, poderá haver a absorção do acontecimento, ficando mantida a regularização pré-existente afiliada ao desenvolvimentismo desregrado.

Quanto aos lugares de interlocução de brasileiros e alemães, estabilizados nos discursos, é possível afirmar, a partir dos estudos empreendidos, que eles até hoje orientam, sim, as relações diplomáticas oficiais de contato entre ambos os povos, mas que as novas configurações referidas apontam para possíveis modificações nesses lugares, indicando pontualmente, por exemplo, que o Brasil se tornou interlocutor privilegiado na questão do discurso ecológico.

Entretanto, a preocupação com os resultados advindos das interferências de países do Hemisfério Norte em países do Hemisfério Sul, e por Guha (2000) denominado de “imperialismo verde”, precisa continuar a nortear as reflexões acerca do binômio meio ambiente x desenvolvimento no Brasil, nos moldes dos procedimentos utilizados pelos etnoconservacionistas.

V. BIBLIOGRAFIA

ACHARD, P. (1999). *Memória e produção discursiva do sentido*. In: PÊCHEUX, M. (org.), **Papel da memória**, Editora Pontes, Campinas, São Paulo.

Beziehung mit Brasilien und Lateinamerika, Vortrag Staatsminister Dr. Volmer im Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), in Rio de Janeiro, 2001.

Beziehungen zwischen Brasilien und Deutschland (2005 e 2007). Site Informativo do Ministério das Relações Exteriores Alemão, www.auswaertiges-amt.de

BHABHA, H. K. (2003). **O local da cultura**. Coleção Humanista, Editora UFMG, Belo Horizonte, M.G.

BOLOGNINI, C. Z. (1996). **O lugar de interlocução de brasileiros e alemães na história de suas relações de contato**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Unicamp.

BOOKCHIN, M. (1980). **Towards an Ecological Society**. Montreal: Black Rose Book.

BRANDÃO, H. H. N. (1994). **Introdução à Análise do Discurso**. Editora da Unicamp, Campinas, São Paulo.

Brasilianisch-Deutsche Umwelterklärung, 1996. Ministério das Relações Exteriores Alemão.

CAZELOTO, E. (2007). *Sr. Burns e o aquecimento global*. In: **Revista Página 22**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

DAVALLON, J. (1999). *A imagem, uma arte de memória?* In: PÊCHEUX, M. (org.), **Papel da memória**, Editora Pontes, Campinas, São Paulo.

Declaração conjunta sobre a agenda comum Brasil-Alemanha para o meio ambiente.

Acordo firmado entre os governos do Brasil e da Alemanha em 1996.

DUARTE, R. H. (2005). Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil.

Brazilian Review, Vol. 41, Number 2, pp. 144-161, [University of Wisconsin Press](#)

_____ (2003). **Nature and Historiography in Brazil, 1937-1945.** In: Revista Ibero-Americana (América Latina – Espanha – Portugal), Berlin, ano III, nº 10.

DIEGUES, A. C. (2000). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Editora Hucitec, São Paulo.

_____ (2000). *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos.* In: Diegues A. C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Editora Hucitec, São Paulo.

_____ (1998). **O mito moderno da natureza intocada.** Editora Hucitec, São Paulo.

EGRI, C. P. & PINFIELD, L. T. (1996). Organizations and the Biosphere: Ecologies and Environments. In: Clegg, C. Hardy and W. Nord (Eds.) **Handbook of Organizations Studies.** (pp. 459-483), London: Sage Publications.

Embaixada Alemã no Brasil. Site informativo www.brasilia.diplo.de

Embaixada Brasileira na Alemanha. Site informativo www.brasilianische-botschaft.de

FOUCAULT, M. (1969). L'Archéologie du Savoir, Gillimard, Paris, tradução brasileira, A Arqueologia do saber, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 7ª edição (2004).

GUIMARÃES, R. P. (1997) *Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas*. In: BECKER, B. & MIRANDA, M., *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*, Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

GUHA, R. (2000). *O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo*. In: Diegues A. C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Editora Hucitec, São Paulo.

HAROCHE, C. P. HENRY & M. PÊCHEUX (1971). *La semantique et la coupure Saussuriense : langue, langage, discours*. Langage, n° 24, Paris, Didier-Larouse.

MAINGENEAU, D. (1984). *Nouvelles tendances en analyse de discours*, Hachette, Paris, Tradução brasileira Freda Indursky, *Novas tendências em análise do discurso*, Editora Pontes, Campinas, SP, 1989).

MALDIDIER, D. (2003). *A inquietação do discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Orlandi, Editora Pontes, Campinas, São Paulo;

Ministério do Meio Ambiente Brasileiro. Site informativo www.mma.gov.br

Ministério das Relações Exteriores Alemão. Site informativo www.auswaertiges-amt.de

Ministério das Relações Exteriores Brasileiro. Site informativo www.mre.gov.br

NORA, P. (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Revista Projeto História (História e Cultura), EDUC, Editora da PUC São Paulo.

ORLANDI, E. (2004). *Cidade dos sentidos*. Editora Pontes, Campinas, São Paulo.

_____ (2003). *Análise de Discurso*. Série Princípios e Procedimentos. Editora Pontes, Campinas, São Paulo.

_____ (2003). *Discurso fundador: a formação do País e a construção da*

- identidade nacional.** Editora Pontes, Campinas, São Paulo.
- _____ (2001). **Discurso e texto.** Editora Pontes. Campinas. São Paulo.
- _____ (1999). *Maio de 1968: os silêncios da memória.* In: In: PÊCHEUX, M. (org.), **Papel da memória,** Editora Pontes, Campinas, São Paulo.
- _____ (1996). **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- _____ (1993). **As formas do silêncio.** Editora da Unicamp, Campinas, São Paulo.
- _____ (1990). **Terra à vista.** Cortez Editora, São Paulo.
- _____ (1983). **A linguagem e seu funcionamento.** Editora Brasiliense, São Paulo.
- PASSOS, D. M. S. P.** (2006). **Linguagem, política e ecologia: uma análise do discurso de Partidos Verdes.** Editora Pontes, Campinas, São Paulo.
- PÊCHEUX, M. et alii** (1983). *Role de la Mémoire.* In: **Linguistique et Histoire,** CNRS, Paris, tradução brasileira **Papel da Memória.** Editora Pontes, Campinas, São Paulo, (1999).
- PÊCHEUX, M.** (1983). **Discours: Structure or Evènement,** Illinois University Press, tradução brasileira Eni Orlandi, **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Editora Pontes, Campinas, São Paulo, (1991).
- _____ (1988). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Editora da Unicamp, Campinas, São Paulo.
- PIMBERT, M. P. & PRETTY, J. N.** (2000). *Parques, comunidades e profissionais:*

Incluindo participação no manejo de áreas protegidas. In: Diegues, A. C. (org)
Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Editora
Hucitec, São Paulo.

PONTING, C. (1995). **Uma história verde do mundo.** Editora Civilização Brasileira, Rio
de Janeiro.

**The Future of the German-Brazilian Strategic Partnership – Speech by State Secretary
Jürgen Chrobog, CEBRI, Rio de Janeiro.**

VIEIRA, L. (1990). **Fragments de um discurso ecológico.** Editora Contexto, São Paulo.

VINHA, V. G. (1999). **A convenção do desenvolvimento sustentável e as empresas eco-
competitivas.** Tese de doutorado em desenvolvimento agrícola, Seropédica, Rio
de Janeiro.



DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A AGENDA COMUM
BRASIL-ALEMANHA PARA O MEIO AMBIENTE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

Desejosos de fortalecer as relações amigáveis entre os dois países;

Convencidos de que o meio ambiente mundial deve ser protegido a fim de preservar a saúde e o bem estar das gerações presentes e futuras da humanidade;

Reconhecendo a importância dos esforços de cooperação para promover a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo a necessidade de dar seguimento ao processo iniciado pela Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992;

Enfatizando o fato de que o desenvolvimento econômico e social, a erradicação da pobreza, a provisão de meios de vida sustentáveis e o gerenciamento ambientalmente adequado dos recursos naturais são todos componentes integrados que mutuamente apoiam o desenvolvimento sustentável;

Conscientes de que ambos os países enfrentam o desafio de alcançar uma mais elevada qualidade de vida para seus nacionais, por meio de um padrão de desenvolvimento que atenda às necessidades sociais e ecológicas das gerações presentes e futuras;

Desejosos de promover uma mais estreita cooperação a longo prazo no campo do meio ambiente;

Por meio deste declaram sua vontade de empreender uma agenda comum para o desenvolvimento como descrita a seguir:

INTENÇÃO

1. A agenda comum tem por intenção servir como um mecanismo para consultas e cooperação entre o Brasil e a Alemanha nos assuntos críticos do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental. A agenda tem como quadro de referência para discussões políticas e cooperação nessas áreas.

2. O Brasil e a Alemanha cooperarão com base na igualdade, reciprocidade e benefícios mútuos, levando em consideração suas políticas de meio ambiente.

OBJETIVOS

Os objetivos da agenda incluem:

- A - Esforços conjuntos para dar seguimento aos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.
- B - O intercâmbio de perspectivas e de posições sobre questões ambientais chave tais como mudança de clima, destruição da camada estratosférica de ozônio, conservação e uso sustentável da diversidade biológica, conservação e uso sustentável de florestas e de outros recursos naturais, desertificação, proteção dos oceanos, gerenciamento adequado dos resíduos perigosos e substâncias tóxicas, bem como quaisquer outras questões que ambas as Partes julguem apropriadas.
- C - Consultas sobre os esforços dos organismos internacionais que lidam com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, incluindo a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e outras organizações relevantes.
- D - Intercâmbio de experiência sobre instrumentos para política e gerenciamento ambiental.
- E - Cooperação e intercâmbio de informação relativa a tecnologias ambientalmente adequadas e suas aplicações nas seguintes áreas:
 - i) controle da poluição do ar;
 - ii) conservação e uso sustentável dos recursos hídricos, tratamento da água e gerenciamento costeiro;

iii) gerenciamento de resíduos sólidos: tratamento seguro dos dejetos e reciclagem das matérias primas; tratamento do lixo industrial, especialmente resíduos perigosos; redução do lixo gerado a partir das embalagens;

iv) diminuição e prevenção da poluição urbana;

v) eficiência energética e uso de fontes novas e renováveis de energia;

vi) proteção e administração sustentável dos ecossistemas;

vii) fortalecimento da consciência ambiental, por meio da educação ambiental e da participação dos cidadãos;

viii) gestão sustentável da diversidade biológica, florestas e outros recursos naturais.

F - Facilitação de intercâmbios científicos e tecnológicos, bem como outros esforços conjuntos voltados para problemas ambientais de interesse mútuo.

ATIVIDADES

A fim de dar seguimento aos objetivos da agenda comum para o meio ambiente, o Brasil e a Alemanha tencionam:

A - Sem prejuízo das consultas e negociações regulares sobre cooperação bilateral em desenvolvimento técnico e financeiro, promover, a cada ano, consultas regulares de alto nível, com a participação das agências governamentais relevantes de cada Parte, com vistas a:

i) discutir temas prioritários de interesse mútuo na área do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;

ii) discutir as respectivas posições sobre temas tratados nos foros multilaterais relativos ao desenvolvimento sustentável e a questões ambientais, incluindo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

iii) intercambiar informações sobre tecnologias ambientalmente adequadas.

B - Estabelecer grupos de trabalho, quando necessário, para facilitar o diálogo e a cooperação em áreas específicas de interesse mútuo.

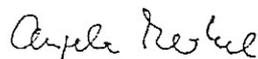
C - Dar destaque a consultas e à cooperação em outros níveis, incluindo discussões bilaterais entre as respectivas agências governamentais.

- D - Organizar reuniões de peritos, seminários e programas conjuntos de treinamento.
- E - Intercambiar informação relativa à pesquisa e desenvolvimento, procedimentos políticos e legais, bem como disposições relativas às questões ambientais.
- F - Promover a cooperação, conforme mutuamente acordada, com o setor privado e com organizações não-governamentais sobre programas e iniciativas relevantes para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas de desenvolvimento e disseminação de tecnologias ambientalmente adequadas.

PONTOS FOCAIS

O Ministério das Relações Exteriores, Governo da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear, Governo da República Federal da Alemanha, serão os pontos focais para a implementação da Agenda Comum para o Meio Ambiente.

Brasília, 20 de novembro de 1996.



Beziehungen zwischen Brasilien und Deutschland

Stand: Mai 2005

- ↳ Politische Beziehungen
- ↳ Wirtschaftsbeziehungen
- ↳ Kulturelle Beziehungen

↳ Politische Beziehungen

Die ausgezeichneten deutsch-brasilianischen Beziehungen sind politisch, wirtschaftlich, kulturell und gesellschaftlich breit verankert. Gemeinsame Auffassungen zu globalen Fragestellungen ließen die bilateralen Beziehungen zu einer strategischen Partnerschaft wachsen. Im gemeinsamen Aktionsplan vom Februar 2002 unterstrichen beide Länder ihre Entschlossenheit, die Zusammenarbeit weiter auszubauen und vereinbarten langfristige Zielsetzungen, die auch über das bilaterale Verhältnis hinausgehen. Die Beziehungen sind eingebettet in die biregionale strategische Partnerschaft zwischen der EU und den Staaten Lateinamerikas und der Karibik (LAK).

Der bilaterale politische Austausch ist breit angelegt und umfasst auch die Themen Menschenrechte, Umweltschutz, Schutz indigener Völker und entwicklungspolitische Zusammenarbeit. In vielen Fragen auf der internationalen Agenda, so z.B. hinsichtlich der Reform des Systems der Vereinten Nationen, der internationalen Abrüstungspolitik, der Fortentwicklung des internationalen Strafrechts und der internationalen Strafgerichtsbarkeit, aber auch beim Bekenntnis zum Ausbau des multilateralen Systems der internationalen Zusammenarbeit liegen die Standpunkte von Brasilien und Deutschland eng beieinander. Dies zeigt sich im gemeinsamen Einsatz für eine Reform der Vereinten Nationen. Besondere Aufmerksamkeit widmen sowohl Deutschland wie auch Brasilien dem wissenschaftlich-technologischen und dem kulturellen Austausch. Beiträge deutscher Einwanderer bis in die Gegenwart werden ausdrücklich anerkannt. Es besteht eine Vielzahl von Brücken zwischen Nicht-Regierungsorganisationen in beiden Ländern.

Zu einer Intensivierung der ohnehin guten Beziehungen kam es in den frühen neunziger Jahren. Zwei Besuche von Bundeskanzler Kohl (1991 und 1996), ein erster Besuch von Staatspräsident Cardoso (1995), ein weiterer Gegenbesuch von Bundespräsident Herzog (1995) sowie eine bis dato nicht gekannte Zahl gegenseitiger Minister- und Abgeordnetenbesuche haben den Beziehungen eine neue Qualität gegeben. Präsident Cardoso traf Bundeskanzler Gerhard Schröder im April 1999 in Bonn. Am 13. und 14. Februar 2002 besuchte Bundeskanzler Schröder mit einer großen Unternehmerdelegation Brasilien. Der neue Staatspräsident Lula besuchte Deutschland als erstes europäisches Land vier Wochen nach seinem Amtsantritt im Januar 2003. Seither haben sich die Kontakte weiter vertieft. 2003 und 2004 haben mehrere Parlamentarier- und Ministerreisen auf beiden Seiten stattgefunden. Im November 2003 stattete Bundespräsident Rau Brasilien einen offiziellen Besuch ab, Bundesaußenminister Fischer im November 2004.

↳ Wirtschaftsbeziehungen

Brasilien ist Deutschlands wichtigster Handelspartner in Lateinamerika. Die deutschen Exporte nach Brasilien beliefen sich 2004 auf 4,654 Mrd. EUR (2003: 4,095 Mrd. EUR), die Importe aus Brasilien auf 4,588 Mrd. EUR (2003: 3,853 Mrd. EUR). Brasilien liegt damit als Abnehmerland deutscher Waren auf Platz 29 und als Lieferland auf Platz 26. Der Bestand der deutschen Direktinvestitionen im Jahr 2001 betrug 8,249 Mrd. Euro. Deutschland ist damit der drittgrößte Auslandsinvestor in Brasilien, dies bei allerdings in den letzten Jahren stark gesunkenem Anteil an neuen Auslandsinvestitionen in Brasilien. Die deutsche Beteiligung an den brasilianischen Privatisierungen der letzten Jahre (insbesondere Telekommunikation, Bankenwesen) macht nicht

einmal 1% aus. Die Bereiche Energie und Wasser, für die sich deutsche Unternehmen stärker interessiert haben, wurden von weiterer Privatisierung vorläufig ausgenommen.

Wichtig ist, dass die bereits in Brasilien tätigen ca. 800 deutschen Tochterunternehmen zunehmend reinvestieren. Einschließlich der Re- und der Drittlandinvestitionen haben die Investitionen deutscher Unternehmen ca. 20 Mrd. USD erreicht. Seit Anfang 2004 ist auch eine Wiederzunahme der Neuinvestitionen feststellbar.

Wichtigste bilaterale Wirtschaftsabkommen sind:

- Seeverkehrsvertrag vom 04.04.1979 mit 2. Zusatzprotokoll vom 18.11.1992
- Investitionsschutz- und -fördervertrag vom 21.09.1995 (Ratifikationsverfahren von Brasilien allerdings ausgesetzt).

Die deutsche Außenwirtschaft hat in Brasilien drei gut ausgestattete Deutsch-Brasilianische Industrie- und Handelskammern mit Sitz in Sao Paulo, Rio de Janeiro und Porto Alegre (Südbrasilien). Die wichtigste deutsche Außenhandelskammer in Sao Paulo hat umfangreiches Material für den deutschen Exporteur bereitgestellt. Es gibt u. a. die Broschüren "Export nach Brasilien", "Ihr Einstieg in Brasilien" "Gewerblicher Rechtsschutz". Die Texte können über das Internet www.ahkbrasil.com eingesehen werden. Generell gilt, dass ausländische Investoren bei der Schaffung von zusätzlichem Industriepotenzial gern gesehen werden. Im Infrastrukturbereich soll Privatkapital im Rahmen von Public-Private-Partnerships mobilisiert werden. Ein entsprechendes Gesetz wurde vom Kongress Ende 2004 verabschiedet.

Während des Besuches von Bundeskanzler Schröder im Februar 2002 wurde eine brasilianisch-deutsche Initiative für die Kooperation im Infrastruktur- und Energiebereich vereinbart. Auf den 20. Wirtschaftstagen Deutschland / Brasilien in Hamburg, Ende Juni 2002, wurde dazu eine spezielle Arbeitsgruppe gegründet, die sich aus Vertretern von Wirtschaft und Regierung beider Seiten zusammensetzt. Im November 2002 hat sie ein umfangreiches Investitionsprogramm verabschiedet. Ansprechpartner sind der BDI und das Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit.

Vom 20. bis 22.06.2004 fanden in Stuttgart die 22. Deutsch-Brasilianischen Wirtschaftstage unter dem Motto "Wachstum und Investitionen – Prioritäten für Deutschland und Brasilien" statt. Die Wirtschaftstage wurden wie in den vergangenen Jahren vom BDI und dessen brasilianischer Partnerorganisation CNI veranstaltet. Der brasilianische Minister für Entwicklung, Industrie und Außenhandel, Luiz Fernando Furlan und die Parlamentarischen Staatssekretäre Dr. Ditmar Staffelt (BMW) und Matthias Berninger (BMVEL) waren unter den ca. 400 Teilnehmern aus Politik und Wirtschaft. Die große Resonanz zeigte die Bedeutung, die beide Länder den bilateralen Wirtschaftsbeziehungen beimessen. Strategisch wichtige Wirtschaftsfragen wie "Wachstum und Investitionen", "Infrastruktur und Energie" sowie "Agribusiness" wurden in Panels eingehend erörtert. Daneben ermöglichten zahlreiche Branchentreffs (Automobil- und Zulieferindustrie, Maschinenbau, Ausrüstungen und Informatik, chemische und pharmazeutische Industrie) einen vertieften Informationsaustausch über aktuelle Entwicklungen.

Parallel zu den Wirtschaftstagen trat am 22. Juni 2004 die Deutsch-Brasilianische Wirtschaftskommission zu ihrer 31. Sitzung zusammen. Regierungs- und Unternehmensvertreter erörterten gemeinsam die gesamte Spannbreite der Wirtschaftsbeziehungen.

Die Arbeitsgruppe "Agribusiness" kam anlässlich der Deutsch-Brasilianischen Wirtschaftstage in Stuttgart zusammen. Die Leitung liegt auf deutscher Seite beim Parlamentarischen Staatssekretär Berninger (BMVEL), auf brasilianischer Seite beim Präsidenten der ABAC (Brasilianische Vereinigung für Agribusiness) und Direktor der Agrofirma Bunge, Lovatelli. Ein weiteres Treffen der Arbeitsgruppe fand im Vorfeld der "BioFach" (Brasilien war 2005 Partnerland) am 23.02.2005 in Nürnberg statt. Auf brasilianischer Seite nahm Landwirtschaftsminister Rodrigues, auf deutscher Seite der Parlamentarische Staatssekretär im BMVEL, Berninger, teil. Ein

besonderer Schwerpunkt der Diskussion stellten die Biotreibstoffe dar. Auf diesem Sektor wollen beide Länder künftig verstärkt zusammenarbeiten.

Die 23. Deutsch-Brasilianischen Wirtschaftstage und die 32. Sitzung der Deutsch-Brasilianischen Wirtschaftskommission werden vom 3. bis 5. Juli 2005 in Fortaleza stattfinden.

Kulturelle Beziehungen

Auch im Kulturbereich ist Brasilien ein wichtiger Partner für Deutschland, so wie umgekehrt in Brasilien traditionell großes Interesse an der Zusammenarbeit mit Deutschland zu finden ist. Bereits 1969 wurde die kulturelle Zusammenarbeit in einem gemeinsamen Kulturabkommen formalisiert.

Das Goethe-Institut ist mit fünf Kulturinstituten in Brasilien vertreten: Sao Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro und Salvador. Darüber hinaus fördert das Goethe-Institut das Goethe Zentrum in Brasília, das deutsch-brasilianische Kulturzentrum in Recife und die DAAD-Kulturlektorate in Belém, Fortaleza und Belo Horizonte.

Deutsch als Fremdsprache erfreut sich in Brasilien nicht nur in den traditionellen Gebieten deutscher Einwanderung im Süden des Landes großer Beliebtheit mit wachsenden Schülerzahlen. Dabei wird Deutsch heute zunehmend als wichtige Berufsqualifikation betrachtet. Insgesamt lernen schätzungsweise ca. 80.000 Schüler in Brasilien Deutsch.

In Brasilien bestehen drei deutsche Begegnungsschulen. Davon befinden sich zwei in Sao Paulo, die dritte in Rio. In Porto Alegre gibt es eine Schule mit verstärktem Deutschunterricht.

Wachsende Bedeutung gewinnt die Hochschulzusammenarbeit mit Brasilien, das schon heute wichtigster Partner des Deutschen Akademischen Austauschdienstes (DAAD) in Lateinamerika ist. Die Feierlichkeiten zum 30-jährigen Bestehen der DAAD-Außenstelle in Rio de Janeiro 2002 zeigten die durch die langjährige Zusammenarbeit entstandenen Verknüpfungen zwischen beiden Ländern. Bislang konnten schon über 28.000 Studenten und Wissenschaftler von den zahlreichen Stipendienprogrammen profitieren, und es bestehen über 50 Partnerschafts- und Forschungsprogrammvereinbarungen zwischen deutschen und brasilianischen Universitäten. Zu den wichtigsten Austauschprogrammen, die der DAAD gemeinsam mit seinen brasilianischen Partnern durchführt, zählt das Jahresstipendiatenprogramm für brasilianische Doktoranden (jährlich fast 80 Stipendiaten). In der 1998 geschaffenen Arbeitsgruppe "Bildungszusammenarbeit" werden die Grundsätze und Schwerpunkte der Hochschulzusammenarbeit festgelegt und ständig angepasst.

Acht entsandte DAAD-Lektoren sind in Brasilien eingesetzt (darunter die Kulturlektoren in Belém, Fortaleza, und in Belo Horizonte). Sie sind zunehmend auch mit Studienberatung und Information betraut.

Auch der künstlerische Austausch zwischen Brasilien und Deutschland hat sich in den letzten Jahren intensiviert. Die Kunstbiennale 2002 in Sao Paulo unter Leitung des deutschen Kurators Alfons Hug stand unter dem Motto "Iconografias Metropolitanas" und räumte Deutschland einen herausgehobenen Platz ein. Die Anerkennung für Herrn Hugs Arbeit zeigt sich darin, dass er für die Kunstbiennale 2004 (Território Livre - freies Territorium) erneut zum Kurator ernannt wurde. Der transatlantische Dialog zwischen Europa, Brasilien und Afrika wurde 2003 mit großem Erfolg in Form einer Ausstellung afrikanischer Kunst aus dem Völkerkundemuseum Berlin-Dahlem in Rio de Janeiro, Sao Paulo und Brasília geführt. Daneben gastieren zahlreiche renommierte Ensembles regelmäßig in Brasilien.

"The Future of the German-Brazilian Strategic Partnership" - Speech by State Secretary Jürgen Chrobog, CEBRI, Rio de Janeiro, 27 October 2003

[Druckversion](#)

I am both honoured and delighted to have the opportunity to address this distinguished audience today. I could not have wished for a better start to my tour of three Latin American countries. In the next few days, I will hold consultations in Chile and Argentina. The trip will end with consultations in Brasília in about ten days time. Brazil marks both the beginning and the end of my journey.

Personally, I am particularly grateful for this prelude here at CEBRI, one of the pre-eminent think-tanks on Latin American foreign policy issues in the Americas.

My topic today is the German-Brazilian Strategic Partnership. This Partnership was launched in 1995 by President Cardoso and Chancellor Kohl. Both had co-operated closely and supported each other three years previously at the first United Nations Conference on Environment and Development in Rio. After this encounter, they developed a strong political relationship, based on mutual trust and many shared views on new issues on the international agenda. The Strategic Partnership was again brought to international attention in 1999, when Germany and Brazil co-chaired the first EU-Latin American Summit – which incidentally was also held here in Rio. The Summit led to the Agreement on a Strategic Partnership between the European Union and its Member States and Latin America and the Caribbean as well as the start of EU-Mercosul negotiations. Important features of the bi-regional partnership were modelled on the German-Brazilian example.

A mere four years have since gone by. But how eventful those years have been, how many tragic developments we have had to witness: the world went through the traumatic experience of September 11, the war in Afghanistan and the second war in Iraq. In Latin America, Colombian internal strife continued to claim its toll of lives, while Mercosul had to cope with its deepest crisis ever, culminating in Argentina's default. Other democracies and economies in the region experienced similar turbulence. Europe had to face up to terrible crimes committed in the Balkans and focus its attention on stabilizing Kosovo. The Middle East once again failed in its perennial quest for peace, in spite of the hope represented by the road map. Meanwhile new threats emerged, with potentially even further-reaching strategic implications, such as the Korean nuclear stand-off, or unresolved issues involving the proliferation of weapons of mass destruction elsewhere.

Rarely in recent history was the international agenda as packed as it is today, rarely was there a greater need for strategic partnerships in international relations than at present. So the question that comes to mind simply is this: under the circumstances, what relevance does the German-Brazilian Strategic Partnership have? What contribution can it make? I would like to address this question by looking firstly at security issues, then at the state of the international system of co-operation and finally at the role Germany and Brazil have to play in the evolving bi-regional picture.

Many analysts have reached the conclusion that the end of the East-West conflict fundamentally changed, if not the nature, then at least the perception of security issues world-wide. The East-West divide not only dominated security concerns, but also served as yardstick for security policy in all but the most remote regions of the world. This has changed. In fact, quite a few current security threats are rooted in regions that previously hardly even figured on the international agenda.

Not surprisingly the new security challenges have triggered a vibrant, controversial debate spanning world public opinion. Let me refer to the Secretary-General of the United Nations. Kofi Annan reflected upon the change in foreign policy issues in his address to this year's General

Assembly. He identified security issues as the crucial test for the future of the United Nations. He differentiated between hard security threats, such as terrorism and the proliferation of weapons of mass destruction, and soft security threats, such as extreme poverty, the spread of deadly infectious diseases, climate change and environmental degradation. He further pointed to the need to regain the confidence of states as well as the public in the willingness and sincerity of the international community in its efforts to secure peace.

In emphatic terms, Kofi Annan pointed to a crossroads for foreign policy. Not mincing his words, he qualified the preventive use of force as unilateral and lawless – regardless of moral or political justifications. He quoted Article 51 of the UN Charter that limits the legitimate use of force to self-defence. The Charter further unequivocally defines the unique competence of the UN Security Council to legitimize military action. Kofi Annan warned against preventive use of force by individual states in reaction to perceived threats and underlined that it was not the West alone that was threatened by terrorism or weapons of mass destruction.

To German – and presumably Brazilian – ears his words make perfect sense. They may have been spoken primarily with the Iraqi situation and the state of the Middle East peace process in mind. But they nevertheless have universal application in as far as they raise essential issues about the means of foreign policy. They go right to the core of strategic relationships.

But does this also mean the German-Brazilian strategic relationship?

Foreign policy always has to keep issues of power and security in mind. It would be naive to deny this simple truth and this would leave us open to nasty surprises. Power politics is however increasingly meeting its limitations. In the context of globalization, other factors have gained and continue to gain rapidly in importance.

I would like to focus on the notion of "soft power", that was introduced by Josef Nye, the eminent US scholar who also held high posts at the Pentagon during the first Clinton Administration. Consider classical power politics as the "hardware" of foreign policy that allows power projections by political, economic or military means to distant regions of the world. Then think of "software" as the ability to influence the international agenda and persuade foreign policy partners to pursue their interest in ways compatible with your own. Soft power is based inter alia on the ability to convince international players and form formal and informal alliances. Both coexist and will probably continue to do so.

Soft power does not however preclude rivalry in the face of conflicting interests. On the other hand, it helps defuse antagonisms. Very important in this regard is the ability to mobilize and foster support for your own model of politics, your convictions and cultural values among foreign policy partners. In this regard, credibility and ethics are of overriding importance.

Take the so-called Washington consensus on economic policy, for example. It is credited with helping to beat inflation in Latin America and elsewhere and pave the way for more compatible exchange-rate regimes, neither of which is a mean feat. But it gets poor marks in the light of persistently poor growth, dependency on international capital flows and vulnerability in the face of external shocks. In fact, in countries such as Venezuela or Argentina, public support for the Washington consensus has waned, with neuralgic issues such as privatization leading to serious unrest and destabilizing social upheavals. Clearly the Washington Consensus is "damaged goods", not only in need of a face lift but of substantive renewal. Many voices in Latin America clamour for more European elements in any such consensus, such as the German model of a social market economy. I believe that we Europeans, engaged as we are in far-reaching structural reform of our economic and social systems at home, would have much to gain from this debate. Maybe this could be a topic for discussion at the next EU-LAC Summit scheduled for May 2004 in Mexico. It would enhance our "soft power" world-wide on both sides of the Atlantic.

This in fact is the very foundation of the unique, outstanding quality we value in our relationship with Latin America in general and Brazil in particular. Not only do we share a broad and deep

consensus on fundamental values such as democracy, human rights and the rule of law. We share a common belief in the necessity to mitigate the effects of globalization by searching for credible answers to the pressing need for justice. By justice I understand a fair and equitable distribution of life opportunities for each and every citizen on this planet.

Germany and Brazil are in agreement on many global policy issues. We are both firmly committed to multilateralism and a strong role for the UN. We both believe that globalization calls for increased efforts to speed up work on the emerging system of global governance and regional integration. We are both convinced of the need for a strong UN mandate to manage post-war Iraq. Our agreement also extends to issues ranging from the establishment of the International Court of Justice to various international arms control agreements. It therefore cannot come as a surprise that Brazil and Germany support each other in their quest for a permanent seat on the Security Council. They do so unequivocally.

Within this context Germany has followed with great interest Brazil's recent moves towards regional integration and the role it has assumed as a global player. Brazil has once more demonstrated its unique ability to serve as catalyst. This role appears to be widely accepted by its Spanish-speaking neighbouring countries, as seen within recent movements towards a further integration of the whole of South America by bringing Mercosul and the Andean Community closer together.

But maybe there is one even more important element in this consensus between Europe and Latin America which makes it unique. On the basis of our mutual understanding we - Europe and Latin America - are in a position to bridge the divide between the industrial and the developing worlds as perhaps no-one else in the world can. The diversity we represent in our midst as well as between the two regions itself enhances our credibility. If we manage, then perhaps the solutions we bring to problems on the international agenda may be considered helpful by partners in other fora or areas of politics.

This brings me to my second question, the level of international co-operation. Let us look at the WTO Ministerial Conference in Cancun. As we are all only too aware, it ended inconclusively. We probably agree that the failure to reach any agreement was detrimental to almost all parties present at the negotiations, and particularly so to the poorest nations. Hopefully, we will be able to do better at the next meeting in Hong Kong. The failure of the conference shows that we still have some way to go to reach the single undertaking needed to enact any deal that the negotiators may come up with. However, there was a second item that was much commented upon: The emergence of the ad hoc Group of 20, with Brazil in the leading role. I understand that a debate is underway in Brazil on the usefulness of such a group. Critics point out that it suffers both from its propensity to generate confrontation and unresolved questions of internal coherence. Even so, the initiative undeniably was useful as it served to clearly articulate interests that need to be taken into account if any result is to come out of the WTO negotiating round.

Germany has constantly pressed the European Union and its members on the reform of the Common Agricultural Policy. Much, by the way, has already been achieved, even though it is often not recognized. Since the EU budget exercise of 2000, prices have been gradually lowered towards world market levels. Subsidies for individual farmers are at levels well below farm support in the US. Both will continue to sink. And as you may have gathered from the offer the European Commission was prepared to make at Cancun, a compromise solution on agricultural export subsidies was within reach.

However, the WTO is not the only game in town. The failure of Cancun clearly points to the wisdom of pursuing association negotiations at regional level as well. Germany and Brazil have been strong supporters of the EU-Mercosul negotiation process from the outset. Both continue to lend their support to this effort. The negotiations are within the original timetables. We need to keep up the momentum. If we manage to do so, I am confident that we will be able to meet our initial goal of reaching an agreement by 2005.

The EU-Mercosul Association Agreement is not intended as a substitute for a global WTO agreement, nor is it conceived as a rival project for ALCA (Hinweis: ALCA=FTAA Free Trade Area of the Americas) which is due to be completed about the same time as the EU-Mercosul agreement. *Nobody with any understanding of the dynamics of the world economy will deny the strategic and complementary nature of these processes. We in the EU are not shy about our offer. We believe the EU-Mercosul association actually has more "sex appeal" for our partners as it also provides for a socio-cultural dimension and institutionalized political dialogue beyond merely commercial aspects.*

The EU-Mercosul agreement is therefore designed not only to liberalize trade, but also to enhance compatibility between partners on both sides of the Atlantic. This is the reason why non-governmental groups are assigned such an eminent role in fostering people-to-people relations across the Atlantic.

This leads me to my final question regarding the role Brazil and Germany play within their respective regional settings in the development of the bi-regional agenda. As you probably know, major developments are on the horizon in the European Union regarding both its new members as well as a reform of its internal structure. *In fact, the forthcoming third EU-LAC Summit in Mexico on 27 May 2004 will be the first major international conference, at which the new EU members, who will accede to the Union at the beginning of May, will participate in their own right. A new constitutional treaty is being prepared. Negotiations, involving the 15 current members and the 10 candidates plus Bulgaria, Romania and Turkey as observers, are well underway and fairly complicated. Issues such as the future composition of the European Commission, the weighting of votes in the Council of Ministers and the need for unanimity in foreign and fiscal policy are still subject to debate. However, the present Italian EU Presidency remains committed that an agreement will have been reached by the end of December, meaning we will have an EU constitution by 2006, including an EU president and EU foreign minister. In fact, the European Commission is already beefing up staff levels and EU delegations to foreign capitals to be in a position to fully implement its enhanced mandate in foreign policy as soon as it is finalized.*

Does that mean that the strategic relationship between Germany and Brazil is doomed to fade away? Not at all, as far as I am concerned. As long as there is the need for unanimity in EU foreign policy, EU member states will retain control of important issues such as those outlined in my speech. Diversity among EU member states will persist, just as among Mercosul members or any other Latin American or South American formation. This in turn means that advocacy and leadership will be required for unity, initiative and resilience, which all can best be fostered within the remit of a long-term strategic partnership such as the one that we have.

Furthermore, experience shows that no or only little progress was made in bi-regional relations when either Brazil or Germany failed to show interest. Quite on the contrary, anything worth mentioning so far always necessitated explicit backing by both our countries. German and Brazilian contributions have to a great extent proven decisive. The role of the Strategic Partnership between Brazil and Germany will therefore remain an important one for the foreseeable future. *In fact, I would venture to predict that it will grow as we approach the deadline of 2005 for our association agreement – and keep at that level of importance after 2006 or grow even further.*

Erschienen: 27.10.2003

Beziehungen mit Brasilien und Lateinamerika, Vortrag von Staatsminister Dr. Volmer im Centro Brasileiro de Relacoes Internacionais (CEBRI) in Rio de Janeiro

 Druckversion

☒ Den vollständigen Text der Rede finden Sie hier als PDF-Datei zum Herunterladen.

- ↳ Wirtschaftsbeziehungen mit Brasilien und dem Mercosul
- ↳ Politische Beziehungen
- ↳ Deutsche und europäische Lateinamerikapolitik

Vorweg: Ich bin zwar erst zum ersten Mal in Brasilien. Ich fühle mich aber bereits unter Freunden. Als solcher wurde ich vorgestern in Brasilia empfangen von Staatssekretär Saboia im Justizministerium, mit dem ich über Menschenrechtsfragen konsultierte, von dem Abgeordneten Wanderer und der brasilianisch-deutschen Parlamentariergruppe, von Staatssekretär Carvalho im Umweltministerium und Staatssekretär Seixas Correa im Itamaraty. Beim Besuch des Abgeordnetenhauses, wo wir in eine Fragestunde zur Agrarpolitik platzten, wurde die Tagesordnung unterbrochen und vom Sitzungspräsidenten spontan eine flammende Rede auf Deutschland gehalten, die mir verdeutlichte, welche außerordentliche Sympathie unserem Land entgegen gebracht wird. Ich habe mich außerdem noch mit Vertretern der Zivilgesellschaft zu einer Gesprächsrunde beim Abendessen getroffen, bei dem herzlich diskutiert wurde und anschaulich zum Ausdruck kam, wie vielseitig, kreativ - und einflussreich die Nicht-Regierungsorganisationen in Brasilien sind. Gestern und heute habe ich zudem Sao Paulo und Rio de Janeiro besucht.

Ich selber messe diesem Besuch eine hohe Bedeutung bei. Auf dem Weg zum Treffen der Außenminister der EU mit denen der Rio-Gruppe in Santiago am 28. März wollte ich die Gelegenheit zu breit angelegten bilateralen Konsultationen mit unserem wichtigsten Partner in der Region nutzen.

Wirtschaftsbeziehungen mit Brasilien und dem Mercosul

Brasilien ist unbestreitbar ein global player. Es hat unmissverständlich seinen Anspruch der Mitgestaltung an der Globalisierung angemeldet und ist damit ein besonders geschätzter außenpolitischer Partner. Auch wenn ich mit den Besuchen in Brasilia, Sao Paulo und Rio de Janeiro bisher nur eine wenige Aspekte dieses riesigen Landes gesehen habe, so ist doch völlig klar, das hier das Herz des MERCOSUL schlägt.

Der MERCOSUL hat die Schwierigkeiten nach der Abwertung in Brasilien überstanden. Bei meinen Gesprächen der vergangenen drei Tage haben mir brasilianische Gesprächspartner von ihren Sorgen über die Entwicklung in Argentinien berichtet. Aber auch in dieser Hinsicht kann der MERCOSUL eine wichtige Rolle für die Stabilisierung in Argentinien spielen. Wir Europäer unterstützen den MERCOSUL nachdrücklich, denn nur gemeinsam werden seine Mitgliedstaaten international das Gewicht haben, die Zukunft mitzugestalten und die Globalisierung nicht einfach passiv erleben.

Der MERCOSUL seinerseits ist der Wirtschaftsdynamo Südamerikas und hat sich in den letzten Jahren für EU-Exporteure als einer der sich weltweit am schnellsten entwickelnden Märkte herausgestellt. Diese Marktchancen werden aktiv von der Wirtschaft genutzt. Deutsche Unternehmen verfügen im Mercosur über hervorragend im Markt eingeführte Tochterunternehmen. Der Mercosur ist eine Wirtschaftsregion, in der deutsche Unternehmen in einigen Branchen über strategische Marktanteile verfügen. Die deutschen Bestandsinvestitionen sind den Angaben der Bundesbank zufolge gut doppelt so hoch als in China. Damit erwirtschaften die Unternehmen dreimal soviel - in Brasilien sogar fünfmal soviel - als die gesamten deutschen Exporte in die Region bzw. das Land betragen. Die Bedeutung, die die deutsche Wirtschaft in diesem Land einnimmt, wird augenscheinlich wenn man sich nur Sao Paulo ansieht. Hier befindet sich der größte Wirtschaftsstandort deutsch kapitalisierter

Unternehmen außerhalb der OECD. Von den rund 1000 Unternehmen unterhalten 800 sogar eigene Produktionsstandorte. Ich habe mir sagen lassen, dass die deutschen Tochterunternehmen insgesamt 15 % des brasilianischen Industrieproduktes erbringen, eine Zahl, die man sich erst mal auf der Zunge zergehen lassen muss.

Es wäre jedoch falsch, sich auf diesen Leistungen auszuruhen. Andere holen auf. Europäische Investitionen haben sich seit Beginn der Neunziger Jahre verzehnfacht. Auch hierzu haben deutsche Unternehmen über Tochterunternehmen in anderen EU-Staaten beigetragen, wengleich sie sich in den letzten Jahren im Vergleich zu ihrer bisherigen Vorreiterrolle merklich zurückhielten. Europa ist auch heute der wichtigste Investor im Süden Lateinamerikas - noch vor den USA.

Politische Beziehungen

Mir geht es bei meinem Besuch allerdings vorrangig um Außenpolitik, genauer um unsere Lateinamerikapolitik, die in die gemeinsame europäische Außen- und Sicherheitspolitik eingebettet ist.

Lateinamerika hat sich dramatisch in nur einer Generation gewandelt. Die dunklen Tage schwarzer Haushaltslöcher und Hyperinflation liegen hinter uns. Fast alle Länder haben sich dem internationalen Handel geöffnet und sind um eine Verbesserung ihrer Wettbewerbsfähigkeit bemüht. Verbesserte Wirtschaftsverhältnisse wurden zum fruchtbaren Humus für eine Redemokratisierung fast des ganzen Kontinentes, einschließlich einer deutlich verbesserter Partizipation der Bevölkerung. Lateinamerika erfreut sich einer besonders vibrierenden, quick lebendigen Zivilgesellschaft. Der Erfolg hat immer viele Väter. Heute reklamieren viele - auch auswärtige - Kräfte diese Erfolge für sich. Die Wahrheit ist aber, dass die lateinamerikanischen Völker diesen Durchbruch selber zustande gebracht haben. Der Weg zum Erfolg ist steinig - gerade eine starke politische Komponente der Zusammenarbeit hilft auch wirtschaftliche Probleme besser zu bestehen.

Für mich ist daher klar. Wir stehen am Beginn einer neuen Partnerschaft für ein neues Jahrhundert.

Deutschland und Brasilien betrachten sich gegenseitig als strategische Partner. Auf dem Gipfel der Staats- und Regierungschefs der EU, Lateinamerikas und der Karibik in Rio de Janeiro 1999 haben wir diese Partnerschaft auf das bi-regionale Verhältnis erweitert. Da sowohl Südamerika als auch Europa enge Beziehungen zu Nordamerika pflegen, sprechen wir gerne von einem transatlantischen Dreieck.

Strategische Partnerschaft verstehe ich nicht in einem engen sicherheitspolitischen Sinn. Vielmehr verstehe ich darunter die Bereitschaft und gegenseitige Verpflichtung, sich zu mittel- und langfristigen Fragen ohne Vorbehalt zu konsultieren, um die gegenseitige Interessenlage kennen zu lernen, Gemeinsamkeiten zu Tage zu fördern und sich gegenseitig bei der Realisierung der langfristigen außenpolitischen Ziele zu unterstützen. Dazu zähle ich die aktive Friedens- und Abrüstungspolitik genauso wie die internationale Menschenrechts- und Umweltpolitik, die Fortentwicklung des internationalen Handels- und Finanzsystems und unsere koordinierten Bemühungen um nachhaltige Entwicklung. Wir beobachten mit Interesse die Gespräche über die Schaffung einer panamerikanischen Freihandelszone ALCA. Wir Europäer sind zugleich Partner und Konkurrenten der USA. Deshalb meinen wir, dass es in unser aller Interesse liegt, alle drei Seiten des transatlantischen Dreiecks zwischen Europa, Lateinamerika und Nordamerika zu stärken.

Lateinamerika hat sich nicht überall gleich entwickelt. Gerade im Conosur hat es eine sehr positive Entwicklung hin zu stabilen Demokratien gegeben. Die wirtschaftliche und soziale Entwicklung macht Fortschritte.

Deutsche und europäische Lateinamerikapolitik

Das Auswärtige Amt hat sich dieser Herausforderungen gestellt, in dem wir unsere

Lateinamerikapolitik nach Regionen differenzieren. Unsere Lateinamerikapolitik wird damit gehaltvoller und konkreter. So können wir uns auch immer wieder Rechenschaft über Erfolg oder Misserfolg unserer Politik ablegen. Vor diesem Hintergrund und in Hinblick auf das Treffen mit der Rio-Gruppe in Santiago möchte ich Ihnen fünf Thesen vorstellen:

Deutschland wird sich bemühen, noch wirkungsvoller als schon in der Vergangenheit Demokratie und Stabilität in ganz Lateinamerika zu fördern, und zwar in erster Linie durch die Förderung von Menschenrechten, durch Förderung der Gleichstellung der Frau ("empowerment of women") und Förderung der Kinder Lateinamerikas. Hierzu zähle ich übrigens auch die segensreiche Arbeit, die deutsche Nicht-Regierungsorganisationen und die politischen Stiftungen partnerschaftlich bei dem Aufbau moderner rechtsstaatlicher Strukturen leisten.

1. Wir werden unsere Politik der Unterstützung für regionale Integrationsprozesse fortsetzen und noch akzentuieren. Im Mercosur, wie auch in der Andengemeinschaft und den Zusammenschlüssen Zentralamerikas haben sich viel versprechende regionale Integrationsprozesse herausgebildet, die im Rahmen des offenen Regionalismus' der internationalen Kooperation förderlich sind. Vor allem bestärken diese Integrationspole die Identität und die Verhandlungsmacht unserer Partner. Das ist ganz in unserem Sinne. Nur so kommen wir bei internationalen Verhandlungen zu guten, das heißt auch in Krisenzeiten belastbaren Ergebnissen z.B. im Rahmen der Klimakonferenz, einer neuen WTO-Runde oder auch bi-regional im Verhältnis EU-Mercosul. Deutschland wünscht sich starke Partner in Lateinamerika. Das sage ich nicht nur in Brasilien, sondern werde es auch auf dem Außenministertreffen mit allen Staaten der Rio-Gruppe in Santiago am 28. März wiederholen.
2. Ich erhoffe mir von der neuen politischen Dynamik auch eine Belebung unserer Wirtschaftsbeziehungen. Diese Erwartung ist geleitet von meinem Optimismus in die herausragenden mittel- und langfristigen Wachstumschancen dieser Region. Immerhin ist die Wirtschaft in Mexiko um 6-7 Prozent, in Brasilien im vergangenen Jahr ca. um 4 Prozent gewachsen, ohne einen Inflationsschub oder ein Ungleichgewicht in der Zahlungsbilanz auszulösen.
3. In einem partnerschaftlichen Verständnis werden wir uns noch stärker als bisher globaler Fragen wie der des internationalen Umweltschutzes annehmen. Hier arbeiten auf multilateraler Ebene Brasilien und Deutschland seit langem gut zusammen. Die umweltpolitische Verantwortung muss aber zu Hause ansetzen, bei uns selber. Andererseits dürfen wir die Zukunftsaufgaben nicht auf die lange Bank schieben. Mit Brasilien führen wir das anspruchsvolle PPG7-Programm durch, für das mir von brasilianischer Seite bei meinen Gesprächen viel Anerkennung ausgesprochen wurde.
4. Der internationale Artenschutz ist ohne Brasilien, das Land, in dem über 70 Prozent der Biodiversität dieses Planeten vermutet wird, gar nicht vorstellbar. Andererseits müssen wir uns eingestehen, dass es sich beim PPG7-Programm trotz der außerordentlich hohen Beiträge, die Deutschland beisteuert, lediglich um ein Pilotprogramm handelt. Es muss aber weiter gehen. Als eine der größten Quellen der Umweltverschmutzung nannte uns die brasilianische Seite die Armut. Nicht nur, aber eben auch aus diesem Grund hat sich die Bundesregierung daher die Bekämpfung der Armut und nachhaltige Entwicklung als ein wesentliches Ziel der wirtschaftlichen Kooperation auf die Fahnen geschrieben. Für uns ist das ein Grund mehr, praktische Solidarität mit Armutsregionen in Lateinamerika zu zeigen.
5. Brasilien ist für uns ein wichtiger Partner auf allen Gebieten. Auch die wissenschaftlich-technische Zusammenarbeit, der Kulturaustausch, und der direkte Dialog zwischen den Gesellschaften diesseits und jenseits des Atlantik tragen dazu bei. Gerade in dieser Hinsicht hat Brasilien enorm viel zu bieten. Im Internet beispielsweise, in dem das lateinamerikanische Segment weltweit das zweitgrößte ist und nach Expertenmeinung auf absehbare Zeit bleiben wird, sind uns Länder wie Argentinien und Chile in mancher Hinsicht sogar voraus. Auf diesem Gebiet kommt uns der Schatz an Gemeinsamkeiten zugute, der uns in vielen Jahren aus der Sympathie und Wertschätzung für deutsche Leistungen und partnerschaftliche Zusammenarbeit gewachsen ist. Diesen Schatz gilt es erneut zu heben.

6. Meine Reise verfolgt darüber hinaus zwei unmittelbare praktische Ziele. Wir werden in Santiago auch den Gipfel der Staats- und Regierungschefs der Europäischen Union, Lateinamerikas und der Karibik in Madrid am 17./18. Mai vorbereiten. Dabei werden wir die schwedische Präsidentschaft, die belgische Präsidentschaft in der zweiten Hälfte dieses Jahres und schließlich die spanische Präsidentschaft in der ersten Hälfte 2002 unterstützen. Zum anderen ist diese Reise ein Teil des hochrangigen Dialoges, den Deutschland mit dieser Region führt. Im vergangenen Jahr durften wir Präsident Cardoso zwei Mal in Deutschland begrüßen, einmal als Ehrengast zur Eröffnung der EXPO 2000 und als Teilnehmer an der Konferenz "modernes Regieren im 21. Jahrhundert", zu der Bundeskanzler Schröder nach Berlin eingeladen hatte. Im Oktober besuchte er Deutschland im Rahmen eines Staatsbesuches. Gegenwärtig ist Bundestagspräsident Thieler bei Ihnen zu Gast. In diesem Jahr werden voraussichtlich der Bundeskanzler Schröder und mehrere Bundesminister Brasilien bereisen. Damit würden wir einen neuen Höhepunkt im hochrangigen politischen Dialog erreichen.

Ich hoffe Ihnen damit anschaulich dargestellt zu haben, welchen hohen Stellenwert wir in Deutschland der strategischen Partnerschaft mit Brasilien zumessen. Vielen Dank für die Aufmerksamkeit.

► Länderinformation Brasilien

☒ Den vollständigen Text der Rede finden Sie hier als PDF-Datei zum Herunterladen.

Erschienen: 21.03.2001

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 404 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuario, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

4. Anúncio publicado na revista Veja, 30/12/70. (Acervo Iconographia)

Discurso da ministra Marina Silva em Montreal

Data: 12/10/2005

09/12/2005
Discurso da ministra Marina Silva na COP11, em Montreal

Senhor Presidente

Desejo, inicialmente, felicitá-lo por sua designação para presidir os trabalhos desta mesa e reiterar o compromisso do Brasil com o fortalecimento das instâncias multilaterais para enfrentar o desafio da mudança do clima. Felicito, também, o Governo Canadense pelo esforço dispendido para assegurar o sucesso desta reunião.

Trata-se de momento de crucial importância para o regime internacional de mudanças climáticas. Há um ano, encontrávamo-nos em Buenos Aires (Argentina) com a perspectiva otimista da entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Realizamos agora a 1ª Reunião das Partes do Protocolo, e é fundamental que a mensagem que saia daqui para o mundo seja de compromisso de todas as partes, do Norte e do Sul. As evidências de que as ações antrópicas têm afetado o equilíbrio do planeta não nos deixam muita margem para negociações lentas e pouco efetivas.

Tampouco podemos nos dar ao luxo de aguardar por novas catástrofes naturais, que cada vez mais atingem de maneira igual países ricos e pobres, mas sempre sacrificando de maneira mais perversa as populações mais pobres desses países.

No contexto das negociações internacionais, preocupa-me a forma como alguns países têm conseguido retardar ou dificultar negociações com base em seus interesses imediatos, de ordem puramente econômica. A entrada em vigor do Protocolo de Quioto foi um momento importante no regime internacional de mudança climática, mas não podemos deixar de reconhecer o tempo que se passou até que esse instrumento se tornasse realidade e as conseqüências decorrentes desse atraso.

A população do Planeta espera de nós mais do que novos papéis. É hora de provarmos, não a nós mesmos, mas às sociedades que aqui representamos, que estamos mais comprometidos do que os resultados de nossas ações até agora demonstraram.

O Brasil, ao lado dos países em desenvolvimento, tem sido um permanente defensor do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas. Trata-se de princípio consagrado na maior parte dos acordos internacionais ambientais e meu país, ao tempo em que o reafirma, quer também dizer ao mundo que responsabilidades diferenciadas não significam ausência de responsabilidades. Por isso o Brasil tem feito sua parte.

Durante a reunião de Buenos Aires, o Brasil apresentou ao mundo seu Comunicação Nacional. Na oportunidade, num trabalho de altíssima qualidade e transparência, apresentamos não apenas nosso inventário de emissões, mas, também, as ações que o

nosso governo vinha tomando para reduzi-las, especialmente no que diz respeito à expressiva parcela de 75% decorrentes do desmatamento na Amazônia.

É, portanto, com grande satisfação que compareço aqui para anunciar que, pela primeira vez, desde 1997, verifica-se redução nas taxas de desmatamento da Amazônia. Os dados de 2005, divulgados no Brasil há dois dias, apontam uma acentuada redução de 31% nessas taxas.

É importante notar que se verificou queda nas taxas de desmatamento em todos os estados amazônicos, mas essa queda foi particularmente forte nas áreas onde houve maior intervenção do Governo Federal por meio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o mesmo plano que apresentamos em Buenos Aires.

A queda na taxa de desmatamento do Brasil é mostra inequívoca do compromisso brasileiro com a redução das emissões brasileiras. As ações do Plano de Controle do Desmatamento não constituem esforço desprezível. Pelo contrário, pela variedade de atores que afeta, pela grande quantidade de interesses que contraria, o plano transformou-se num delicado exercício de internalização da variável ambiental em outros setores do Governo.

Pelo seu alcance, complexidade e pelo número de setores que envolve, o Plano exigiu coordenação além da esfera ambiental. Ele é coordenado no mais alto nível governamental, pela Casa Civil, e acompanhado diretamente pelo Presidente da República. Não é um esforço da área ambiental. É um esforço de Governo.

Estou falando do Brasil, mas vários outros países em desenvolvimento têm, igualmente, feito esforços no sentido de compatibilizar suas legítimas aspirações de desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. Não há razões para que países dotados de condições econômicas e sociais altamente favorecidas hesitem em assumir seus compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto sob a argumentação de que países em desenvolvimento não têm responsabilidades com o regime do clima.

É fundamental que essa Conferência reconheça os esforços dos países em desenvolvimento e reconheça, também, que a contribuição histórica desses países para o estado atual do clima do planeta é baixa. Essa é a razão pela qual o Brasil não aceita a idéia de metas e prazos compulsórios. Temos defendido a noção de incentivos positivos aos países em desenvolvimento para que, levando em conta suas responsabilidades diferenciadas, seus objetivos e circunstâncias específicos, possam adotar políticas e medidas e formular e implementar programas nacionais para mitigar a mudança do clima.

É com essa convicção que saúdo os encaminhamentos dados à proposta submetida por Papua Nova Guiné e Costa Rica nesta Conferência no sentido de que se possam avaliar as perspectivas de adoção de incentivos positivos para os países em desenvolvimento que comprovarem seus esforços de conservação das florestas. O valor das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento já é, hoje, significativo o suficiente para que nos debruçemos sobre esse problema e incluamos mecanismos que apoiem esforços no sentido de sua contenção.

Para o Brasil, a despeito dos avanços já alcançados, precisamos agora fazer com que esses resultados sejam permanentes. Isso implica, por parte da comunidade internacional, o reconhecimento de que a conservação das florestas tropicais é importante para o equilíbrio

climático do planeta. Por isso, em adição aos esforços que os países em desenvolvimento já têm promovido, é necessário que se avaliem mecanismos pelos quais esses países possam ser incentivados à adoção de medidas nesse sentido.

Estou convencida de que esforços voluntários para reduzir o desmatamento constituem uma situação onde todos são vencedores. Para o Planeta, de maneira geral, assegura-se significativa redução das emissões globais de gases de efeito estufa. Para os países em desenvolvimento, asseguram-se alternativas de desenvolvimento que valorizem a floresta em pé, maximizando os benefícios da exploração sustentável dessas áreas e promovendo a correta distribuição dos benefícios econômicos, com transparência e controle social.

Contudo, Senhor Presidente, os esforços dos países em desenvolvimento para a proteção de seus ecossistemas podem ser anulados pela ausência de comprometimento com as decisões que tomamos no passado no âmbito desta Convenção. Por isso, ao fim de minha fala, quero também reiterar o apoio e o comprometimento do Brasil com o Protocolo de Quioto, esse importante instrumento internacional, objeto de tão longas e complexas negociações e que, agora em vigor, teve suas regras de procedimento finalmente adotadas.

O Brasil, autor da idéia do MDL, ainda em 1997, responsável pelo maior número de projetos de MDL aprovados até o momento pelo Executive Board, reitera a importância de que esta Conferência lance, conforme esperado, o processo de negociações para o segundo período de compromissos do Protocolo.

O que temos feito é, ainda, insuficiente. A complexidade e a gravidade do problema das mudanças climáticas requerem respostas e ações ainda mais fortes. O momento atual requer a superação de antigos impasses e a construção de políticas equilibradas que enfoquem a questão do regime internacional de mudança climática sob o prisma dos impactos que já vivemos e daqueles de mais longo prazo. Qualquer ação contrária ou, pior, inação, será a mensagem que daremos ao mundo de que, afinal, o problema não merece preocupações de nossa parte.

Muito obrigada.

em questão

Editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.
Nº 150 - Brasília, 05 de fevereiro de 2004.

Vencer o desmatamento é a meta do Programa Nacional de Florestas

Enfrentar problemas históricos como o desmatamento e de como fazer o uso equilibrado das florestas brasileiras é o objetivo do Governo Federal com o Programa Nacional de Florestas (PNF) para o período 2004-2007, lançado nesta quinta-feira (5), no Palácio do Planalto. O Programa irá disponibilizar R\$ 1,8 bilhão em créditos, até 2007, com recursos do BNDES, Pronaf, PropFlora e bancos do Nordeste e da Amazônia, e outros R\$ 150 milhões para capacitação, assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Alguns de seus objetivos são:

- plantar dois milhões de hectares de florestas,
- agregar 15 milhões de hectares de matas ao manejo sustentável
- recuperar pelo menos 20 mil hectares de matas ciliares.
- gerar 5 mil empregos com a construção de 5 mil residências, no Pará, com madeiras apreendidas.

O PNF cria uma nova política florestal com fundamentos no aumento da cobertura florestal no Brasil por meio da expansão das florestas plantadas, no estímulo ao manejo sustentável, no investimento em formação de mão-de-obra especializada, na criação de linhas de crédito, desenvolvimento tecnológico, regulamentação da concessão de terras públicas e fiscalização mais intensa e dirigida, com foco na Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.

Entre as ações previstas estão a instalação da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor), o lançamento de mecanismos econômicos para estimular o manejo sustentável e a capacitação técnica, o aproveitamento de madeiras apreendidas pela fiscalização e a implementação dos Assentamentos florestais.

CRÉDITO - Para fomentar a produção florestal sustentável na Amazônia, que responde por cerca de 90% da produção em florestas naturais do país, o Governo Federal está disponibilizando mais de R\$ 100 milhões por meio de Fundos Constitucionais.

O **FNO Florestal** atenderá ao grande, médio e pequeno produtor, cooperativas e associações, com um conjunto de linhas de crédito adaptadas a cada situação. Foram simplificadas as normas de acesso ao crédito e definidos juros menores que os praticados em empreendimentos de maior porte. Assim, os recursos obtidos pelas associações comunitárias poderão ser aplicados na compra de equipamentos e no custeio de apoio técnico, contribuindo para a exploração sustentável das florestas e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

O **PropFlora** (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas) irá viabilizar a participação de pequenos e de médios produtores na produção madeireira. Reformulado por meio de uma articulação entre os ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Agricultura e Banco do Brasil, o PropFlora disponibiliza em 2004 um total de R\$ 50 milhões para o fomento ao plantio florestal.

O **Pronaf Florestal** foi atualizado e, a partir deste ano, atenderá a pequenos produtores. Para resolver a carência de assistência técnica - um dos principais entraves à implementação do Programa - recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente serão aplicados em políticas integradas com estados, municípios e organizações civis para atender 10 mil produtores este ano. O Programa contará com pelo menos R\$ 70 milhões em 2004, com taxas de juros entre 1,15% e 4% ao ano e bônus por adimplência entre 25% e 40%.

ASSISTÊNCIA - Serão investidos R\$ 17,5 milhões em capacitação e assistência técnica no manejo florestal.

Este ano, serão treinados mil e quinhentos técnicos e 10 mil produtores receberão assistência direta. Apesar de todo o potencial do Setor Florestal, em um universo de 20 mil técnicos que atuam no meio rural, menos de 1% estão capacitados para o manejo sustentável das florestas.

PROMANEJO - Com recursos do PPG7 e do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia, do Ibama, R\$ 4,1 milhões serão aplicados em ações de manejo florestal por meio de sete projetos em municípios do Amazonas, do Pará e do Acre. Além disso, mais de R\$ 1,3 milhão serão destinados a manejo, oficinas para produção de móveis e artesanato, beneficiamento de óleos naturais e na melhoria do processamento do couro vegetal na Floresta Nacional de Tapajós, no Pará.

BOLSA VERDE - Trata-se de um fundo que irá garantir por dois anos a compra da produção florestal sustentável oriunda de projetos para recuperação de mata nativa e reposição de 2,5 mil quilômetros de cobertura ciliar, especialmente nas bacias dos rios Jequitinhonha e São Francisco.

MADEIRA APREENDIDA - Com 100 mil metros cúbicos de madeiras apreendidas pelo Ibama, serão construídas cinco mil residências em assentamentos no Pará, gerando cinco mil empregos em áreas com déficit de moradias e de postos de trabalho. As Habitações Populares em Madeira foram desenvolvidas pelo Laboratório de Produtos Florestais do Ibama em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. O projeto é de uma casa com dois quartos, sala, cozinha, varanda e banheiro. A construção tem baixo custo, pouco mais de R\$ 8 mil, maior durabilidade e montagem simples.

Entre 2001 e 2002, o Ibama apreendeu mais de 40 mil metros cúbicos de mogno (suficientes para carregar 2 mil caminhões) em locais como São Félix do Xingu e Altamira, no Pará. Parte dessa madeira está sendo exportada e os recursos revertidos em projetos locais. Em 2003, foram repassadas seis mil toras de mogno à Federação das Associações de Órgãos para Assistência Social e Educacional. A madeira foi beneficiada e a verba obtida com a exportação, R\$ 4,7 milhões, aplicada em um fundo que está beneficiando a população local com empregos, inclusão social e proteção à natureza com ações não voltadas ao desmatamento. Todo o processo é acompanhado pelo Ministério Público Federal.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - O Governo está lançando o Assentamento Florestal, voltado para a produção sustentável. O modelo alia produção familiar, preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Os assentamentos tem como base o manejo da madeira e de ervas medicinais, frutas e animais, o plantio de subsistência e ainda auxiliarão na recuperação das matas. Uma experiência está sendo desenvolvida nos municípios de Rodrigues Alves, Sena Madureira, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, no Acre, onde 800 famílias estão sendo selecionadas para assentamento em mais de 140 mil hectares. Em breve, assentamentos serão implementados também no Amazonas, Amapá e Rondônia.

CAATINGA - O Projeto de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga ajudará no combate à desertificação por meio do reflorestamento de pontos críticos do Semi-Árido, identificados a partir de estudos do Ministério do Meio Ambiente. O Projeto conta, em sua primeira fase, com R\$ 12 milhões, mais contrapartidas institucionais, para ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e pesquisas em 160 municípios do Semi-Árido, no norte de Minas Gerais e em todo o Nordeste, com exceção do Maranhão. São ações voltadas ao manejo equilibrado e integrado dos recursos naturais, à recuperação de áreas degradadas e ainda à criação de três corredores ecológicos e de uma unidade de conservação.

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/questao/EQ150

em questão

Editado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República.
Nº 381 - Brasília, 07 de dezembro de 2005.

Desmatamento na Amazônia cai pela primeira vez em nove anos

O desmatamento nos nove estados da Amazônia Brasileira caiu 31% no período 2004/2005, passando de 27.200 km² para 18.900 km². A redução na derrubada da floresta foi anunciada esta semana pelo Ministério do Meio Ambiente, com base em levantamentos de satélite feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A última queda no índice havia ocorrido entre 1996-1997, quando o volume de floresta abatida caiu 27%.

Os dados apontam queda acentuada do desmate nas áreas próximas à rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), onde houve maior intervenção do Governo Federal por meio do Plano de Ação Para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, do qual participam 13 ministérios. Os números também indicam um leve crescimento do desmatamento apenas no sudeste do Pará e no sul do Amazonas. É a primeira vez, em 17 anos de monitoramento da Amazônia, que os dados sobre desmatamento são apresentados no mesmo ano em que são levantados.

A redução na derrubada da floresta tropical é consequência de três anos de intenso trabalho do Governo Federal. Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, as iniciativas do governo combinam ações de comando e controle com grandes operações de fiscalização e combate às atividades ilegais, como a Setembro Negro e Curupira 1 e 2, com outras de ordenamento fundiário e territorial e ainda com ampla criação de novos parques e reservas. "Chegamos a ter 23 operações acontecendo simultaneamente na Amazônia, com envolvimento do Ibama, Polícia Federal, Exército, Polícia Rodoviária e policiais ambientais dos estados. Isso está fazendo a diferença", disse.

Entre os resultados obtidos com todas essas ações, estão a apreensão de 582 mil metros cúbicos de madeira em toras, a emissão de R\$ 1,8 bilhão em multas e a prisão de 241 pessoas envolvidas em ações ilegais - 63 servidores públicos e 178 empresários madeireiros, despachantes e contadores. As ações do Governo Federal levaram, ainda, à apreensão de 26 tratores, 54 caminhões e 459 motosserras usadas em desmatamentos ilegais.

Para a ministra Marina Silva, o grande desafio, de agora em diante, é o de combinar as ações de comando e controle com as estratégias necessárias para que se alcance o tão necessário desenvolvimento sustentável. "É fundamental a aprovação do Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, por exemplo, que aguarda aprovação pelo Senado", disse. O projeto possibilitará o uso sustentável da Floresta Amazônica, por meio de concessões públicas, criará o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Florestal.

Além disso, a nova lei possibilitará a implantação de Distritos Florestais Sustentáveis, áreas onde será estimulado o uso sustentável de produtos e serviços da floresta, com geração de empregos e renda. O primeiro a ser implantado será o da BR-163, rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). A área terá 16 milhões de hectares, sendo 5 milhões de hectares destinados ao manejo florestal, com capacidade para uma produção anual de até 4,5 milhões de metros cúbicos de madeira, mais de 2 milhões de toneladas de biomassa para geração de energia e mais de 30 mil toneladas de óleos e resinas, além de abrigar 100 mil empregos diretos.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, destacou, ainda, que desde 2003, o Governo Federal elevou em 27% a área sob proteção da União na Amazônia. Até o momento, mais de 85 mil quilômetros quadrados foram destinados para novas reservas de proteção integral e de uso sustentável, implementadas em zonas de conflito e de expansão da fronteira agrícola. Com as novas unidades de conservação criadas, a área protegida na Amazônia chega a 390 mil quilômetros quadrados, apenas em reservas federais, o que equivale a soma das áreas da Itália e Portugal aproximadamente.

Também houve a homologação de 93 mil quilômetros quadrados de áreas indígenas e a criação de 3,76 mil quilômetros quadrados de Assentamentos Sustentáveis, onde a produção agrícola ocorre em harmonia com o uso sustentável da floresta.

Até o fim do ano, o Governo Federal estuda a criação de mais 55 mil quilômetros quadrados em unidades de conservação, ao longo da BR-163. Para 2006, estão em adiantado processo de estudo mais cerca de 100 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas, que estabelecerão uma "barreira" ao avanço desordenado da fronteira agrícola e do desmatamento. Com isso, a área da Amazônia sob proteção do Governo Federal chegará a 11% do bioma.

Além das unidades de conservação federais, há na Amazônia 405 terras indígenas, perfazendo uma área superior a 1 milhão de quilômetros quadrados, que correspondem a 20,6% da região.

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/questao/EQ381

19/05/2005 - 09h39

Desmatamento na Amazônia é o 2º mais alto da história

LUCIANA CONSTANTINO

da Folha de S.Paulo, em Brasília

A estimativa de desmatamento na Amazônia para o período 2003-2004 ficou em 26.130 km², o que representa um crescimento de 6,23% em relação ao consolidado anterior. É o segundo maior número desde que o monitoramento começou a ser feito, em 1988. Fica atrás apenas do período 1994-1995, quando foram devastados 29.059 km².

A taxa de crescimento do último biênio também é bem maior do que a expectativa do governo, que estava em 2%. Segundo os dados divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, a área devastada supera, inclusive, o período 2002-2003, até então o segundo maior da série histórica.

Ao divulgar a área confirmada de 2002-2003, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) também anunciou uma alta: passou da estimativa de 23.750 km² para os 24.597 km².

Chamando o último aumento da área desflorestada da Amazônia de "indesejável", a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) citou o crescimento econômico de 2004 como um dos fatores que ajudam a impulsionar o problema e disse que as medidas do Plano de Controle e Prevenção ao Desmatamento, adotado no ano passado, ainda não começaram a ser percebidas integralmente.

Dos oito Estados monitorados, seis apresentaram queda na taxa de desmatamento. Apenas Mato Grosso e Rondônia continuam com o índice subindo. A expansão da área agrícola, principalmente soja, ainda é um dos fatores que contribuem para a alta. O município com maior aumento de devastação de área, em número absoluto, foi Aripuanã (MT).

"Não queremos justificar o número, que ainda continua alto. Queremos que ele caia. Mas houve o crescimento econômico de 5% e não podemos esquecer que a taxa de aumento do desmatamento chegou a 27% [em 2001-2002, comparado ao anterior]", disse Marina, após quase seis horas de reunião com técnicos e os colegas Ciro Gomes (Integração Nacional) e Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia) para apresentar o balanço, fechado na véspera pelo Inpe.

"O que importa é que o crescimento é sistemático quando deveria ser declinante, porque há menos floresta para derrubar", disse o economista ambiental Carlos Young, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pelos cálculos preliminares do Inpe, a devastação da Amazônia já atinge uma área de aproximadamente 680 mil km², o que é maior, por exemplo, que os territórios da França e de Portugal. Representa cerca de

18% do total da área de floresta monitorado por meio das imagens de satélite. Por outro lado, o estoque de floresta primária ainda em pé é de 82% na região.

Comparações

O ministro Ciro Gomes comparou o ritmo de desflorestamento à velocidade de um carro. "Estamos inquietos com o número estimado, entretanto temos de ter clareza da questão. Tínhamos um carro correndo a 27 km/h e precisamos reduzir. Isso não se faz do dia para a noite. Chegamos a 6 km/h e continuamos nos esforçando."

Ciro Gomes também lembrou que o Inpe ampliou o número de imagens usadas para aumentar a precisão --de 75 para 103.

Marina lembrou a série de ações que o governo vem adotando no plano de controle e os resultados obtidos, como aumento nas infrações cadastradas, maior apreensão de madeira ilegal e instalação das bases de operação do Ibama em conjunto com Polícia Federal, Rodoviária, Exército e Ministério do Trabalho. Ao citar o novo sistema para tornar disponíveis imagens on-line, o chamado Deter, Marina disse que essa é uma ação para integrar a sociedade. "Não podemos cantar em verso e prosa a preservação da Amazônia se não criarmos também uma cultura de preservação."

Para Nurit Bensusan, coordenadora de políticas públicas da ONG WWF-Brasil, os dados não surpreenderam e já demonstram a ineficácia do novo plano de combate ao desmatamento engendrado pelo governo. "O que ficou mais claro é a total ineficiência do plano. Essa coisa de grupo interministerial, nada funcionou", disse. Para Bensusan, há uma disputa dentro do governo, com políticas contraditórias, "e, até agora, está claro que o MMA está perdendo. Nas ações que o ministério pode fazer sozinho, está se saindo bem, mas isso não está sendo suficiente".

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u13242.shtml>

06.03.2006 - Santarém (PA)

Greenpeace protesta contra maior desmatamento dos últimos anos na região de Santarém

Numa remota área da floresta, a 120 km de Santarém, no Pará, moradores de comunidades da região e o Greenpeace protestaram hoje contra o desmatamento da Amazônia impulsionado pela soja. O grupo de 50 pessoas viajou cerca de 5 horas por estradas de terra em precárias condições para chegar a uma área de 1.650 hectares totalmente devastada, conhecida como Gleba Pacoval. Ali, o grupo abriu uma faixa de 2.500 metros quadrados com a mensagem "100% Crime" e plantou mudas de castanheiras. De acordo com o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), este é o maior desmatamento da região nos últimos sete anos.

O presidente da Associação dos Produtores Agrícolas de Santarém (Apas), José Donizetti Pires de Oliveira, identificado pelo Ibama como responsável pelo desmatamento, reagiu com violência ao protesto pacífico. Ele passou com o carro por cima da faixa várias vezes para destruí-la, quebrou o vidro de uma das caminhonetes e agrediu os manifestantes. Ninguém ficou ferido.

"A destruição da Amazônia anda sempre de mãos dadas com a violência e os conflitos pela terra. Chega!", protestou Raimundo Mesquita, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santarém. "Apesar de o Ibama ter multado o fazendeiro duas vezes, ele continua grilando terras, destruindo a floresta, nossos castanhais e o desejo de um futuro pacífico e sustentável", disse.

"A menos que as leis brasileiras contra os crimes ambientais sejam cumpridas com rigor e urgência a fim de proteger a floresta e seus povos, nós continuaremos a testemunhar fatos lamentáveis de violência como esse", disse Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia, do Greenpeace. "A Amazônia é um tesouro ambiental que desempenha papel fundamental no equilíbrio climático, abriga a maior biodiversidade do mundo e é lar para milhares de pessoas. É inaceitável que uma floresta riquíssima, que levou milhares de anos para se desenvolver, seja destruída tão rapidamente e para sempre".

A Gleba Pacoval tem cerca de 400 mil hectares e é coberta por densa floresta tropical úmida, riquíssima em espécies vegetais e animais. A área integra um dos últimos grandes fragmentos florestais desta região do Pará, e está sob grande pressão de fazendeiros, madeireiros e grileiros. O desmatamento anual nos municípios de Belterra e Santarém pulou de 15 mil para

28 mil hectares entre 2002 e 2004 com a chegada da soja (1). Para barrar a destruição da floresta, o Greenpeace propõe a criação de um mosaico de unidades de conservação com cerca de 1,7 milhão de hectares, que incluiria áreas de proteção integral e áreas de uso responsável (veja mapa).

No dia 31 de janeiro, Donizetti foi multado em R\$ 1,49 milhão por desmatar ilegalmente 995 hectares de floresta. Ele é reincidente no crime: em maio de 2005, fiscais do Ibama constataram desmatamento de 650 hectares no mesmo local. Na época, a área foi embargada, bem como quatro tratores e correntes utilizados para a derrubada das árvores. Segundo o Instituto, "as máquinas tiveram os lacres rompidos e estavam sendo utilizadas para desmatar a nova área, provavelmente para o cultivo de grãos, desrespeitando o embargo. As áreas desmatadas, somadas, representam mais de 1.645 hectares de florestas nativas destruídas".

O empresário também foi multado em R\$ 60 mil por "incinerar e desvitalizar 120 metros cúbicos de castanheiras para fins de implantação de projeto agrícola não-licenciado, em desacordo com determinações legais". A castanheira (*Bertholetia excelsa*) é a árvore símbolo da Amazônia e espécie protegida por lei. O corte da castanheira está proibido desde 1994, pelo Decreto Federal nº 1982. O fruto desta árvore, que chega a atingir 60 metros de altura – a castanha do Pará ou castanha do Brasil – tem grande importância na alimentação das comunidades tradicionais e forte penetração no mercado nacional e internacional. Segundo o Ibama, Donizetti se recusou a assinar os dois autos de infração.

O protesto de hoje é parte da campanha do Greenpeace para expor a alarmante perda de biodiversidade decorrente da destruição de oceanos e florestas na Amazônia e no mundo. Às vésperas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que tem início no dia 20 de março, em Curitiba (PR), o Greenpeace demanda dos governos o estabelecimento de uma rede de áreas protegidas bem-manejadas em todo o mundo, com o efetivo cumprimento da lei.

NOTAS:

(1) Relatório do Ibama sobre o desmatamento na região de Belterra e Santarém entre 1999 e 2004.

Copyright © 1998 - 2006 Greenpeace Brasil.

Todos os direitos reservados. All rights reserved.

www.greenpeace.org.br

Site do Sr. Fernando Gabeira

Magnata compra latifúndio 'para preservar a Amazônia'

24 / 3 / 2006

fonte

BBC Brasil

Johan Eliasch, 43 anos, vive na Grã-Bretanha, onde é presidente da empresa de equipamento esportivo Head. Ele também é vice-tesoureiro do Partido Conservador britânico.

Em entrevista à BBC, Eliasch não revelou quanto pagou pelo terreno de 1.618 quilômetros quadrados, localizado ao norte do rio Madeira. Mas, de acordo com o jornal britânico The Sunday Times, a área - maior do que a cidade de Londres - vale cerca de US\$ 8 milhões (R\$ 17 milhões).

"É um pedaço de terra com muitas árvores. Como eu gosto de árvores, fiz parar todo o desmatamento e quando me perguntam o que vou fazer com a terra a resposta é simples: nada", disse.

"A Amazônia é o pulmão do mundo", disse à BBC. "Ela fornece 20% do oxigênio do mundo e 30% da água limpa".

Exemplo

Eliasch está tentando convencer outros milionários a seguir seu caminho.

"Há uma relação direta entre o aumento dos furacões no golfo do México e a devastação da floresta Amazônica", disse.

"Conversei com um executivo de uma das maiores seguradoras do mundo e ele me contou que o setor perde US\$ 150 bilhões por ano com os furacões", disse. "Então, se seguradoras comprassem pedaços da Amazônia, o retorno seria rápido pelo impacto que isso teria na incidência de furacões, como o Katrina".

Eliasch negou que esteja praticando o que vem sendo chamado de "colonialismo verde", quando executivos ricos de países desenvolvidos compram áreas de países pobres para garantir sua preservação.

"É o contrário de colonialismo. Você está comprando algo para garantir que uma coisa muito, muito valiosa não será destruída."

<http://www.gabeira.com.br/noticias/noticia.asp?id=2047>